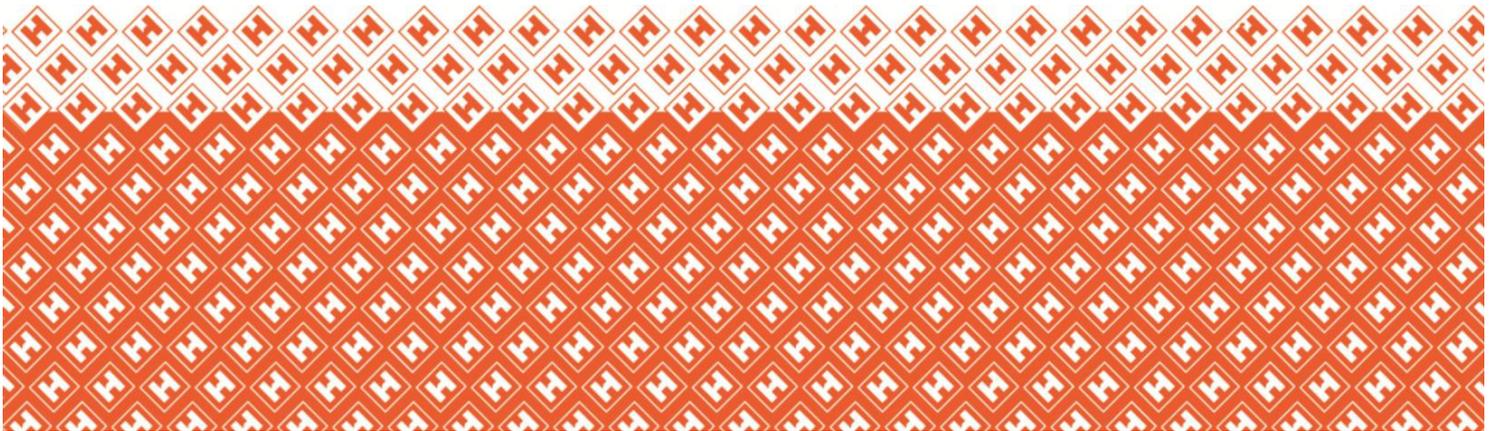


JENISS DE ALMEIDA ALVES

**ENSINO DE HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO  
APRENDIZADO HISTÓRICO: UMA ANÁLISE  
HISTÓRICA DO LULISMO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2022



JENISS DE ALMEIDA ALVES

**Ensino de História e os desafios do aprendizado histórico: uma análise histórica do Lulismo**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Fronza

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão.

CUIABA-MT

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

A474e Alves, Jeniss de Almeida.

Ensino de História e os desafios do aprendizado histórico [recurso eletrônico] : Uma análise histórica do Lulismo / Jeniss de Almeida Alves. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 100 f., pdf). -- 2022.

Orientador: Marcelo Fronza.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2022.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. História. 2. Ensino de História. 3. Lulismo. 4. História do Tempo Presente. 5. Tiktok. I. Fronza, Marcelo, *orientador*. II. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM [NOME DO PPG]**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: ENSINO DE HISTÓRIA, GOVERNOS LULA DA SILVA E LULISMO:  
DESAFIOS DE APRENDIZADO SOBRE OS TEMAS EM SALA DE AULA.**

**AUTOR (A): JENISS DE ALMEIDA ALVES**

Dissertação defendida e aprovada em 4 de julho de 2022

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

**1. PROF. DR. MARCELO FRONZA (ORIENTADOR/PRESIDENTE DA  
BANCA)**

**INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**

**2. PROFA. DRA. VITÓRIA AZEVEDO DA FONSECA (AVALIADORA EX-  
TERNA)**

**INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO  
JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)**

**3. PROF. DR. FLÁVIO VILAS-BOAS TROVÃO (AVALIADOR INTERNO)**

**INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS**

**4. PROF. DR. OSVALDO RODRIGUES JUNIOR (SUPLENTE) INS-**

**TITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**

**CUIABÁ, 04/07/2022.**



Documento assinado eletronicamente por **ANA MARIA MARQUES, Coordenador(a) do Mestrado Profissional em História - IGHD/UFMT**, em 07/07/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MESTRADO - Folha de Aprovação 4881249 SEI 23108.047017/2022-41 / pg. 1



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FRONZA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 11/07/2022, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO VILAS BOAS TROVAO, Docente da**



**Universidade Federal de Mato Grosso**, em 13/07/2022, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitória Azevedo da Fonseca, Usuário Externo**, em 14/07/2022, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_or\\_gao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_or_gao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4881249** e o código CRC **33BBF556**.

## AGRADECIMENTOS

De início, agradeço pela oportunidade de estudar e pesquisar pelo Mestrado Profissional no Ensino de História – PROFHISTÓRIA – na Universidade Federal de Mato Grosso. A partir de março/2020 tornou-se um desafio gigante manter a sobriedade em meio ao longo período de salas de aulas fechadas durante a Pandemia da Covid-19, evento histórico ainda em vigência no Planeta. A escolha em fevereiro de 2020 pela vida longe da bebida alcoólica provou ser importante para o amadurecimento da mente e daquilo que entendo como ofício do historiador. A orientação e presença do professor Marcelo Fronza nesses anos de PROFHISTÓRIA foram fundamentais na construção do trabalho, desde as primeiras conversas e sugestões. É uma pessoa paciente e que tenho imenso respeito, gratidão. Fica registrado também meus agradecimentos para a professora Ana Maria Marques, pelas sugestões e ajudas na trajetória final do Mestrado Profissional na UFMT. O primeiro ano de mestrado profissional, ainda antes da Pandemia trouxe muita bagagem historiográfica que uso até hoje no ensino de história para turmas do Ensino Básico. Professor Bruno, professor Renilson Rosa Ribeiro, professor Ernesto Cerveira e outros tantos do programa trouxeram orientações e contribuições sobre a ciência histórica de forma ainda mais rica e detalhada nessa etapa dos estudos. Tive boas experiências com os 19 colegas de sala nas aulas expositivas: Wagner, Adão, Lucimar, Gleciene, Debora, Suely são algumas das boas e importantes amizades feitas nesse tempo. A partir de 2020, com o recolhimento de todos para os cuidados contra a pior pandemia dos últimos 100 anos, conversas com amigos professores e orientadores passaram para as transmissões ao vivo. Dentro das dificuldades colocadas pela pandemia e fora dos quesitos para ser contemplado pela bolsa de estudos, o apoio da família – minha mãe, Maria Alves e meu irmão mais novo, Michael Alves, também professor – proporcionou dias menos difíceis e ajudas bem-vindas para os longos meses fora da sala de aula (retornei no início de 2022). Foi durante o início da produção da dissertação, 14 de fevereiro de 2020 que minha vida como historiador e como pessoa adulta mudou profundamente para melhor. Com a mente sóbria, com o apoio da família e força dos amigos e amigas, tive oportunidade de entender como produzir fontes históricas e por que é tão importante a presença da nossa capacidade de produção do conhecimento histórico nas redes sociais, sobretudo na plataforma Tiktok, uma das gigantes no Brasil na área. Muitas das pessoas que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação são da época de Licenciatura Plena em História, iniciada lá em 2011. A todos e todas, minha profunda gratidão.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado examina pontos de evidência dos governos Lula da Silva (2003-2010) os significados do conceito dentro das ciências humanas conhecido como Lulismo e os desafios de trazer para a aula de história no ensino básico, observando estratégias de aprendizado dentro do campo da aprendizagem histórica. Como as políticas implementadas pelos governos Lula refletem os valores e ideais do Lulismo. Dentro do desenvolvimento do trabalho, consideramos que uma abordagem importante para o ensino de história é a aprendizagem histórica, que incentiva os alunos a questionar e analisar fontes históricas e a considerar diferentes perspectivas sobre o passado. Como a aprendizagem histórica pode ser aplicada ao ensino de história do Lulismo e propor atividades de ensino que promovam essa abordagem são pontos em debate na presente dissertação. Dividido em 3 partes, o trabalho começa com uma reflexão do que foram as políticas sociais implementadas pelo governo Lula, a compreensão desse fazer político sob o a ótica do lulismo, tese explicada por André Singer, professor livre-docente em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) em 2011. Reflexões sobre a relação entre ensino de história e as possibilidades de produção de novas fontes históricas para dentro do ambiente das redes sociais – em especial o Tiktok, um espaço importante de debate e disseminação de conhecimento científico - farão parte dos materiais disponibilizados para futuras aulas de História.

**Palavras-chave:** Ensino de história; Linguagens e Narrativas Históricas; Aprendizagem histórica; Vídeos do *TikTok*; Lulismo.

## ABSTRACT

This master's dissertation examines points of evidence from the governments of Lula da Silva (2003-2010), the meanings of the concept known as Lulism within the field of human sciences, and the challenges of bringing it into the basic history classroom while observing learning strategies within the field of historical learning. The policies implemented by the Lula governments reflect the values and ideals of Lulism. Within the development of the work, the study considers the importance of historical learning, which encourages students to question and analyze historical sources and consider different perspectives on the past. This dissertation discusses how historical learning can be applied to teaching the history of Lulism, and proposes teaching activities that promote this approach. Divided into three parts, the work begins with a reflection on the social policies implemented by the Lula government, understanding this political action through the lens of Lulism, as explained by André Singer, a free associate professor in Political Science at the University of São Paulo (USP) in 2011. Reflections on the relationship between history education and the possibilities of producing new historical sources within the environment of social networks - especially Tiktok, an important space for debate and dissemination of scientific knowledge - will be part of the materials available for future history classes.

**Keywords:** History teaching; Languages and Historical Narratives; Historical learning; TikTok videos; Lulism.

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 - O Brasil da Nova República, Lula e o Lulismo .....	25
Capítulo 2 - Conectando Ensino de História e o Tempo Presente .....	49
Capítulo 3 - A conexão entre Lulismo, Ensino de História e Redes Sociais: proposta de fontes históricas para o uso na aula de História .....	71
Considerações finais.....	86
Referências .....	97

## INTRODUÇÃO

Uma coisa é o fato acontecido. Outra coisa é o fato escrito. O acontecido tem que se melhorar no escrito de forma melhor para que o povo creia no acontecido<sup>1</sup>.

*Narradores de Javé* é um filme brasileiro dirigido por Eliane Caffé, lançado em 2003. O filme retrata a história de um pequeno povoado fictício chamado Javé, localizado nas proximidades da Chapada Diamantina, na Bahia. Prestes a terem de deixar o lugar por causa da construção de uma gigantesca usina hidrelétrica, os moradores do povoado baiano precisam em pouco tempo escrever a História oficial da cidade e assim, transformar o local em patrimônio histórico. O único morador com destreza na arte da escrita da história se chama Antônio Biá, ex-carteiro de uma cidade cheia de analfabetos que fica responsável pela produção dessa importante fonte histórica. As memórias e os relatos épicos e divergentes dos moradores terão a compilação feita pelo Biá.

No entanto, o processo não é fácil. Os narradores acabam divergindo sobre a história de Javé, cada um contando sua própria versão e sua própria interpretação dos fatos. Além disso, a urgência em escrever a história faz com que muitos dos narradores sejam obrigados a relembrar traumas e conflitos do passado que haviam sido esquecidos ou silenciados. O filme mostra de forma poética e emocionante a luta dos moradores de Javé pela preservação de sua história e de suas casas, e questiona a ideia de que apenas a escrita pode dar legitimidade à História.

O filme *Narradores de Javé* traz reflexões importantes sobre a escrita da história e a forma como ela é construída e interpretada. O processo de escrita da história da cidade pelos moradores de Javé nos leva a questionar a ideia de que a escrita é a única forma legítima de registro da história. O filme mostra que a história é construída a partir de diferentes pontos de vista e narrativas, e que a história oficial muitas vezes é contada apenas a partir de uma perspectiva, deixando de lado outras vozes e experiências. O processo de escrita da história pelos moradores de Javé traz à tona diferentes memórias, sentimentos e interpretações, mostrando como a história pode ser influenciada por fatores subjetivos e culturais.

---

<sup>1</sup>**Narradores de Javé**. 2003. Direção Eliane Caffé. A frase é dita pelo carteiro e historiador da cidade de Javé, Antônio Biá (José Dumont) enquanto explicava para um morador local como a História de Javé pode ser melhorada ao ponto de ser levada a sério pelo povo e ao mesmo tempo, ter status de história científica.

Mais ainda: o longa-metragem de Eliane Caffé também questiona a relação entre poder e história. Os moradores de Javé precisam escrever a história oficial para que a cidade seja reconhecida como patrimônio histórico e, assim, impedir a construção da usina hidrelétrica. Isso mostra como a história pode ser usada como uma ferramenta de poder, tanto para legitimar ações do Estado quanto para resistir a elas. A história de Javé é transmitida oralmente pelos moradores, e cada narrador traz sua própria interpretação dos fatos, mostrando como a história é construída a partir de diferentes perspectivas e memórias coletivas.

A importância do Narradores de Javé para a compreensão da história enquanto ciência e do cinema como fonte histórica são compreensões adquiridas lá ainda na graduação, ampliadas com os usos do filme na aula de história com alunos de várias séries do Ensino Básico nesses 6 anos como professor. O trabalho que apresentarei não é exatamente sobre o excelente Narradores de Javé, mas sim sobre produzir fontes históricas, com a ajuda do audiovisual, dentro do Tempo Presente.

A dissertação analisa aspectos gerais dos dois governos Lula da Silva (2003-2010), os significados do conceito dentro das ciências humanas conhecido como Lulismo e os desafios de trazer para a aula de história no ensino básico estratégias de aprendizado dentro do campo da aprendizagem histórica. Dentro de sala de aula, apesar das dificuldades, me parece possível através dos estudos de um determinado momento histórico – no caso deste trabalho, os governos Lula da Silva (2003-2010) - criar meios para que estudantes possam se enxergar como sujeitos históricos, dentro das regras da sociedade globalizada do século XXI.

Consideramos importante a valorização do Ensino de História dentro da sala de aula por parte do professor. A conscientização e responsabilidade social dos professores perante os alunos ganha importância quando se observa a necessidade de orientar e ajudar os estudantes para que eles compreendam passado e presente, e assim, melhorarem significativamente o mundo onde vivem. A história nos ajuda a entender como as sociedades evoluíram ao longo do tempo e como as mudanças que ocorreram no passado moldaram as estruturas sociais e políticas que temos hoje.

A qualificação do professor não se resume apenas ao conhecimento teórico sobre determinado assunto, mas também à capacidade de transmitir esse conhecimento de forma clara e eficaz aos alunos. Além disso, é fundamental que o professor assuma a responsabilidade de guiar seus alunos na compreensão do mundo que os cerca, ajudando-os a desenvolver um senso crítico e uma visão ampla e contextualizada da realidade. A autoridade do professor não se baseia apenas no conhecimento que ele possui, mas também na forma como ele se relaciona

com seus alunos e com a comunidade escolar em geral. Um professor que demonstra compromisso com o aprendizado de seus alunos, que os trata com respeito e empatia, e que se envolve ativamente no processo de ensino-aprendizagem, adquire uma autoridade moral que vai além da mera transmissão de conhecimentos.

Pensar historicamente é perguntar continuamente, transformando possíveis soluções em novas perguntas, enigmas. Paradoxalmente, o pensamento não quer resolver o mundo, mas torná-lo enigmático. Pensar historicamente, enfim, é problematizar um objeto bem demarcado, criar hipóteses, testá-las, procurar articular um discurso sobre este objeto em linguagem clara e comunicável, debatendo-o de forma pública, percebendo-o em suas mudanças no tempo. Além disso, o conhecimento histórico está sujeito a mudanças à medida que novas fontes e evidências são descobertas, ou quando novas perspectivas teóricas e metodológicas surgem. À medida que novas informações são incorporadas, as interpretações antigas podem ser questionadas e até mesmo rejeitadas, dando lugar a novas interpretações.

Da reunião de documentos a redação do livro a prática histórica é inteiramente relativa a estrutura da sociedade. O objeto do estudo do estudo nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis num tempo e num meio dados, mas sempre alguns de seus aspectos que são escolhidos. Um mesmo acontecimento pode ser disperso em várias intrigas. Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes substâncias: são um corte que operamos livremente na realidade<sup>2</sup>.

O movimento dos Annales foi um dos mais influentes na construção da história científica no século XX, em grande parte devido à sua abordagem inovadora e interdisciplinar. O movimento foi fundado por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, na França, e enfatizou a importância de se levar em consideração não apenas os eventos políticos e militares, mas também os aspectos sociais, econômicos, culturais e mentais da história. Os Annales defenderam uma abordagem mais científica e rigorosa para a história, que incluía a formulação de hipóteses verificáveis, a utilização de métodos quantitativos, como estatísticas e análise de dados, e o uso de fontes variadas, como literatura, arte e música, além de documentos históricos tradicionais. Além disso, o movimento dos Annales enfatizou a importância da colaboração interdisciplinar, buscando estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento, como a geografia, a sociologia e a antropologia.

De fato, Marc Bloch e Lucien Febvre foram pioneiros na promoção de uma nova forma de fazer história, e uma das principais maneiras pelas quais eles fizeram isso foi através de suas

---

<sup>2</sup>VEYNE, Paul. **Como se escreve a história** (trad.). 1971, 4ª edição. Brasília, Editora Universidade de Brasília

próprias pesquisas. Ao longo de suas carreiras, Bloch e Febvre publicaram muitos trabalhos inovadores que desafiaram as concepções tradicionais da história e mostraram como é possível fazer história de uma maneira nova e mais científica. Ao dar o exemplo de como fazer história de uma maneira nova e inovadora, Bloch e Febvre também criticaram as concepções tradicionais da história, que muitas vezes se limitavam a registrar os eventos políticos e militares e negligenciavam outros aspectos importantes da experiência humana. Sua abordagem interdisciplinar e sua ênfase em fontes variadas ajudaram a abrir novas perspectivas na disciplina histórica e a promover uma visão mais ampla e complexa da história.

Ao analisarmos eventos históricos, estamos inevitavelmente fazendo juízos de valor sobre esses eventos e as pessoas envolvidas neles. Em outras palavras, não podemos separar completamente nossa avaliação moral da análise histórica. Isso ocorre porque nossa compreensão do passado é influenciada pelas normas, valores e perspectivas do presente. Além disso, a história é sempre contada a partir de um ponto de vista específico, e essa perspectiva pode ser influenciada por interesses políticos, ideológicos ou pessoais.

O que é uma obra de história? Algumas respostas giram em torno da importância da disciplina ser reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto “atual” das coisas, dos objetos, métodos históricos e que ligada ao meio no qual se elabora, torna possível por sua vez, novas pesquisas. Da reunião de documentos a redação do livro a prática histórica é inteiramente relativa a estrutura da sociedade. Michel de Certeau (1925-1986) em *A Escrita da História* traz uma importante contribuição para nosso entendimento sobre o lugar e as condições do tempo presente capazes de influenciar nas escolhas sobre o que escrever e como produzir História. Diz erudito francês: Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. A operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita<sup>3</sup>.

O trabalho de pesquisa a ser desenvolvido tem como objetivo investigar as formas de se entender sobre os governos Lula da Silva (2002-2010) a partir da reflexão do uso dessas três fontes históricas dentro de sala de aula. Para compreensão do período histórico, um dos autores a serem usados é o cientista político, professor e ex-porta voz do primeiro governo Lula, Andre Singer. É dele que vem a expressão Lulismo, um conjunto de políticas públicas que representou um certo acalmar dos conflitos sociais sem entrar em choque com setores conservadores da época, onde o estado brasileiro teve papel importante na alavancagem dos mais pobres.

---

<sup>3</sup>CERTEAU, Michel. 2006, p. 65-66

Não é possível ser historiador sem tomar o conhecimento histórico como um problema. Não se pode praticá-lo surda e cegamente. É preciso por em dúvida a possibilidade da história tocar em seu objeto, os homens no tempo. É preciso insistir em uma questão fundamental: o que é a história e o que faz o historiador? Geralmente, evitam-se respostas abstratas. A resposta mais corriqueira: é o conhecimento do passado humano, dos homens do passado, dos fatos e feitos humanos do passado. Isto exclui os fatos naturais. É um conhecimento que pretende obter a verdade do seu objeto, através da investigação, da interrogação e controle das fontes.

O conhecimento se confunde com a sua matéria, pois o que sabemos do passado é o que é transmitido como conhecimento. O passado não fala por si, mas através do que se conhece dele. O passado não pode ser acessado diretamente, mas apenas através das informações que chegam até nós como conhecimento histórico. Isso significa que a história não é uma verdade absoluta, mas sim uma construção baseada em interpretações e seleções feitas pelos historiadores. O que sabemos do passado é, portanto, uma construção social que reflete nossos interesses, valores e perspectivas. conhecimento do passado é mediado pela sua transmissão e interpretação através das fontes e dos registros históricos existentes. Em outras palavras, o passado em si não pode ser acessado diretamente, mas apenas através das interpretações que fazemos dele a partir das evidências disponíveis. Assim, o conhecimento histórico é construído a partir da seleção, análise e interpretação dessas evidências, que são constantemente reavaliadas e reinterpretadas à luz de novas perspectivas e questionamentos.

A História pode ser considerada uma ciência porque utiliza métodos científicos para investigar e compreender o passado, assim como para produzir explicações causais baseadas em evidências empíricas. Embora a história lide com eventos humanos complexos e muitas vezes subjetivos, isso não a torna menos científica, pois a subjetividade é reconhecida e trabalhada dentro de sua metodologia. Além do mais, a História também utiliza teorias e conceitos para interpretar os eventos passados e para estabelecer relações entre eles, assim como outras ciências sociais.

A ciência histórica apresenta para nós um objeto, que não é exatamente o passado e sim os homens: os homens no tempo<sup>4</sup>. Realidade concreta e viva, o tempo da história oscila entre a longa duração, o acontecimento e o momento. Quaisquer que sejam os progressos de uma tentativa de unificação da medida do tempo, o tempo da história escapará à uniformidade. Outra importante atividade do historiador é a divulgação do conhecimento histórico, seja por meio da

---

<sup>4</sup>As reflexões sobre História enquanto ciência vem de BLOCH, Marc. **Apologia da História**, 2002, leitura importante e muito presente nas aulas presenciais do PROFHISTÓRIA-UFMT

publicação de livros, artigos e ensaios, ou por meio de ações de extensão e divulgação científica em museus, escolas e outras instituições.

O ofício do historiador é fundamental para a compreensão da experiência humana ao longo do tempo, contribuindo para a formação de uma consciência crítica e reflexiva sobre as condições sociais, políticas, culturais e econômicas que moldam a vida das pessoas em diferentes épocas e lugares. Além disso, o historiador deve desenvolver habilidades críticas para avaliar a qualidade e a autenticidade das fontes que utiliza, bem como para avaliar as interpretações dos eventos históricos por outros historiadores.

O historiador Marc Bloch entendia que a história não era apenas o estudo do passado, mas também uma disciplina que buscava entender como o passado influencia o presente e como o presente molda nossa compreensão do passado. Essa perspectiva de Bloch enfatiza a importância da temporalidade e da mudança na análise histórica, e destaca a necessidade de considerar tanto o contexto histórico em que um evento ocorreu quanto o contexto atual em que estamos tentando compreendê-lo. Ao reconhecer a natureza dinâmica da história, Bloch e outros historiadores têm buscado abordagens mais abrangentes e interdisciplinares para o estudo histórico, que levam em conta a interação entre fatores econômicos, políticos, culturais e sociais ao longo do tempo. Essa perspectiva implica que o trabalho do historiador começa com o entendimento do presente como uma expressão das mudanças históricas que ocorreram ao longo do tempo.

Julgar ao invés de compreender não é papel dos historiadores. Em busca de uma nova ética, o historiador deve admitir estar entre aqueles que procuram a verdade e a justiça não fora do tempo, mas dentro do tempo. Quanto à análise histórica, o historiador deve conduzir ela com o auxílio da linguagem estudada na época, algo que permitirá evitar anacronismos. Uma leitura do passado é sempre dirigida por uma leitura do presente.

No sentido de uma concepção reflexiva e complementar da formação do historiador, o pensamento histórico está formado quando se relaciona diretamente ao todo, ao agir e ao eu de seus sujeitos. Isso significa que o pensamento histórico não é apenas uma construção intelectual isolada, mas é moldado e influenciado pela experiência e perspectiva individual de cada sujeito histórico. Portanto, é importante para o historiador considerar tanto as perspectivas individuais quanto as estruturas mais amplas que moldam a experiência histórica. Uma formação reflexiva e complementar do historiador também reconhece a importância da prática e do engajamento ativo na construção do pensamento histórico. Isso inclui não apenas o estudo e análise de fontes históricas, mas também a reflexão crítica sobre as implicações éticas e políticas do

conhecimento histórico.

Historiadores atendem às vontades dos grupos aos quais pertence e tem a sua leitura dirigida por esse ambiente. Apesar do historiador ter a disposição documentos que relatam acontecimentos e fatos passados, somos influenciados pelo nosso contexto histórico, algo que direciona a interpretação. A compreensão científica da história tem ligação direta com a vivência do historiador. A história tem o compromisso de se fixar nos limites colocados pelos documentos históricos, um compromisso com a verdade.

Se o documento é o fundamento do pensamento histórico, o que é o documento histórico? Um documento pode ser uma folha de papel escrita por alguém possivelmente importante. Quando se discute documento histórico precisa-se levar também em consideração que tipo de memória deve ser preservadas pela história. A importância dos documentos está ligada a como o passado de onde esse documento vem dialoga com o tempo presente do historiador. Um documento pode ter o sentido mudado a depender de quem questiona ele. O documento não emana uma verdade por si.

O documento histórico configura como uma construção permanente que dialoga com as perguntas que os sujeitos do presente fazem para tal documento. A carta de Pero Vaz de Caminha foi lida por membros do Estado Novo como a gênese da identidade brasileira marcada pelo início da presença europeia no Brasil; para indígenas o documento é o marcador do início da tragédia, uma certidão de óbito dos povos nativos.

Em História tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Em resumo, um documento importante pra dois sujeitos históricos, porém interpretado de duas formas distintas, uma vez serem diferentes as perguntas feitas a esse documento. Nos últimos 200 anos, o conceito e abrangência do significado de documento histórico se ampliou, em especial com a atuação dos estudiosos da Escola dos Annales (1920) e com o a extensão dos campos de estudos culturais. Com novos campos, novas oportunidades de análise se abriram.

Uma mudança severa num objeto de estudo não significa exatamente mudanças na fonte analisada. Estudos diferentes podem vir da mesma fonte. A mudança na veracidade dos documentos também se tornou fonte de estudos dentro do campo. Documentos falsos no passado eram considerados nulos, sem nenhuma serventia. Na falta de fontes tradicionais sobre o mundo antigo, por exemplo, a literatura sobre diversas civilizações, ainda que narradas através de mitos pode trazer informações de valor como aspectos da organização social ou material de

um povo. Dificilmente encontramos documentos fáceis de trabalho por conta das particularidades envolvidas na confecção do documento estudado.

Um documento histórico é aquilo que em determinado momento é tratado como autêntico em função de uma visão. O valor desse documento é dado pelas circunstâncias, teias sociais cujo documento está envolto a partir das particularidades que a fonte revela. A análise que se faz do documento é o que o torna relevante. A escrita histórica permanece controlada pelas práticas das quais resulta. Bem mais do que isto, ela própria é uma prática social.

A crítica de documentos também é fundamental para garantir a veracidade dos fatos e das informações que estão sendo utilizados na pesquisa histórica. É importante verificar a autenticidade das fontes, bem como a sua procedência e contexto de produção, para garantir que elas possam ser consideradas confiáveis. Além disso, é necessário fazer uma análise crítica das fontes, levando em consideração o seu contexto histórico, as possíveis intenções do autor e as influências ideológicas ou culturais que possam ter afetado a sua produção.

Historiadores utilizam uma variedade de fontes, incluindo documentos escritos, artefatos materiais, arquivos fotográficos e orais, para reconstruir eventos e experiências históricas. Além disso, o ofício do historiador também envolve a reflexão crítica sobre como as fontes históricas são produzidas, mantidas e selecionadas. Isso inclui a consideração das limitações e preconceitos inerentes às fontes históricas e a análise dos contextos políticos, sociais e culturais em que foram criadas.

A pesquisa histórica é influenciada pelas condições materiais de produção, como acesso a fontes, recursos financeiros e tecnologia disponível. O trabalho com fontes históricas é uma metodologia fundamental para o ensino de história e permite que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda do passado. Ao utilizar fontes históricas, o professor(a) pode auxiliar os alunos a entender como o conhecimento histórico é produzido, desenvolvendo sua capacidade de análise crítica, investigação e interpretação.

A História não é mais do que resposta às nossas interrogações já que não podemos materialmente colocar todas as questões, descrever todo o devir. Além disso, o progresso do questionário histórico se situa no tempo é tão lento como o progresso do questionário. A história é subjetiva porque não se pode negar que a escolha do assunto num livro de história seja livre. A história não se interessa pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas pela sua especificidade. Um mesmo acontecimento pode ser disperso em várias intrigas. A história não faz reviver os eventos que narra, pois é uma criação do autor, historiador e não dos seus atores.

O autor tria, simplifica, organiza e até consegue sustentar um século em umas poucas páginas.

Os historiadores não ofereceriam nem mesmo uma imagem pálida do que investigam. As explicações produzidas sobre os homens e mulheres do passado estão marcadas pela subjetividade e arbitrariedade. Preconceitos não tem valor enquanto conhecimento. O conhecimento histórico produziria uma mutilação da experiência passada, uma organização ilusória homens do passado. São os historiadores que falam pelos fatos do passado.

O filósofo-historiador Jörn Rüsen chama atenção para a necessidade do professor-historiador de trazer esse conhecimento e transformá-lo a ponto de suprir as dúvidas existentes no campo teórico da disciplina para assim, garantir uma melhor explicação dos fatos históricos, articulando passado, presente e futuro, sem que isso possa parecer ininteligível. Uma das maiores preocupações de Rüsen no campo da história é a maneira como a disciplina é trabalhada no campo acadêmico, nas salas de aula e, é claro, nos manuais e livros didáticos de História. Rüsen elabora o conceito de consciência histórica como forma de explicar a necessidade do educador-historiador-professor de trabalhar documentos, fontes e teorias da história de maneira a potencializar a experiência histórica, a relação dos sujeitos do presente com o passado, garantir uma interpretação da história capaz de guiar tanto professores quanto alunos em direção a um estado de consciência e ação de transformação da realidade histórica vivida<sup>5</sup>.

A história é uma atividade interpretativa e que o conhecimento histórico é construído através do diálogo entre o presente e o passado. Em sua obra, uma forma de conhecimento que está sempre em processo de construção, uma compreensão histórica influenciada pelas perspectivas do presente. Neste sentido, A escrita da história é importante para a compreensão do passado, permitindo que as pessoas aprendam com as experiências anteriores e entendam como o presente foi moldado por eventos passados. No entanto, é importante lembrar que a história é sempre uma interpretação, sujeita a mudanças à medida que novas informações e perspectivas surgem.

A construção do código disciplinar da História no Brasil tem como marco institucional fundador o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II, que determinou a inserção da História como conteúdo curricular. Depois da criação da primeira escola pública de nível médio no Brasil, o ensino tornou-se descentralizado, com exames realizados por disciplinas e com bancas autorizadas pelo próprio Pedro II. Somente depois de 1930, esse movimento consolida-se com a Revolução de outubro liderada por Getúlio Vargas, no bojo do movimento de defesa da

---

<sup>5</sup>SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Resende. (orgs.) **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Editora UFPR, 2010.

importância da educação para a formação do cidadão e para o desenvolvimento do país. As transformações impostas pelo governo provisório tornaram-se possíveis reformulações mais profundas no sistema de ensino. A instrução era entendida como instrumento importante para fortalecimento da identidade coletiva do povo brasileiro. Entre as reivindicações de luta dos educadores deste período, estavam a necessidade da difusão da escola, em especial a escola pública; a formação profissional dos novos mestres e a renovação pedagógica. Este tripé, difusão da escola, formação de professores e renovação pedagógica, embasava e estimulava a produção e difusão de elementos constitutivos de uma cultura escolar, como os manuais didáticos para alunos e manuais de didática da História destinados à formação de professores. Alegando a necessidade de substituir as antiquadas instituições políticas brasileiras, Getúlio Vargas prometia a modernização do país mediante a reformulação do seu modelo econômico e jurídico-político. Nesse contexto, a reforma educacional pode ser vista como fator de unidade nacional e a História era tida como disciplina que formava os estudantes para o exercício da cidadania e seus programas incorporavam essa concepção pedagógica.

A centralidade nos conteúdos específicos da História também foi incorporada em 1951, na reforma da Escola Secundária brasileira, cujos princípios básicos do ensino de História eram a valorização dos fatos do presente e deles partir para o passado; O desenvolvimento de um ensino intuitivo e crítico; A focalização nos indivíduos enquanto expressões do meio social e, principalmente, O desenvolver dos processos de fixação, investigação, raciocinativos, ilustrativos e outros, abrangendo esquemas, formas de representação, literatura, exame, debate e também onde os julgamentos de valores eram recomendados. No campo da educação, um dos principais destaques dos governos brasileiros, - de Eurico Gaspar Dutra à João Goulart foi a expansão da até então escola secundária. Em 1964, após o golpe civil-militar, o ensino de história foi modelado a partir da lógica educacional americana dos “estudos sociais”. Os conteúdos da História eram diluídos em relação a outros conteúdos disciplinares. A finalidade da aprendizagem era inserir o educando em um meio cada vez mais amplo, tendo como norte a questão da nacionalidade construída a partir do conhecimento do legado das gerações do passado.

Após o fim do período da ditadura civil-militar, houve um crescimento pela volta do ensino de história à escola básica. Um marco definidor é a proposta dos Parâmetros curriculares nacionais<sup>6</sup>, encaminhada pelo Ministério da Educação no fim dos anos 1990. O documento

---

<sup>6</sup>BRASIL. *Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais*. História, Geografia. Secretaria de Educação fundamental. Brasília, MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>

ênfatiza a forma pela qual jovens e crianças podem ter acesso ao conhecimento hist3rico, tais como convívio social e familiar, festejos locais, regionais, nacionais e mundiais via meios de comunicaç3o, como a televis3o. Parte, ainda, do pressuposto de que os jovens sempre participam do trabalho de mem3ria que recria e interpreta o tempo e a Hist3ria e agregam 3s suas viv4ncias, informaç3es, explicaç3es e valores oferecidos na sala de aula.

Os expressivos aumentos do sal3rio-mínimo combinamos com o Bolsa Famíliã, produziram uma forte ativaç3o da economia local, sobretudo no interior do nordeste, mas também em outras regi3es economicamente sofridas do país. A expans3o do crédito para as camadas de baixa renda (o crédito consignado, crédito para a agricultura familiar, o microcrédito, a bancarizaç3o dos cidad3es de baixa renda e um conjunto de medidas ligadas ao crédito s3o alguns exemplos) multiplicaram dezenas de vezes o potencial de crédito em comparaç3o com governos anteriores. Isso, somado a um conjunto de programas mais focalizados, como o Luz para Todos, a regularizaç3o de terras de quilombolas, e outros, configurou a polítca econ3mica do Lulismo, um dos temas dessa dissertaç3o.

Uma combinaç3o de polítcas sociais e econ3micas resultou na passagem de uma camada importante de cidad3es de baixíssima renda para condiç3es melhores – a chamada “Nova Classe C” ou nova classe trabalhadora, ainda que o padr3o, estilo de vida e a cultura n3o correspondem 3 classe média tradicional. O perío do surgimento e desenvolvimento do Lulismo também foi marcada pela reaç3o das tradicionais classes médias – reaç3o derivada da ascens3o das camadas mais baixas. O lulismo é um reformismo fraco, um projeto polítco que fez transformaç3es lentas sem interromper a ordem.

A revoluç3o buscada pelos movimentos de esquerda no Brasil dos tempos da Ditadura-Civil-Militar nunca aconteceu. Mas os ventos começaram a mudar no fim dos anos 1970, quando milhares de oper3rios entram de greve, desafiando a ordem da ditadura<sup>7</sup>. As greves s3o lideradas por um metalúrgico e líder sindical, Lula tem 33 anos na época das grandes greves. Só se interessa por polítca quando visita o congresso pela primeira vez. Percebe que dos 443 parlamentares só 2 pertencem 3 classe trabalhadora. Isso faz sentido quando vemos por exemplo o document3rio “Abc da Greve”, de Leon Hirzman<sup>8</sup>. Numa das muitas paralisaç3es registradas,

---

<sup>7</sup>Algumas leituras sugerem que Lula nunca desafiou a ordem vigente tampouco tinha interesse em derrubar a ditadura. A ideia era de garantir condiç3es justas para os trabalhadores do ABC e n3o promover revoluç3o.

<sup>8</sup>O document3rio **ABC da Greve** é do mesmo diretor de “*Eles n3o Usam Black-Tie*” (1981) Leon Hirzman. Nos créditos iniciais o realizador diz que as imagens captadas em março de 1979 sobre a movimentaç3o dos trabalhadores das fábricas automotivas localizada nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano serviriam de inspiraç3o para o filme de 81. A ideia era passar uns dias no calor dos protestos liderados pelo sindicalista Luiz In3cio Lula da Silva, observar a movimentaç3o dos grevistas, recolher depoimentos dos lados envolvidos e entender as condiç3es de vida dos trabalhadores. Como fonte hist3rica a fita é de uma

Lula diz:

Todos nós sabemos que no mundo inteiro nunca os trabalhadores conseguiram ganhar nada sem que houvesse luta, sem que houvesse perseverança, sem que houvesse disposição de brigar até o fim. Existe trabalho. Existe trabalho a ser feito nos bairros. Existe trabalho a ser feito nos pontos de ônibus e o que é mais importante: ninguém ir à porta da fábrica.

Ao contrário do que ocorrera nos países da América Latina, numa onda progressista iniciada com a vitória do presidente Hugo Chavez em 1998, no Brasil, a esquerda conquista a Presidência da República, porém sem maioria parlamentar tinha uma seríssima contradição a ser resolvida. Nos países onde a esquerda conquistou os governos federais e maioria parlamentar, como foram os casos do Equador, Venezuela e Bolívia, foi possível iniciar de imediato uma reforma severa do sistema político, que geralmente resultava na reformulação de instituições republicanas, permitindo que programas sociais fossem implantados por instituições defensoras da participação popular e da democracia direta. No Brasil, criou-se algo novo.

Diante da falta de maioria nas casas legislativas, o governo Lula faz a opção pela construção de um projeto de governo em torno do qual se pudesse estabelecer uma maioria parlamentar que incluísse forças políticas não exatamente da esquerda. A ideia era a constituição de um bloco de poder capaz de garantir a governabilidade ao mandato petista. Um programa de governo que não era marcado por reformas estruturais profundas. A ideia era fortalecer mudanças perceptíveis para os mais pobres sem gerar antagonismos com o dito “mercado” e a elite financeira.

Considero importante fazer uma reflexão sobre o Partido dos Trabalhadores, tido como

---

preciosidade impressionante. Fica claro que Lula não tinha interesse em derrubar o governo militar vigente, mas sim pressionar junto com milhares de operários pobres a recomposição salarial destruída em anos de políticas baseadas em arrocho salarial. A tela fica até pequena para mostrar a quantidade absurda de trabalhadores nas reuniões. Conforme o filme anda percebemos a situação de miséria brutal da população trabalhadora – grande parte, assim como Lula, migrantes do nordeste - que mora em favelas enormes sem o mínimo de condições adequadas sanitárias, isso numa das regiões mais ricas da América Latina. Hoje nos acostumamos com crianças matriculadas aos montes nas escolas, mas num passado não tão distante isso pouco existia e prova disso são as muitas cenas de meninos e meninas perambulando nos bairros aos montes ou trabalhando por trocados pra ajudar a família. Ainda sobre a formação do PT no fim dos governos militares, é interessante observar com muita atenção a importância da Igreja Católica nos movimentos grevistas; no documentário não faltam provas dessa ligação. Ao mesmo tempo, uma interpretação passível de compreensão é de que Lula nunca desafiou a ordem vigente tampouco tinha interesse em derrubar a ditadura. A ideia era de garantir condições justas para os trabalhadores do ABC e não promover revolução ABC da Greve é um relato riquíssimo da coragem dos trabalhadores frente a um governo capacho dos mais ricos. O documentário que lembra as grandes Greves Gerais do ABC está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>

a primeira experiência de Esquerda no executivo nacional. Antes é necessário entender qual era o programa deles e o que queriam para a política brasileira e qual era a estratégia, ou seja, como se propunham a executar esse programa. A princípio, podemos perceber que os governos petistas nunca se propuseram a romper com o capitalismo ou questionar a opressão capitalista. O próprio Lula afirma que “nunca os banqueiros ganharam tanto quanto no meu governo<sup>9</sup>”.

Lula não estava montando uma horda para atacar brutalmente patrões e numa grande batalha contra a ditadura. Mesmo naquela época a postura conciliadora do Lula já era vista ainda que o contexto seja diferente. Agronegócio e empreiteiras foram grandes beneficiadas pelas políticas econômicas dos governos Lula. A ideia de “fazenda do mundo” em função do incremento de políticas econômicas voltadas para exportação foram até potencializadas nessa época.

No quesito educação o governo Lula também aumentou o monopólio de grandes conglomerados da educação particular. Muitos dos empregos criados tinham salários que não passavam de 1,5 salário-mínimo em média, inclusive com a expansão das terceirizações. Outra política famosa que manteve os trabalhadores sob controle foi a criação de linhas de crédito baratas – os chamados créditos consignados. De fato, o PBF (Programa Bolsa Família) foi histórico na ascensão dos mais pobres e aquecimento da economia. Vale lembrar que o governo Lula consegue subir ao poder com uma estratégia baseada na entrada do governo formada através de alianças com partidos oriundos da ditadura e empresários ditos “liberais”, inimigos eternos da classe trabalhadora.

Além disso, o governo de Lula também se destacou pela sua habilidade em construir alianças políticas amplas, que envolviam desde a esquerda até a centro-direita. Essas alianças permitiram que o governo implementasse suas políticas com um apoio político e social significativo, o que contribuiu para a sua popularidade e para a consolidação do chamado “lulismo”. Uma das características centrais do lulismo é a sua capacidade de articular demandas e interesses de diferentes grupos sociais, como trabalhadores, movimentos sociais, intelectuais, empresários, entre outros.

Antes, o tempo era percebido de maneira linear e progressiva, com uma ideia de futuro definido e uma narrativa histórica única. Atualmente, porém, essa visão tem sido questionada e, em seu lugar, surge uma compreensão mais complexa e diversificada da temporalidade. Uma das principais transformações que têm afetado a experiência do tempo é a aceleração do ritmo da vida contemporânea. A velocidade das comunicações e dos deslocamentos, bem como a

---

<sup>9</sup>NINIO, Marcelo. *Empresas nunca ganharam tanto, diz Lula*. **Folha de São Paulo**, mai.2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2205200903.htm>

pressão da produção e do consumo, têm levado a uma sensação de que o tempo corre cada vez mais rápido e de que as mudanças acontecem em um ritmo acelerado.

Com a disseminação de notícias falsas na educação, os historiadores enfrentam desafios significativos. As notícias falsas, também conhecidas como “*fake news*”, podem influenciar negativamente a compreensão dos estudantes sobre eventos históricos e criar uma narrativa distorcida sobre o passado. É importante que os historiadores forneçam aos alunos uma educação baseada em evidências, que inclua a análise cuidadosa e crítica de fontes históricas, a fim de que possam distinguir entre informações verdadeiras e falsas. Em tempos de *fake news*, historiadores devem estar atentos aos desafios apresentados pelas novas tecnologias e meios de comunicação, incluindo a disseminação de notícias falsas em plataformas digitais e redes sociais. É importante que os historiadores trabalhem em parceria com educadores e profissionais de mídia para desenvolver estratégias de educação e comunicação que ajudem a combater as notícias falsas e a promover a compreensão e o respeito pela história. A proposta da produção de novas fontes históricas, dentro de redes sociais como o Tiktok é objeto de discussão no terceiro capítulo deste trabalho.

O Tempo Presente pode ser entendido como um momento histórico em constante construção, em que acontecimentos, ideias e práticas são moldados pelas experiências e pelas lutas do passado. Assim, a análise do presente como história pode permitir compreender as mudanças, as continuidades e as contradições presentes nas sociedades contemporâneas. A história do tempo presente, objeto de reflexão do segundo capítulo do presente trabalho, busca compreender as dinâmicas e os processos que moldam as sociedades contemporâneas, a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva. Isso implica em um olhar atento aos acontecimentos que marcam o nosso tempo, como as mudanças tecnológicas, as crises econômicas, as transformações políticas e sociais, bem como aos fenômenos que desafiam a estabilidade das sociedades, como as desigualdades, as discriminações e as violências.

Também nesta dissertação, reforçamos a importância da consciência histórica na aprendizagem, que trouxe importantes consequências para o desenvolvimento de pesquisas e para a elaboração teórica nessa área. A consciência histórica, que se refere à compreensão crítica do passado e à sua relação com o presente, se tornou um lugar central da aprendizagem em história. Isso significa que os estudantes não são apenas encorajados a memorizar fatos e datas, mas também a desenvolver uma compreensão mais profunda e crítica do passado, reconhecendo que a história é uma construção social e que diferentes perspectivas históricas podem coexistir. Essa importante área da pesquisa histórica trouxe novas questões do ponto de vista conceitual e de elaboração teórica, uma vez que a consciência histórica envolve questões complexas, como

a relação entre passado e presente, a natureza da narrativa histórica, a construção de identidades e a importância da diversidade histórica e cultural. As reflexões sobre consciência histórica serão trabalhadas no capítulo 2 do presente trabalho.

Também considero de grande relevância os usos de diversas fontes históricas – jornais, redes sociais, cinema, livro didáticos – dentro de sala para melhor entender esse período importante da Nova República. Como as fontes são variadas, faz-se necessário uma seleção rigorosa dos conteúdos e uma divisão de aulas, considerando a quantidade delas durante as semanas e o tempo de duração. Reconhecemos as dificuldades existentes nas escolas estaduais que nem sempre dispõem de recursos multimídia, algo que atrapalha o desenvolvimento de aulas mais chamativas e interativas.

O governo de Lula buscou implementar políticas públicas e programas sociais que visavam melhorar as condições de vida da população mais pobre do país, sem confrontar abertamente as elites econômicas e políticas do Brasil. Essa abordagem foi possível em grande parte devido ao papel importante que o Estado brasileiro teve na alavancagem dos mais pobres. Investiu significativamente em programas sociais como o Bolsa Família, que ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade no país. Além disso, foram criados outros programas, como o Minha Casa Minha Vida, que buscavam melhorar as condições de habitação da população de baixa renda. Embora o lulismo tenha sido criticado por sua suposta falta de confronto com as elites, muitos argumentam que a abordagem adotada pelo governo de Lula foi fundamental para trazer estabilidade política e social ao Brasil.

Fazer uma reflexão do que foram as políticas sociais implementadas pelo governo Lula, a compreensão desse fazer político sob a ótica do lulismo e transpor os entendimentos para a sala de aula com o uso de múltiplas fontes históricas é o objetivo principal da dissertação. O primeiro capítulo irá tratar de alguns aspectos dos governos Lula da Silva e das características políticas do Lulismo - uma maneira de se fazer política.

## **CAPITULO 1: O BRASIL DA NOVA REPÚBLICA, GOVERNO LULA E O LULISMO**

A História nos ajuda a entender como as sociedades evoluíram ao longo do tempo e como as mudanças que ocorreram no passado moldaram as estruturas sociais e políticas que temos hoje. A consciência histórica é a compreensão de que o passado influencia o presente e que o presente, por sua vez, molda o futuro. Ela envolve a compreensão crítica dos processos históricos e das relações sociais que moldaram o mundo em que vivemos.

O objeto de estudo dos historiadores é uma parcela selecionada e delimitada da realidade, que é estudada com base em uma perspectiva específica. O trabalho do historiador envolve constantes questionamentos e reinterpretações dos fatos e interpretações do passado, à medida que novas fontes são descobertas e novas perspectivas teóricas são desenvolvidas. O historiador, portanto, busca sempre refinar e atualizar seu conhecimento sobre o passado, para que possa oferecer uma compreensão mais completa e precisa do mundo em que vivemos hoje.

A República teve um papel fundamental na história de Roma e também na contemporaneidade como uma instituição de longa duração. Na Roma antiga, a República foi uma forma de governo que surgiu no século VI a.C. e durou até o início do Império Romano, no século I a.C. A República romana também teve um importante papel na construção da identidade política e cultural da sociedade romana. Além disso, a República romana permitiu que a sociedade romana desenvolvesse um sistema jurídico avançado e que os cidadãos tivessem participação ativa na vida política da cidade. No entanto, vale ressaltar que a ideia de República pode assumir diferentes formas, dependendo do contexto histórico e cultural em que está inserida.

A República não se limita a ser apenas uma forma de governo específica, ela abrange a noção de "coisa pública". Essa expressão se refere ao que pertence ao povo, ao domínio público, ao que é de interesse comum e que se opõe aos assuntos privados. A República é, portanto, um regime que tem como principal virtude a afirmação do valor da liberdade política, da igualdade dos cidadãos e do direito destes de participar da vida pública. A ideia de coisa pública remete ao fato de que em uma República, o poder é exercido em nome do povo, e não de uma única pessoa ou grupo. É um governo baseado na vontade popular, que busca promover o bem comum e proteger os direitos individuais e coletivos dos cidadãos.

Consideramos que historiadores tem o dever de exercer a sua profissão de forma crítica, mesmo que seus trabalhos possam ser instrumentalizados pelos portadores da memória analisada ou pela instância política. Ao se submeter à instrumentalização política ou ideológica, o trabalho do historiador aos poucos perde a sua credibilidade e a sua função de produzir conhecimento histórico se esvazia. A história deve ser contada com rigor metodológico e de

forma a contribuir para a compreensão da sociedade e do mundo em que vivemos. Portanto, cabe ao historiador ter a consciência crítica e ética para evitar a instrumentalização de seus trabalhos, mesmo que isso possa trazer-lhe problemas ou conflitos com as autoridades ou com os portadores de memória.

A construção da Constituição de 1988 envolveu movimentos contraditórios e embates formidáveis entre forças políticas distintas. A estrutura agrária foi mantida, a autonomia das forças armadas prevaleceu para definir assuntos de interesse próprio, a inegibilidade dos analfabetos, apesar do inédito direito ao voto, estabelecida. Mas a Constituição de 1988 é a melhor expressão de que o Brasil estava firmando um sólido compromisso democrático e moderna nos direitos, com notória sensibilidade às minorias políticas, avançada em questões ambientais, empenhada em prover instrumentos constitucionais legais para a participação popular e direta, determinada a limitar o poder do Estado sobre o cidadão e a exigir políticas públicas voltadas para enfrentamento dos problemas mais graves da população brasileira.

A Constituição de 1988 representou um marco importante na história do Brasil, já que ela garantiu o exercício pleno de direitos e por isso foi chamada de “cidadã”. A partir dessa conquista, é possível dizer que o país iniciou um período consistente e duradouro de vigência das liberdades públicas e de solidez das instituições democráticas. A Constituição de 1988 representou um avanço significativo na garantia dos direitos individuais e coletivos, estabelecendo uma série de mecanismos que permitiram a consolidação da democracia no Brasil. Além disso, a Constituição reconheceu a importância da participação popular no processo democrático, ao prever instrumentos como a iniciativa popular de leis e a consulta popular. No entanto, é importante frisar que essa conquista não pode ser enxergada como definitiva, já que é necessário continuar trabalhando para aprimorar as instituições democráticas e garantir a plena vigência das liberdades públicas.

A Constituição, promulgada com forte “ódio a ditadura, ódio e nojo”, iniciou um duradouro período de vigência das liberdades públicas, tolhidas nas duas décadas anteriores. Difícil imaginar que 32 anos após a promulgação, o país fosse escolher um acadêmico de renome (Fernando Henrique Cardoso), um sindicalista como Luis Inácio Lula da Silva ou Dilma Rousseff, uma mulher que durante a juventude entrou nas fileiras da luta armada contra os governos militares<sup>10</sup>.

Oswaldo Amaral, professor de Ciência Política da Universidade estadual de Campinas (UNICAMP), ao escrever sobre o contexto sociopolítico onde o futuro Partido dos

---

<sup>10</sup>SCHWARCZ. Lília M. STARLING, Heloisa M. **Brasil, uma Biografia**. Companhia das Letras. Abr. 2015

Trabalhadores foi cimentado, escreve em “A estrela não será mais vermelha”:

Não é demais lembrar que, após o golpe de 1964, o governo se aproveitou de todos os instrumentos que lhe dava a legislação trabalhista para sufocar o movimento sindical. Nos anos de 1964 e 1965, o Ministério do Trabalho realizou 432 intervenções em organizações sindicais, substituindo líderes eleitos por pessoas nomeadas. Além das intervenções, que tinham o claro objetivo de limpar o terreno de indesejáveis lideranças ideologicamente desafinadas com o novo regime, o governo militar ampliou o controle do Estado sobre os sindicatos. As decisões sobre reajustes salariais passaram a ser monopolizadas pelo governo e os trabalhadores perderam seu mais importante instrumento de luta: o direito de greve. A repressão aos trabalhadores e suas organizações possibilitou a adoção de uma política de arrocho salarial, que foi um dos pilares do crescimento do país entre 1969 e 1973. Nestes anos, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) nacional crescia a uma média anual superior a 11%, os trabalhadores menos qualificados viam a miséria aumentar e suas condições de trabalho piorarem. O novo sindicalismo começou a questionar a política de arrocho salarial do governo em 1977. Naquele ano, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) descobriu que o governo havia manipulado os índices relativos ao aumento do custo de vida de 1973. Com esta informação, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD) pediu ao Dieese que calculasse as perdas salariais dos metalúrgicos com a falsificação dos números. A partir daí, o sindicato articulou-se com outras associações da região e lançou a campanha pela reposição do índice. Foi também durante a mobilização que Luiz Inácio da Silva, o Lula, então presidente do SMSBCD, foi alçado à condição de principal porta-voz dos trabalhadores e tornou-se o mais conhecido dos chamados novos sindicalistas, nascido em Garanhuns, em 1945, o torneiro-mecânico Lula assumiria o comando do sindicato em 1975, um gigante com cerca de 52 mil associados<sup>11</sup>.

Na época, o Brasil vivia sob uma ditadura militar que reprimia duramente os movimentos sociais e sindicais. No entanto, os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema iniciaram uma série de mobilizações em defesa de seus direitos, como a luta pela redução da jornada de trabalho e por melhores salários. Lula, que era presidente do SMSBCD (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema), tornou-se um importante líder sindical nesse contexto. Ele defendia a unidade dos trabalhadores e o uso de métodos mais combativos de luta, como as greves e as ocupações de fábricas.

O chamado "novo sindicalismo" no Brasil, que surgiu a partir da dinâmica das greves e da organização dos trabalhadores liderados pelos sindicalistas metalúrgicos do ABC paulista - entre eles, Luiz Inácio da Silva, o Lula. Esse movimento buscava uma estrutura sindical independente do Estado, capaz de negociar diretamente com os empregadores e afastada da Justiça do Trabalho, que era vista como ineficiente e ligada ao Estado. O "novo sindicalismo"

---

<sup>11</sup> AMARAL, Oswaldo E. **A estrela não é mais vermelha**. São Paulo: Editora Garçonni, 2003. p. 23-25

também se destacava por sua luta contra a ditadura militar e por uma maior democratização do país.

Diferente dos sindicatos tradicionais ligados ao modelo varguista, esses novos sindicatos eram construídos a partir das bases, ou seja, dos trabalhadores nas fábricas. Eles tinham um formato mais democrático e participativo, com decisões sendo tomadas em grandes assembleias que podiam reunir dezenas ou até mesmo centenas de milhares de trabalhadores, como foi o caso das famosas assembleias no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. Esses sindicatos foram fundamentais para a luta contra a ditadura militar e para a conquista de direitos trabalhistas e sindicais.

Poucos anos depois das Greves Gerais no ABC paulista, o MDB – ainda no início dos 1980, rebatizado de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Era o início de um processo de reconfiguração conservadora no partido. Tal modificação trouxe as características visíveis no partido até hoje: um dos maiores – talvez o maior na Nova República - blocos de apoio parlamentar ao governo — seja qual for, independentemente de partido a que esse governo pertença. Após a rachadura interna, em junho de 1988, na capital brasileira, um grupo de dissidentes mais à esquerda do partido anunciou a criação de um “novo PMDB” o Partido da Social Democracia Brasileira.

De início, o PSDB tinha nas suas fileiras, oito senadores e quarenta deputados federais que representavam mais da metade das unidades federativas. O símbolo era um tucano, ave cuja cor lembrava as mesmas usadas na campanha das Diretas Já. Liberais, socialdemocratas, entre outros integrantes defendiam um modelo parlamentarista de governo, uma reforma do estado capaz de destravar questões sobre a privatização de estatais e a consolidação da democracia brasileira. Tinha uma forte base política em São Paulo, de onde saíram nomes ilustres do partido como Fernando Henrique Cardoso, Mario Covas e José Serra<sup>12</sup>.

A frustração dos brasileiros com o governo Sarney (1985-1989) surtiu efeitos nas eleições de 1989, a primeira com voto popular desde 1961. Como boa parte da história política do país, apareceu na época a figura de um possível salvador do país. O candidato ao posto era Fernando Collor de Mello, na época, governador de Alagoas, 40 anos (cinco a menos que Lula), líder de um movimento moralizador contra a corrupção e os tais “marajás” (o topo do funcionalismo público). Boa parte dos eleitores compraram o discurso de Collor, um político que pregava o combate enérgico contra corrupção, o empreguismo e a suposta preguiça dos funcionários públicos. Assim como Jânio Quadros (janeiro-agosto 1961), Collor demonstrava

---

<sup>12</sup>SCHWARCZ. Lília M. STARLING, Heloisa M. p. 407-409

certo desprezo e desdém pela classe política vigente além da verve de moralismo barato.

A eleição presidencial brasileira de 1989 foi marcada por um alto grau de polarização e controvérsia. Na última semana da campanha, a disputa se acirrou entre os candidatos Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, com Collor saindo vitorioso por uma margem estreita de votos. Collor, que representava a aliança dos partidos da direita, tinha a seu favor uma campanha publicitária extremamente bem financiada e uma grande cobertura da mídia. Ele também conseguiu mobilizar muitos eleitores jovens e de classe média, que o viam como um candidato moderno e carismático.

Por outro lado, Lula, que representava a esquerda, enfrentou dificuldades em sua campanha, incluindo a desconfiança de muitos eleitores em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a resistência da mídia tradicional em dar-lhe espaço. Além disso, houve muitas acusações de fraude e manipulação durante a eleição, especialmente no segundo turno. No final, Collor foi eleito presidente do Brasil, mas seu mandato foi marcado por escândalos de corrupção e uma crise econômica profunda.

A primeira campanha eleitoral para presidente que Lula enfrentou contava com mais de 20 candidatos. Na prática, as eleições de 1989 foram decididas na última semana e foram bastante polarizadas no sentido político. Em favor do candidato Collor, grandes somas de dinheiro e muita divulgação nas grandes mídias. O apoio recebido das grandes empresas de comunicação — Roberto Marinho, até então, presidente das Organizações Globo. A campanha ficou concentrada em atacar o Partido dos Trabalhadores (PT).

A classe média, que se sentia confiscada dia após dia pela inflação comprou fácil o discurso anticomunista. Dizia-se que com a vitória do Lula, quase 1 milhão de empresários deixariam o Brasil. O nome do candidato petista apareceu inclusive no caso do sequestro do empresário Abílio Diniz. No fim, Collor venceu as eleições com cerca de 50% dos votos válidos contra 44% de Lula. Fernando Collor de Melo tomou posse em Brasília no dia 15 de março de 1990.

O governo Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro na Nova República a implantar um programa de distribuição direta de renda, o Bolsa Escola. Também foi destaque pelas ações no campo social se destacou por suas ações no campo social — como os programas Bolsa Alimentação e PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil, 1996), projetos que receberam contribuições da esposa de FHC, a antropóloga Ruth Cardoso, destinados para atender a população pobre: Comunidade Solidária, Capacitação Solidária, Alfabetização Solidária.

Os grandes feitos das duas gestões Lula foram o combate à miséria, o esforço na

criação de políticas de redução da pobreza, a diminuição da desigualdade econômica e uma expansão da inclusão social. Os esforços para aumentar a renda dos trabalhadores incluiu também a ampliação do crédito e o aumento do salário-mínimo — de cerca de 60% entre 2000 e 2013. O Programa Bolsa Família, criado em 2004, significava transferência direta de renda para a população pobre e extremamente pobre.<sup>13</sup>

A partir da eleição de 2002 o PT toma uma nova forma enquanto partido, uma mudança expressa em algumas dimensões. Eis algumas. Esse novo partido tem semelhanças com o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) antes de 1964. Num sentido específico até com o MDB dos anos 1970. O PT se transformou aos poucos no “partido dos pobres”. No Brasil pós 1945, sempre apareceu um partido de vocação popular. Um partido com essas características traz uma oportunidade eleitoral significativa no país. Sendo o Brasil um país com enormes desigualdades, o PT com essa nova configuração coloca em evidência uma espécie de “segunda alma do partido”, quando arquiva a antiga radicalidade. Até a fundação do PT em 1980, o Brasil não tinha conhecido um partido nitidamente de Esquerda que aglutinava elementos moderados e radicais da política nacional.

A Proclamação da República que poderia eliminar essa característica “atrasada” do país foi feita também sem nenhuma participação popular – na verdade sabemos que foi um Golpe de Estado perpetrado por lideranças civis e militares – e que colocou na dianteira política as mesmas oligarquias que deram suporte nos primeiros anos de Império. O momento de ruptura vem com Vargas em 1930, quando acontece um deslocamento da esfera de poder, não mais em SP, algo que culminou na guerra civil entre forças federais e forças paulistas. Vargas, vale lembrar foi um dos criadores do PTB. Getúlio Vargas também conseguiu se estabilizar no governo mediante um processo de conciliação através de alianças com fortes lideranças políticas locais. Apesar do avanço nas leis trabalhistas – pauta de luta dos primeiros movimentos grevistas do Brasil – a situação dos mais pobres frente aos coronéis não teve mudanças expressivas. como uma força de atraso no desenvolvimento do país. Nasceu com o ideal de romper com essa tradição política.

Depois de três tentativas frustradas, Luis Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em 2002. Na campanha, o ex-sindicalista do Partido dos Trabalhadores se afasta da imagem da esquerda radical e faz alianças com setores políticos conservadores. Beneficiado pelo “boom das commodities”, o “reformismo fraco” dos governos Lula da Silva, apesar de não provocar um rompimento radical na política econômica com aquilo estabelecido desde a Nova República,

---

<sup>13</sup>SCHWARCZ. Lília M. STARLING, Heloisa M. p. 417-419

conseguiu reduzir desigualdades, em especial por meio da política de aumento do salário mínimo e de expansão do emprego programas específicos que apoiavam à pequena agricultura, a garantia de subsídios para moradias populares e a democratização do acesso à universidade pública. O Lulismo foi uma ideia que surgiu após o primeiro mandato do governo Lula da Silva (2003-2006) onde ocorreu, segundo André Singer, uma reinvenção política. Vale a pena, uma breve apresentação do autor desse conceito importante para nossa análise geral sobre os governo Lula:

Nascido em 1958, André Singer graduou-se em Ciências Sociais em 1980 e em Jornalismo em 1986 pela Universidade de São Paulo (USP). Obteve o título de mestre em 1993, doutor em 1998 e livre docente em 2011 na mesma instituição de ensino superior. Por causa de sua dupla formação, tanto exerce o jornalismo quanto à docência. Foi secretário de redação do jornal no biênio 1987-1988 e desde 1990 Folha de S. Paulo é professor. Sua militância no Partido dos Trabalhadores (PT) o levou a tornar-se porta voz da presidência da República no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva e secretário da imprensa da Presidência da República de 2005 a 2007. Ao explicar sobre o Lulismo, Singer diz:

Acho que pensar o lulismo como uma ideologia, de fato, apresenta problemas que eu não enfrentei no livro. Acho que o lulismo deve ser entendido melhor como uma invenção política, como uma criação política que aconteceu nos dois mandatos do ex-presidente Lula, que eu chamei de lulismo porque acho, que de alguma maneira, a figura dele, enquanto liderança política encarna essa invenção política que ocorreu naquele período. Essa invenção, basicamente é a ideia de você fazer transformações no Brasil que tem, possivelmente, ao longo do tempo um caráter estrutural, mas que são feitas sem confrontos com o capital. Se isso vai se transformar em uma ideologia só o tempo irá dizer. Eu não apresento isso como uma hipótese que tenha um desdobramento ideológico O lulismo foi uma interrupção da política neoliberal no Brasil. O que aconteceu foi que aspectos da política neoliberal, importantes, mas não a política neoliberal como um todo, foram incorporados dentro do lulismo. Repito: aspectos importantes, mas apenas aspectos. Por quê? Porque esses aspectos se juntaram com propostas e programas que vão no sentido oposto, como o aumento do salário mínimo, como a geração de empregos, para citar duas das mais importantes políticas que são o contrário do neoliberalismo<sup>14</sup>.

A partir de 2003, o presidente Lula iniciou um movimento novo na Nova República: mudar o Brasil, sobretudo na questão social, ao melhorar a vida das camadas populares – especificamente dos mais pobres – sem qualquer tipo de radicalização política. A partir daí, começa a acontecer uma série de desdobramentos que tem a ver tanto com o mandato primeiro

---

<sup>14</sup>KAMRADT, João. CARLO, Josnei di. *Pensando as eleições e o sentido do Lulismo*. **Revista eletrônica de pós-graduandos em sociologia política da UFSC**. Em tese, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul/dez, 2013. p. 117-119. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2013v10n2p116/28083>.

do presidente Lula quanto do segundo. Uma série de medidas políticas que visavam alcançar os mais pobres, como o Bolsa Família, exemplo mais conhecido de transferência de renda direta para as pessoas mais necessitadas do país que, ao mesmo tempo, ativa a economia de muitas regiões até então sofridas como interior do Nordeste. Dois dos grandes pilares que o lulismo se assentou são a transferência direta de renda para os mais pobres e a valorização do salário mínimo, elemento que é grande fonte de distribuição de renda no Brasil. Um terceiro elemento importante foi o Crédito consignado, algo que permitiu pessoas de renda mais baixa tivessem acesso à créditos com juros mais baixos, algo importante para o expressivo aumento do consumo e reativação da economia, vindo das camadas econômicas mais baixas da sociedade, tudo sem nenhum tipo de radicalização política.

Paulo Singer, em entrevista para um canal voltado para Movimentos sociais, diz:

Muitos me perguntam se o lulismo depende de uma liderança carismática. Eu diria que sim e não. Em parte, sim, algo visível sobretudo no Nordeste do Brasil. Foi um programa que conseguiu de fato a diminuição da pobreza com certa redistribuição de renda e no campo político obteve êxito com a vitória dupla da sucessora Dilma Rousseff<sup>15</sup>.

Fazer uma transformação estrutural no Brasil sem nenhum tipo de radicalização política, sem confronto político é praticamente impossível porque, na realidade temos uma estrutura de classes que faz com que as mudanças sejam historicamente contidas. A histórica e gigantesca desigualdade no Brasil tem conexões com as estruturas de classe do país. O que permitiu ao Lulismo praticar uma mágica por tanto tempo? Em parte, sorte: Lula encontrou no começo do segundo mandato uma situação internacional favorável do ponto de vista econômico, um período de forte crescimento mundial que há muito não acontecia juntamente com forte valorização das commodities, sendo o Brasil um grande exportador. Luis Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002 com 61% dos votos, pelo PT, derrotando na época o candidato José Serra, aliado do até então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Foi o segundo presidente do Brasil a governar legitimamente por dois mandatos seguidos. Sua campanha eleitoral se baseou tanto na conciliação do capital quanto na busca pela erradicação da miséria.

Na época, Lula adotou um discurso voltado para a valorização do empresariado no processo de transformação social via distribuição de renda para os mais pobres. O processo de transição de governo foi sem menores conflitos, já que a política econômica já em desenvolvimento no governo FHC continuaria. Em 2006, Lula é reeleito. A principal ação do

---

<sup>15</sup> *TV Democracia. Lulismo, por André Singer. Youtube.* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=naoQJpYBPOw>. Acesso em 26 out. 2020.

governo é o Plano de Aceleração do Crescimento. Foram registradas crescimento da malha ferroviárias, estradas, portos e hidrelétricas. Uma crise econômica com origem nos Estados Unidos acaba afetando vários países. Poucos meses após o estouro da crise (setembro de 2008), a taxa de desemprego sobe no Brasil. Com desonerações e incentivos para empresas privadas, o governo consegue controlar a situação.

O Lulismo foi uma ideia que surgiu após o primeiro mandato do governo Lula da Silva (2003-2006) onde ocorreu, segundo André Singer, uma reinvenção política. A partir de 2003, o presidente Lula iniciou um movimento novo na Nova República: mudar o Brasil, sobretudo na questão social, ao melhorar a vida das camadas populares – especificamente dos mais pobres – sem qualquer tipo de radicalização política. A partir daí, começa a acontecer uma série de desdobramentos que tem a ver com o mandato primeiro do presidente Lula quanto do segundo. Uma série de medidas políticas que visavam alcançar os mais pobres, como o Bolsa Família, exemplo mais conhecido de transferência de renda direta para as pessoas mais necessitadas do país que, ao mesmo tempo, ativa a economia de muitas regiões até então sofridas como interior do Nordeste, em associação com a valorização do salário-mínimo. É bastante comum encontrar entrevistas gravadas anos passados com o ex-porta voz do governo Lula, em que ele explica de forma mais detalhada, o significado do Lulismo, em entrevista para o canal Tv Democracia:

Muitos me perguntam se o Lulismo acabou. Diria que ele teve um momento de colapso que coincide com o impeachment da presidenta Dilma, mas não acabou, já que é um projeto político de longa duração, o que não signifique que ele tenha contradições e problemas. Numa história longa de desigualdade no Brasil é difícil sustentar essas transformações sem qualquer tipo de confronto<sup>16</sup>.

Dentro da lógica da política brasileira, o Partido dos Trabalhadores passou por um processo de realinhamento eleitoral que foi consagrado em 2006, momento em que bases sociais da candidatura Lula foram modificadas. Até 1989, a base eleitoral de Lula estava concentrada em partes da classe média, se considerarmos que um metalúrgico é alguém de classe média e abaixo deles o subproletariado – uma figura sem a mesma formação de classe de um trabalhador europeu, por exemplo. Em 2006, o presidente Lula, sempre votado pela camada média social passou a ser votado pela camada de subproletariados – a parte da população cuja renda familiar não passa de 2 salários-mínimos. A classe média tradicional, aquela já estabelecida há mais de uma geração, se afastou a longo prazo. O lulismo criou uma nova base eleitoral. Tivemos uma estagnação da economia nos anos 1980 e 1990. Houve uma paralisia dos processos de

---

<sup>16</sup> *Lulismo*, por André Singer. **TV da democracia**. Abr. 2018, 7min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=naoQJpYBPOw>

incorporação dos trabalhadores. Setores aquém do proletariado, por exemplo, não trabalham de carteira assinada. Para conseguir alcançar o nível de proletário no Brasil faz-se necessário estar inserido nos benefícios concedido pela carteira de trabalho (direitos previdenciários, trabalhistas, ...). Com o arrocho salarial promovido pela ditadura civil-militar, ainda que com o processo de industrialização verificado a partir de 1967 – uma modernização conservadora, sem ação de sindicatos e sem liberdade política. Numa entrevista de Lula concedida para André Singer em 1989, Lula já sinalizava a necessidade de ganhar o voto do “grupo do salário mínimo”. Como isso se realizou em 2006 pode ser respondido a partir da conjuntura da época, como o caso da valorização das *commodities*.

Entre as características do Lulismo também está o fato de o presidente da república perceber o medo de ruptura política por parte dos mais pobres apesar da necessidade de o Estado cuidar dos mais pobres. Algo chama atenção do professor Singer em 1989, quando Collor de Mello consegue também o voto dos mais pobres. O candidato metalúrgico, de repente tinha o voto da classe média enquanto o candidato de vida aristocrática tinha o apoio dos mais pobres. Em uma pergunta sobre a necessidade de reprimir greves com maior força, o apoio a essa atitude era maior conforme diminui a renda da entrevista. Singer conclui que a resposta está conectada com o alto grau de vulnerabilidade da camada entrevistada, já que perturbações da ordem vigente podem significar a perda de emprego e renda para pessoas não sindicalizadas.

O subproletariado o é assim porque não consegue participar da luta de classes. Não é uma camada particularmente conservadora já que deseja mudanças vindas com a ação do Estado. Como exemplo podemos usar o caso de trabalhadores sindicalizados com capacidade de organização e negociação com os patrões. No caso de um motorista de ônibus, proletários e subproletários entram em choque devido a esse caso. Anseio por mudanças com preservação da ordem marcam o lulismo. Pelas resoluções podemos aferir que o PT após 2002. Essa mudança está relacionada com a “Carta ao povo brasileiro”, incorporada posteriormente no governo. Foi uma mudança no sentido de “arquivar o radicalismo”, um radicalismo visto nos primeiros anos de partido que prestou importantes serviços ao país. Em 2002 passou a ser feita uma mudança gradual unida com um pacto conservador, chamado por Singer de “Reformismo Fraco”.

O PT nasceu determinado a fazer uma ruptura em uma realidade política brasileira marcada pelas práticas políticas conciliatórias, feitas geralmente de cima pra baixo. De 2002 em diante, a confrontação tão marcante no PT dos anos de 1980 e 1990 foi suprimida. Eis o pacto conservador (superavit alto, juros altos, cuidados com a LRF). A consequência desse pacto se expressa nas reformas, feitas de maneira lenta. As desigualdades no período Lula

diminuíram mas a um ritmo lento – lentidão explicada pelo tamanho monstro da desigualdade brasileira. O compromisso em manter a estabilidade econômica com distribuição de renda foi o grande trunfo do governo de Luis Inácio Lula da Silva, sendo a política mais expressiva, o estabelecimento e fortalecimento do programa bolsa-família: entra ou sai presidente, dificilmente será desfeito. Andre Singer, para facilitar a compreensão do termo “Subproletariado”, usa como base sociológica a base do pensamento do sociólogo Jessé de Souza. Assim diz o cientista político Singer:

A fração de classe sempre esquecida enquanto uma classe de indivíduos ‘precarizados’ que se reproduz há gerações “se desligou das classes dominantes em 2006. Daí a polarização entre ricos e pobres. Para Jessé Souza, a ralé, como ele chama a fração de classe que nós denominamos subproletariado, seria explorada enquanto “corpo” pela classe média tradicional. O lulismo mexe com um conflito nuclear no Brasil, aquele que opõe ‘incluídos’ e ‘excluídos’. Jessé Souza chega a propor que numa ‘sociedade periféricamente moderna como a brasileira’ esse é o conflito central, e não o que opõe trabalhadores e burgueses, subordinando em ‘importância todos os demais’. Não obstante haver um equívoco, como veremos, nessa formulação, ela expressa a relevância de termos quase 1/3 da população brasileira despreparada ‘para o trabalho produtivo no capitalismo altamente competitivo de hoje’. Ou seja, no fato marcante de que nas camadas populares brasileiras há uma vasta porcentagem que está aquém do proletariado. Sem essa compreensão, não se perfila a importância do lulismo. O subproletariado se firma no suporte a Lula e ao pt, na expectativa de que se cumpra o programa de inclusão<sup>17</sup>.

O Programa Bolsa-Família, o aumento do salário-mínimo, a criação do crédito consignado, que permitiu que setores de renda mais baixa acendessem ao consumo de bens duráveis, programas como o “luz para todos”, a regularização de muitas terras quilombolas, a construção de cisternas no nordeste, entre outros programas, especificamente voltados para os setores de menor renda. Foi na mesma época que a classe média, que até então tinha votado em Lula, abandona o PT, desiludida com o esquema do “Mensalão”. O fato de a biografia pessoal ele ter vivido na pele a mesma situação das pessoas de menor renda, influenciou no sentido de ele ter uma certa sensibilidade especial para esses setores da população, diz Singer. No Lulismo, os mais pobres se alinharam próximos ao presidente, movimento que, segundo Andre Singer, favorece a permanência do PT no poder. Nas cidades onde a renda média é mais baixa, geralmente no entorno de grandes metrópoles, a força eleitoral do PT era maior, até então.

A principal contradição do Lulismo tem a ver com o centro do projeto. Fazer uma transformação estrutural no Brasil sem nenhum tipo de radicalização política, sem confronto

---

<sup>17</sup>SINGER, Andre. **Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e Pacto Conservador**. Companhia das Letras, 2012. p. 23-25

político é praticamente impossível porque, na realidade temos uma estrutura de classes que faz com que as mudanças sejam historicamente contidas. A histórica e gigantesca desigualdade no Brasil tem conexões com as estruturas de classe do país. O que permitiu ao Lulismo praticar uma mágica por tanto tempo? Em parte, sorte: Lula encontrou no começo do segundo mandato uma situação internacional favorável do ponto de vista econômico, um período de forte crescimento mundial que há muito não acontecia juntamente com forte valorização das commodities, sendo o Brasil um grande exportador.

Do ponto de vista econômico criou-se uma margem na qual era possível fazer um pouco de tudo ao mesmo tempo: oferecer uma margem grande de lucro para o capital e ao mesmo tempo fazer concessões para as camadas populares e trabalhadores, circunstâncias aproveitadas bem pelo ex-presidente Lula e sua inegável habilidade política. A primeira fase do Lulismo foi favorecida por esses fatores. De 2008 em diante as condições econômicas mundiais começam a mudar e passaram a ser desfavoráveis para o projeto lulista. Num primeiro momento, Lula conseguiu superar aquela situação aproveitando de circunstâncias favoráveis e habilidade política já que na época Estados entraram com muito dinheiro público para salvar empresas (vide EUA), algo feito no Brasil também. O programa “Minha Casa, Minha Vida” é um bom exemplo, já que era um projeto importante para as camadas populares mas ao mesmo tempo salvava as construtoras. No entanto essas coisas começam a se complicar em 2011, em coincidência com o início do mandato da ex-presidenta Dilma. Tudo que Lula teve de sorte Dilma teve de azar.

Na segunda fase da Crise de 2008 a orientação do mercado internacional não mais era de aplicar dinheiro público para salvar bancos e sim praticar medidas de austeridade econômica. Na época, Dilma toma uma decisão bastante ousada: para se contrapor a onda de crise internacional: manter o crescimento econômico com industrialização. Para isso, Dilma fez um confronto com o setor financeiro, forte setor do Capital. Dilma fez isso sem mobilização das bases políticas de apoio, mesmo sendo ela uma continuadora do lulismo. Sem a sorte das circunstâncias e sem habilidade política. Abriu uma oportunidade para que forças de oposição entrassem numa política para derrubar Dilma. Abre-se uma nova crise, bastante fortalecida pelo escândalo da operação “Lava Jato” e pelo protagonismo de Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados federais fizeram com que o lulismo entrasse em colapso, algo concluído com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

O episódio que envolve os dois mandatos petistas representa as contradições do lulismo enquanto projeto político, no momento que as dificuldades advêm quando o confronto é praticamente inevitável. Embora a economia brasileira tivesse dificuldades entre 2011-2014 a

ex-presidente Dilma conseguiu ao menos garantir emprego e renda até o final de 2014, garantindo que o principal benefício do lulismo fosse mantido. A crise que o lulismo enfrentou no governo Dilma foi aos poucos forçados a implementar políticas antipopulares, cuja profundidade pode afetar até mesmo a base do subproletariado do lulismo. Também existiu uma série de denúncias que acabou afetando os partidos da base governista, algo que leva o lulismo a responder pressões nessa área. Mas a questão sobre elementos do Lulismo dentro governo Dilma, deixaremos para futura pesquisa.

Segundo o autor Yan Carreirão, no artigo *A eleição presidencial de 2002*, o processo que ajuda a compreender a decisão do voto dos brasileiros na época envolvia conjuntos de temas diversos, cada um com maior ou menor interesse a depender dos grupos sociais. Ainda assim, uma pauta era predominante entre os eleitores:

Entre as propostas dos candidatos, as que tiveram maior consideração por parte dos eleitores foram as relacionadas ao emprego: o desemprego foi realmente o grande tema da disputa eleitoral, diferentemente das eleições anteriores (especialmente em 1989 e em 1994), em que a estabilidade econômica (combate à inflação) foi mais central<sup>18</sup>.

No campo econômico, o governo de Lula, mais especificamente no primeiro mandato, colocou em prática uma política econômica que, ao longo dos anos seguintes trouxe resultados positivos para o país. O controle da inflação e a garantia da estabilidade do Real foram os objetivos iniciais do governo Lula da Silva, já que havia na época grande temor, principalmente do mercado financeiro, Falava-se que o governo Lula não tinha capacidade de controlar esses índices.

O governo Lula iniciou o mandato com uma inflação de 12,53%, herdada do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em 2006, a inflação registrou 3,14%, e Lula encerrou o primeiro governo com a inflação em alta, 5,90%. O crescimento do PIB foi outro aspecto econômico positivo dos governos Lula. Tal fato foi possibilitado, em certa parte também pelo crescimento econômico de países como a China, nação que se tornou a principal parceira econômica do Brasil. O fortalecimento da economia brasileira durante o período 2003-2007 foi a grande responsável pelos impactos da crise econômica de 2008 terem sido menos severos no Brasil em comparação com o cenário internacional, cujos impactos no PIB ainda assim foram sentidos. Tais impactos só não foram mais violentos entre 2008-2010 porque o governo Lula

---

<sup>18</sup>Bons gráficos sobre intenção de voto e perfil do eleitorado na época podem ser conferidos em: CARREIRÃO, Yan. *A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais*. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, 22. p.179-194. Jun, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a13.pdf>

tomou medidas anteriores que incentivaram o consumo interno dos brasileiros. Mais que um indicador econômico positivo, este fato produziu mudanças significativas no comportamento da sociedade. De certa, eram políticas que garantiram um pouco de dignidade e de cidadania para a vida dos cidadãos do Brasil.

Em oito anos com Lula presidente do Brasil, foram criados cerca de 15 milhões de vagas com- carteira assinada, o que elevou na época o número de trabalhadores no mercado formal. Quando Luis Inácio Lula assumiu a presidência, em janeiro de 2003, o índice de desemprego calculado pelo IBGE estava em 11,2% e chegou a 13% poucos meses depois em seis capitais metropolitanas. Naquele mesmo 2003 foram criados 645 mil empregos, ainda insuficientes para atender os milhares de jovens que entravam no mercado de trabalho. Ao longo dos anos, os números foram melhorando aos poucos, e os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho mostravam certo fôlego nas contratações. Foram criados aproximadamente 2,5 milhões de novos postos de trabalho em 2010, no último ano de governo Lula. Na Construção Civil, depois de um período de demissões no início do governo, começou a contratar em 2004 e fechou os oito anos de mandato de Lula com um saldo de mais um milhão de vagas criadas. O setor da construção foi um dos grandes motores da dupla administração Lula. Entre os incentivos do governo estão os subsídios para o comprador de baixa renda no programa Minha Casa Minha Vida e a redução dos impostos sobre materiais de construção, no fim de 2008<sup>19</sup>.

Em vista de um promissor panorama econômico, criou-se uma margem na qual era possível fazer um pouco de tudo ao mesmo tempo: oferecer uma margem grande de lucro para o capital e ao mesmo tempo fazer concessões para as camadas populares e trabalhadores, circunstâncias aproveitadas bem pelo ex-presidente Lula e sua inegável habilidade política. A primeira fase do Lulismo foi favorecida por esses fatores. De 2008 em diante as condições econômicas mundiais começam a mudar e passaram a ser desfavoráveis para o projeto lulista. Num primeiro momento, Lula conseguiu superar aquela situação aproveitando de circunstâncias favoráveis e habilidade política já que na época Estados entraram com muito dinheiro público para salvar empresas (vide EUA), algo feito no Brasil também. O programa “Minha Casa, Minha Vida” é um bom exemplo, já que era um projeto importante para as camadas populares, mas ao mesmo tempo salvava as construtoras.

Diferente daquilo dito pelo ex-presidente Lula, não foi “uma marolinha” o efeito da Crise dos *subprimes* de 2008 no Brasil, porém o país conseguiu sair desse crise mais rápido que

---

<sup>19</sup> *O país do pleno emprego. IstoÉ Dinheiro.* Jan. 2011. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20110105/pais-pleno-emprego/3872.shtml>

outras economias. Isso tem ligação não só com medidas adotadas durante a crise (políticas de estímulo fiscal) como também com a postura do governo quanto aos investimentos públicos na área de infraestrutura. O crescimento no período 2006-2010 pode também ser ligado com o “boom das commodities” (soja, minérios, arroz, carne). Outra possibilidade de resposta é a manutenção da política econômica fincada sob o “tripé macroeconômico<sup>20</sup>”, já em voga desde os governos FHC. No entanto, a situação da economia coisas começaram a se complicar de 2011 em diante, em coincidência com o início do mandato da ex-presidenta Dilma. O episódio que envolve os dois mandatos petistas representa as contradições do lulismo enquanto projeto político, no momento que as dificuldades advêm quando o confronto é praticamente inevitável. Embora a economia brasileira tivesse dificuldades entre 2011-2014 a ex-presidente Dilma conseguiu ao menos garantir emprego e renda até o final de 2014, garantindo que o principal benefício do lulismo fosse mantido.

O Lulismo foi bem-sucedido quando as condições econômicas eram favoráveis. O investimento do estado na economia para que os ganhos não fossem perdidos foi prática dos governos petistas entre 2008 e 2011. Para André Singer, o lulismo é despolitizador: como é uma política de conciliação, não uma política de confronto, era necessário deixar bastante claro aos industriários e donos do capital que não havia uma mobilização ameaçadora.

Até 1989, a base eleitoral de Lula estava concentrada em partes da classe média, se considerarmos que um metalúrgico é alguém de classe média e abaixo deles o subproletariado – uma figura sem a mesma formação de classe de um trabalhador europeu, por exemplo. Em 2006, o presidente Lula, sempre votado pela camada média social passou a ser votado pela camada de subproletariados – a parte da população cuja renda familiar não passa de 2 salários-mínimos. A classe média tradicional, aquela já estabelecida há mais de uma geração, se afastou a longo prazo. O lulismo criou uma nova base eleitoral. Tivemos uma estagnação da economia nos anos 1980 e 1990. Houve uma paralisia dos processos de incorporação dos trabalhadores.

---

<sup>20</sup>São três as bases dessa política econômica adotada a partir de 1999, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e colocada em prática pelo economista de formação, Armínio Fraga, na época, Ministro da Economia: o “Câmbio flutuante” (“o preço de uma moeda em relação a outra no mercado de câmbio varia de acordo com a oferta e a procura por aquela moeda. Por conta da adoção desse regime é que todo dia se anuncia um valor diferente para o dólar”); as “Metas de inflação”, quando um órgão do Governo Federal determina a taxa de inflação que a economia brasileira deve ter a cada ano. De posse dessa informação, as autoridades monetárias que compõem o Comitê de Política Monetária – COPOM - se reúnem periodicamente e estabelecem qual deverá ser a taxa básica de juros”; e a “Meta fiscal” definida todo ano pelo Congresso Nacional, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). A alteração dessa meta é feita pelo poder executivo mediante autorização do Poder Legislativo. O descumprimento é configurado como crime de responsabilidade e levar ao impeachment do chefe do Executivo nacional. Uma boa análise do tema pode ser encontrada no **Politize!**, um bom site sobre política e economia, com linguagem de fácil entendimento, muito usado para alunos do ensino básico. Disponível em: <https://www.politize.com.br/tripe-macroeconomico-o-que-e/>.

Setores aquém do proletariado, por exemplo, não trabalham de carteira assinada. Para conseguir alcançar o nível de proletário no Brasil faz-se necessário estar inserido nos benefícios concedido pela carteira de trabalho (direitos previdenciários, trabalhistas, ...).

Entre as características do Lulismo também está o fato de o presidente da república perceber o medo de ruptura política por parte dos mais pobres apesar da necessidade de o Estado cuidar dos mais pobres. Algo chama atenção do professor Singer em 1989, quando Collor de Mello consegue também o voto dos mais pobres. O candidato metalúrgico, de repente tinha o voto da classe média enquanto o candidato de vida aristocrática tinha o apoio dos mais pobres. Singer conclui que a resposta está conectada com o alto grau de vulnerabilidade da camada entrevistada, já que perturbações da ordem vigente podem significar a perda de emprego e renda para pessoas não sindicalizadas. O subproletariado o é assim porque não consegue participar da luta de classes. Não é uma camada necessariamente conservadora já que deseja mudanças vindas com o ação do Estado. Essa mudança está relacionada com a “*Carta ao povo brasileiro*”<sup>21</sup>, incorporada posteriormente no governo. Foi uma mudança no sentido de “arquivar o radicalismo”, um radicalismo visto nos primeiros anos de partido que prestou importantes serviços ao país. Em 2002 passou a ser feita uma mudança gradual unida com um pacto conservador, chamado por Singer de “Reformismo Fraco”.

A partir da eleição de 2002 o PT toma uma nova forma enquanto partido, uma mudança expressa em algumas dimensões. Esse novo partido tem semelhanças com o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) antes de 1964. Num sentido específico até com o MDB dos anos 1970. O PT se transformou aos poucos no “partido dos pobres”. No Brasil pós 1945, sempre apareceu um partido de vocação popular. Um partido com essas características traz uma oportunidade eleitoral significativa no país. Sendo o Brasil um país com enormes desigualdades, o PT com essa nova configuração coloca em evidência uma espécie de “segunda alma do partido”, quando arquiva a antiga radicalidade. Até a fundação do PT em 1980, o Brasil não tinha conhecido um partido nitidamente de Esquerda que aglutinava elementos moderados e radicais da política nacional.

De todos os países da América Latina durante o processo de independência política nenhum manteve no governo uma mesma família que governava em tempos coloniais. A demora em abolir a escravidão africana no Brasil – evento singular no país – também faz parte do caráter conciliatório da história política brasileira já que é uma abolição retardada por décadas. A Proclamação da República que poderia eliminar essa característica “atrasada” do

---

<sup>21</sup>A carta está disponível em: <https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>.

país foi feita também sem nenhuma participação popular e que colocou na dianteira política as mesmas oligarquias que deram suporte nos primeiros anos de Império. O momento de ruptura vem com Vargas em 1930, quando acontece um deslocamento da esfera de poder, não mais em SP, algo que culminou na guerra civil entre forças federais e forças paulistas. Vargas, vale lembrar foi um dos criadores do PTB. Getúlio Vargas também conseguiu se estabilizar no governo mediante um processo de conciliação através de alianças com fortes lideranças políticas locais. Apesar do avanço nas leis trabalhistas – pauta de luta dos primeiros movimentos grevistas do Brasil – a situação dos mais pobres frente aos coronéis não teve mudanças expressivas. Ao ser fundado em 1980 o PT tinha em mente a história política de caráter conciliatório no Brasil e entendia isso como uma força de atraso no desenvolvimento do país. Nasceu com o ideal de romper com essa tradição política.

Os primeiros quinze anos do século XXI foram marcados por rupturas e discontinuidades nas trajetórias econômica e sociopolíticas no Brasil. Passado o “medo Lula”, no fim de 2002, a retomada da economia nacional se manifestou com mais ênfase a partir de 2007, por condições internas e externas favoráveis até 2008, com a explosão da crise financeira internacional. Entre os fatores externos para a recuperação do crescimento do Brasil nos primeiros anos do século vigente, destaque para a retomada do crescimento mundial, em especial pelo “efeito China”. Os impactos do aumento dos preços e quantidades exportadas das commodities agrícolas e mineiras nacionais tiveram expressivo benefício para as contas brasileiras com a aceleração do superávit comercial. política de valorização do salário mínimo, programas sociais e de inclusão, bem como tendência à redução da taxa de desemprego foram alguns dos efeitos vistos na época conhecida como “boom das commodities”. Tais políticas reduziram os índices de pobreza absoluta e do aumento da capacidade de gasto das famílias, sobretudo as de classes mais baixas, algo que culminou numa modernização dos padrões de consumo das famílias nos governos Lula<sup>22</sup>

Nesse período, concessões de crédito, via bancos públicos para empresas privadas, via bancos públicos, financiamento imobiliário, aumento do gasto público em investimentos, avanço na concessão de empresas e serviços públicos, redução de impostos —por exemplo, para automóveis e linha branca—, e aumento de subsídios, os quais tiveram impactos na manutenção de certo dinamismo da economia, ainda que em bases frágeis e, principalmente do elevado nível de emprego. Ou seja, pode se falar de um início de retomada no

---

<sup>22</sup> SAMPAIO. Daniel Pereira. *Economia brasileira no início do século XXI: desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017)*. **Semestre Económico**, 22(50). Enero-marzo 2019. pp. 107-128. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v22n50/0120-6346-seec-22-50-107.pdf>

período de 1999 a 2002, uma recuperação do crescimento no período de 2003 a 2006, uma posterior aceleração do crescimento, de 2007 a 2010 se falar de um início de retomada no período de 1999 a 2002, uma recuperação do crescimento no período de 2003 a 2006, uma posterior aceleração do crescimento, de 2007 a 2010.

Quando observou os votos para Lula da Silva, o estudioso André Singer argumentou que o desenvolver do “lulismo” estava baseado se na aproximação de eleitores de baixíssima renda – isto é, aqueles que recebem entre um e dois salários mínimos – do programa político representado pelo governo Lula, enquanto o mesmo Lula teria perdido a aprovação de parcela significativa das classes médias urbanas que o apoiaram em 2002. O lulismo não foi só resultado do Bolsa Família, fez parte de uma estratégia maior que envolveu também aspectos de política econômica. Ao aumentar o valor do salário-mínimo e a implementar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o governo, em regiões extensas do Nordeste, ativou a economia local. Os governos Lula tinham encontrado uma maneira de reativar a economia por baixo. Ruy Braga, professor de sociologia e chefe do departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) diz no artigo “*Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo*”:

Décadas de luta contra a desigualdade e por uma sociedade alternativa à capitalista desaguaram na incontestável vitória de Lula da Silva em 2002. Quase que imediatamente, o governo petista racionalizou, unificou e ampliou o programa de distribuição de renda conhecido como Bolsa Família, transformando a luta social contra a miséria e a desigualdade em um problema de gestão das políticas públicas. O governo de Lula da Silva instrumentalizou a pobreza ao transformá-la em uma questão administrativa. O programa Bolsa Família teria garantido a maciça adesão dos setores pauperizados das classes subalternas ao projeto do governo. Jogando no campo de seu adversário eleitoral, no campo da instrumentalização da pobreza e da gestão burocrática dos conflitos sociais, o governo de Lula da Silva derrotou o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), mas ao preço da despolitização generalizada das lutas sociais<sup>23</sup>.

Para Laura Carvalho<sup>24</sup>, professora do departamento de Economia da USP, existem dois períodos diferentes da política econômica dos governos Lula: um que vai até 2005, fim do primeiro mandato e outro iniciado em 2006. O chamado “boom das commodities” vem desde o início dos anos 2000, mas os efeitos disso dentro da economia brasileira ficaram mais evidentes de 2006 em diante. O início do governo Lula foi marcado por um crescimento

<sup>23</sup>BRAGA, Ruy. *Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center*. *Revista Crítica de Ciências*. Nº 103. 2014. p. 25-52

<sup>24</sup>As análises da professora Laura Carvalho podem ser encontradas num bom podcast chamado Entretanto. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/5JHiZT46LGwu6LbMx6be7B>

oscilante. A política econômica não se diferiu tanto dos anos FHC. Quando eleito, Lula gerou certo pânico no mercado financeiro, uma preocupação sobre quais rumos a economia brasileira tomaria.

O governo inicia no ministério da fazenda com Antônio Palocci, que não é exatamente economista mas que foi responsável pela condução de políticas econômicas suficientes para acalmar o mercado financeiro, especialmente com a continuidade da política de superávit primário (quando o governo valoriza o controle dos gastos públicos e a economia feita para pagar juros da dívida pública), embora ali no início do governo Lula já existisse a universalização dos programas sociais ao redor do Bolsa-família. Diferente do “milagre econômico” entre 1968-1973, o “milagrinho” durou menos tempo (2006-2010) e tem um caráter mais distributivo da riqueza produzida no país, enquanto o milagre econômico visto nos governos militares fortaleceu ainda mais a concentração de renda na mão de pouquíssimos.

Ainda segundo a professora Laura, o crescimento econômico interno aconteceu graças ao estabelecimento de políticas públicas que valorizaram o salário-mínimo. Vale lembrar que tal valorização tem impactos significantes na economia, já que benefícios sociais usados por milhões de brasileiros tem no salário-mínimo a base de cálculo. A valorização do salário-mínimo junto com o alcance do Bolsa-família explica a diminuição da desigualdade social histórica no país. Conforme as famílias mais pobres vão aumentando de renda, elas passam a consumir cada vez mais serviços diversos: restaurantes, salões de beleza, academias, entre outros importantes setores do ramo de serviços que também cresceram com força no período. São setores que empregam bastante uma força de trabalho pouco escolarizada. Já a redistribuição de renda do topo para a base não foi tão forte quanto do meio para baixo.

Todo crescimento econômico interno aconteceu graças ao estabelecimento de políticas públicas que valorizaram o salário-mínimo, algo já observado desde o início do plano real, mas com maior ênfase nos governos Lula. Vale lembrar que a valorização do salário-mínimo foi importante já que benefícios sociais usados por milhões de brasileiros tem no salário mínimo a base de cálculo. A valorização do salário-mínimo junto com o alcance do Bolsa-família explica a diminuição da desigualdade social histórica no país. Conforme as famílias mais pobres vão aumentando de renda, elas passam a consumir cada vez mais serviços diversos: restaurantes, salões de beleza, academias, entre outros importantes setores do ramo de serviços que também cresceram com força no período. São setores que empregam bastante uma força de trabalho pouco escolarizada. Já a redistribuição de renda do topo para a base não foi tão forte quanto do meio para baixo. Segundo Laura Carvalho, o orçamento público nos governos Lula contava com um favorável cenário de economia internacional. Os governos investiram na construção

de estradas, ferrovias, usinas, ferrovias e toda uma estrutura dependente dos investimentos do estado. O crescimento foi mais acentuado após 2006, com a criação do “Programa de aceleração do crescimento”, um programa que coordenou e articulou os investimentos públicos em infraestrutura. Tais gastos gerariam mais emprego e renda para milhares de trabalhadores, além de proporcionar o desenvolvimento de algumas regiões.

Lula escolheu Henrique Meirelles, ex-Presidente do BankBoston e então deputado eleito pelo PSDB, para chefiar o Banco Central. O recado às elites financeiras era que o governo não iria ameaçar a política econômica vigente. Henrique Meirelles esteve a frente do Banco Central durante o período de longo acúmulo de reservas internacionais pelo Brasil, o que tornou o país um pouco menos vulnerável a crises cambiais, uma vez que investidores internacionais sabem poder conseguir dólares sempre que quiserem entrar e sair de uma nação, e assim, podem programar seus investimentos a mais longo prazo, sem precisar deixar o país por medo de uma falta de moeda estrangeira no país. O Ministro da Fazenda nomeado por Lula, Antonio Palocci, sempre respeitou a estrutura macroeconômica estabelecida em 1999 no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso FHC, o já mencionado tripé macroeconômico (metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante). Em especial o segundo governo conseguiu aproveitar o bom ambiente externo, expandir as políticas de transferência condicionada de renda, ver o rápido crescimento econômico do país, reduzir a pobreza enquanto distribuía renda para os mais pobres. Luis Inácio Lula da Silva tornou-se o presidente da Nova República mais bem avaliado pela população<sup>25</sup>.

Para professores de Economia política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Rosa Maria Marques e Áquila Mendes, o caráter de classe do PT manteve-se ao longo da história do partido, também marcado pelas bases sociais de sua fundação e das lutas travadas ao longo das décadas de existência. A relação do partido com movimentos sociais sempre foi bastante conhecida por grande parte da sociedade. Em 1980, quando ficou decidido a criação do Partido dos Trabalhadores no Colégio Sion, em São Paulo, existia como elemento dinâmico desse movimento a participação de trabalhadores organizados em torno de seus sindicatos, os quais, desde o final dos 1970, tinha dado passos importantes para a construção de uma espécie de “novo sindicalismo”. Parte das lideranças sindicais também fizeram parte da estrutura do poder político criada por Lula.

O governo Lula tinha em suas fileiras tanto antigos líderes sindicais e intelectuais sempre próximos do partido quanto neoliberais. A eleição de Lula da Silva no último trimestre

---

<sup>25</sup> GOES, Carlos. *Ascensão e queda do PT em 13 gráficos*. Instituto Mercado Popular. Disponível em: <https://mercadopopular.org/economia/a-ascensao-e-queda-do-pt-em-13-graficos/>.

de 2002 não foi um duro golpe ao imperialismo, mas também não significou exatamente a ascensão das forças populares. Ao longo de oito anos, ao invés de ameaças ou questionamentos frente à elite econômica, a sinalização do governo foi de guardião das políticas econômicas que já vigoravam desde os tempos de Fernando Henrique Presidente.<sup>26</sup>

Antes de tomar posse, Lula da Silva definiu o combate à fome como o carro-chefe das políticas sociais do governo, através do Programa Fome Zero. Ele previa, a princípio, a transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza. O valor poderia ser utilizado na compra de produtos alimentícios definidos pelo governo federal. O fracasso logístico do programa obrigou o governo a aprimorar a medida. No início de 2004, o presidente Lula criou o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. A partir dessa decisão, os programas de transferência de renda que vigoravam na época como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, foram unificados em um único, o Bolsa Família (Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004). Ainda sobre o programa de transferência de renda Bolsa-Família, os dois professores afirmam:

O Bolsa Escola foi instituído em 11 de abril de 2001 e era vinculado à Educação; o Bolsa Alimentação, vinculado à Saúde, foi instituído em 6 de setembro de 2001 e o Auxílio Gás em janeiro de 2002, todos eles durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Somente o Programa Nacional de Acesso à Alimentação foi criado no governo Lula, em 13 de junho de 2003. Para as famílias mais pobres, a junção desses programas resulta em aumento do valor recebido<sup>27</sup>.

No fim de 2004, o Bolsa-Família já estava em vigor em 99% dos municípios brasileiros (5533) e alcançava 6,5 milhões de famílias. O recebimento alterou de forma profunda as condições básicas das famílias abaixo da linha da pobreza; grande parte do recurso recebido era destinado para alimentação. Quanto menor o Índice de Desenvolvimento Humano das cidades que tinham beneficiários, maior era o peso do valor na movimentação das economias locais. A implementação do programa permitiu que o governo Lula pudesse estabelecer elos mais fortes com a população atendida, seja direta ou indiretamente<sup>28</sup>.

Em 2003, estimativas apontavam que quase 28% da população vivia abaixo da linha de pobreza no Brasil. A segurança alimentar era um dos grandes temas da campanha do até então

---

<sup>26</sup>MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. *O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal*. **Revista de Economia Política**, 2006. p.63 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a04v26n1.pdf>.

<sup>27</sup>MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. p. 67

<sup>28</sup>MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. p. 68-70

recém-eleito presidente Lula da Silva. O plano era substituir o Programa Comunidade Solidária, instaurado no governo Fernando Henrique, por um agregado de outros programas de combate à fome nas esferas federal, estadual e municipal, todos com o selo “Fome Zero”. No campo social, foi lançado em 2003 o programa Fome Zero, cuja inspiração veio dos trabalhos feitos pelo sociólogo Hebert José de Souza, Betinho (1935-1997). O programa aglutinou outras iniciativas públicas de erradicação da miséria já existentes no governo anterior. A partir do Fome Zero foi criado o Bolsa-Família, uma ajuda financeira para famílias em situação de extrema pobreza, contendo crianças em idade escolar. O cadastro das mulheres chefes de família é priorizado além da exigência da frequência escolar e acompanhamento das condições de saúde comprovadas da criança/adolescente. Além do Bolsa Família, um grande programa de construção de cisternas em regiões áridas do Nordeste que sofrem com a escassez de água, também foi um dos destaques nos programas sociais implementados durante o primeiro governo Lula (2003-2006).

Na época, o programa motivou a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o começo do funcionamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (Lei complementar nº 111, de 6 de julho de 2001) assim como o fortalecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). As instituições estabeleceram os centros de distribuição de alimentos e centros de voluntariado equivalentes aos Comitês do Betinho. Em uma das cenas do documentário “*Democracia em Vertigem*”, a diretora Petra Costa rememora um dos primeiros discursos do até então presidente Lula quanto à questão da histórica luta para erradicação da fome e das desigualdades.

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome. Proclamou a independência nacional, aboliu a escravidão, mas não venceu a fome. Conheceu a riqueza das jazidas de ouro em Minas Gerais e da produção de café no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome. Industrializou-se... Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome teremos motivo de sobra pra nos cobrir de vergonha. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil. Não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania. Não como nação injusta assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como uma nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinções de classe, etnia, sexo e de crença. Hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo<sup>29</sup>.

Disperso em muitas frentes, o projeto tinha por finalidade principal atacar motivações

---

<sup>29</sup> **DEMOCRACIA em Vertigem**. Petra Costa. BRASIL 2019, Netflix. Streaming. 121 min. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80190535>

de ordem estrutural que culminavam na miséria e fome de milhões de cidadãos, assim como garantir uma melhora do estado de educação alimentar e qualidade das merendas escolares no país. Sob a bandeira do Fome Zero funcionavam diversos programas nanicos, a maior parte com pouca comunicação interministerial. Planejava-se desde a construção de cisternas familiares no semi-árido a restaurantes comunitários, bancos de sementes, creches comunitárias, cestas básicas, palestras sobre educação alimentar em comunidades pobres além de linhas de crédito para financiar merendas. Era um programa ousado, contudo inchado demais.

Na prática, os dispersos objetivos do Fome Zero entregaram resultados da política pública pífios, graças aos inúmeros subprogramas difusos entre várias coordenadorias com pouca ou nenhuma comunicação e as mecânicas que causavam distorções de mercado. Isso levou o representante do Banco Mundial da época a criticar muitos aspectos do programa, entre eles, o método de cobrar das famílias notas fiscais discriminando o gasto em alimentação como forma de garantia. Essa medida incentivava um mercado negro em torno dos documentos e aumentava os custos do programa.

A percepção do mercado sobre Lula em 2003 era péssima, com uma enorme crise de confiança, como já abordamos nos parágrafos anteriores. Isso mudou a partir da montagem de uma equipe econômica ortodoxa, que, em meio à crise e ao óbvio fracasso do Fome Zero, publicou em abril de 2003 o que viria a ser um código de boas práticas para o governo. Essa defesa de gasto social, com total foco nos mais pobres. Ainda em 2003, o Fome Zero foi substituído por um modelo mais simples de imposto de renda negativo na forma de transferências diretas, nos moldes do que a política liberal inglesa Juliet Rhys-Williams propôs nos anos 40, ideia mais tarde aprofundada pelo economista americano Milton Friedman. O objetivo era unificar vários programas dispersos, focalizar o gasto social nos mais pobres e evitar políticas de distorção nos preços. Isso era importante para não alterar os incentivos de produção nem de consumo, pois isso geraria desperdício e/ou escassez de recursos. Essa nova abordagem teve a participação de economistas liberais como Ricardo Paes de Barros (o principal formulador técnico do novo programa).

Francisco de Oliveira, sociólogo e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), no artigo *Hegemonia às Avessas*<sup>30</sup> aponta que depois do susto no primeiro turno, quando seu adversário imediato abocanhara 40% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva ganhou fácil o segundo turno das eleições. Há uma gama variada de interpretações para a retumbante vitória. A mais óbvia acentua a influência do Bolsa-Família, que teria garantido uma maciça votação

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Hegemonia às Avessas*. **Revista Piauí**. Jan. 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hegemonia-as-avessas/>

pelos estratos mais pobres da sociedade. Tanto que, no Nordeste, região que recebe o maior contingente da assistência do Bolsa-Família, Lula ultrapassou os 70% em quase todos os municípios.

Siglas de orientação ideológica opostas se uniram nas eleições de 2006 de forma curiosa. O caso de Blairo Maggi, um dos maiores sojicultores do país pertencer na época ao Partido Popular Socialista e defender abertamente a reeleição de Lula é um dos exemplos dessa salada. O Partido dos Trabalhadores manteve-se com a segunda maior bancada da Câmara Federal, tendo na época, uma diminuição no número de seus deputados. Fez quatro governadores pelo país, sendo a Bahia o único estado importante, politicamente, até porque derrotou o até então imbatível Antônio Carlos Magalhães. Já no primeiro mandato, Lula praticamente sequestrou os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. Nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas influentes. Outros sindicalistas estão à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política. Todas as críticas passaram a ser vistas como “de direita”;

É de extrema importância ao professor de história olhar o material distribuído aos alunos e analisar com antecedência as possibilidades do uso de múltiplas fontes históricas capazes de possibilitar uma compreensão histórica com força para iluminar os passos dos estudantes (e do próprio professor) no caminho de uma melhor interpretação das experiências do passado, mostrando como elas têm conectividade com a vida levada no presente. De fato, não é fácil aos educadores lidar com uma realidade de analfabetismo funcional, onde milhares de alunos e alunas mal conseguem ler e compreender escritos breves, ensinar e conscientizar estudantes sobre a importância dos governos Lula da Silva para a História republicana recente do Brasil. No capítulo a seguir veremos como é possível ligar o tema do Lulismo com aquilo que o cinema e o audiovisual traz de colaboração para o Ensino de História.

## **CAPÍTULO 2 - CONECTANDO O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**

Dentro daquilo conhecido no ambiente escolar como “Ciências Humanas”, a História é referencial. É fundamental que seja bem ensinada. Jornais, revistas, a televisão, o cinema, a internet e, com mais ênfase nos últimos 10 anos, as Redes Sociais: todos os dias, informações são disseminadas pelas mídias mencionadas, mas só se transformam em conhecimento quando devidamente organizadas com rigor. Confundir informação com conhecimento é um dos

maiores desafios a serem enfrentados na educação brasileira. O conhecimento histórico é construído a partir da coleta, análise e interpretação de fontes históricas diversas, incluindo documentos, artefatos, obras de arte, entre outras evidências que nos permitem entender e interpretar os eventos passados.

O conhecimento histórico é sempre uma interpretação, sujeita a mudanças à medida que novas informações e perspectivas surgem; é um tipo importante de conhecimento porque permite que as pessoas entendam como a sociedade e a cultura mudaram ao longo do tempo, e como eventos passados afetam o mundo de hoje. Também é mecanismo importante na formar a identidade individual e coletiva, permitindo que as pessoas compreendam a história de seus antepassados e de suas culturas. Ainda assim, é importante que os historiadores e estudiosos da história trabalhem para criar narrativas coerentes e significativas que nos permitam entender o passado e refletir sobre o presente e o futuro. O conhecimento histórico, desenvolvido e produzido nas aulas de História, carrega um enorme potencial de transformação.

Entendemos que o ensino de história deve incentivar os alunos a serem críticos em relação ao passado e ao presente. Isso pode ser desafiador em uma sociedade que muitas vezes apresenta uma narrativa histórica monocromática e acrítica. a tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para melhorar o ensino de história, mas muitos professores e alunos ainda não estão totalmente familiarizados com as possibilidades que ela oferece. principalmente se considerarmos que a história é uma construção social e que a interpretação dos eventos históricos é sempre influenciada pelas experiências, crenças e valores dos indivíduos e grupos envolvidos.

Historiadores e historiadoras são seres humanos com perspectivas e interpretações diferentes, e muitas vezes não há uma única resposta "correta" para as perguntas históricas. Além disso, as fontes históricas que os historiadores usam para produzir suas explicações também estão sujeitas à subjetividade e ao viés, já que as fontes foram produzidas em um contexto específico e podem não fornecer uma imagem completa ou objetiva dos eventos históricos. de modo a fornecer aos alunos uma compreensão mais profunda e significativa dos fatos históricos. Isso implica em um esforço constante de formação e atualização, bem como em uma reflexão crítica sobre as teorias e metodologias utilizadas na produção do conhecimento histórico.

Para muitos alunos, Cinema, série televisiva, documentário, na cabeça dos alunos, significa descanso e não “aula”, o que modifica a postura, as expectativas em relação ao seu uso. Com a expectativa positiva dos estudantes quanto a fonte audiovisual, o professor pode aproveitar para atrair os jovens para a temática que irá ser abordada na aula. Os recursos

audiovisuais partem do concreto, do visível, do próximo, com recortes visuais de alcance próximo, do som envolvente. Nos recursos audiovisuais, sentimos e experimentamos sensações sobre o outro, sobre o mundo e sobre a História. Entre os audiovisuais, os filmes servem como geradores de debates articulados com temas em discussão pela ciência histórica e outras no dia a dia pelos alunos. Também serve como documento, uma fonte histórica para se analisar tanto a produção do filme em si quanto a época em que o audiovisual foi desenvolvido. O resultado final em cena revela as escolhas do diretor, roteirista e demais integrantes da produção sobre temas diversos.

Filmes, mesmo os documentários – gênero visto pelo senso comum como imparciais, carregam também valores, conceitos, preconceitos e atitudes das épocas em que foram feitos. Como forma de garantir a importância da fonte fílmica usada na aula, a etapa da atividade avaliativa conecta os alunos ao tema e os recursos audiovisuais disponíveis (*Datashow*, computador e aparelho de som) facilitam o trabalho de orientação do professor.

Os recursos audiovisuais têm um grande potencial para transmitir sensações e experiências sobre o outro, sobre o mundo e sobre a História. Isso ocorre porque eles são capazes de mobilizar não apenas a dimensão racional do espectador, mas também sua dimensão emocional, sensorial e afetiva. Os recursos audiovisuais podem transmitir sensações e experiências relacionadas a temas históricos, como a vida cotidiana em outras épocas, as lutas políticas e sociais. É fundamental que o uso desses recursos no ensino de história seja acompanhado de um trabalho crítico e reflexivo, que leve em conta tanto as potencialidades quanto as limitações e os desafios envolvidos.

Consideramos importante que o professor diversifique a prática de ensino valendo-se do que a tecnologia oferta para tornar seu trabalho do processo ensino aprendizagem de História mais eficaz. O uso de obras cinematográficas, sejam documentários, animações ou vídeos curtos se apresenta como uma boa opção para os professores. Nos últimos 130 anos, o Cinema se apresenta como um elemento da cultura com uma base representativa para proporcionar análises da realidade e nunca deve ser visto como representante fiel de fatos e acontecimentos.

Um dos objetivos iniciais do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desvendar e a investigação das relações estabelecidas entre os grupos humanos nos diferentes tempos e espaços sociais. Faz parte da construção do conhecimento histórico, a ampliação do significado daquilo conhecido como Fontes Históricas, trabalhadas nas aulas de História: documentos oficiais, textos de época e atuais, mapas, ilustrações, gravuras, imagens, letras de música, literatura, relatos de viajantes, panfletos, caricaturas, pinturas, rádio, televisão, cinema, redes sociais, entre outras, são alguns exemplos muito usados.

A consciência histórica se refere à capacidade de uma pessoa ou sociedade compreender e valorizar o passado, reconhecendo como os eventos históricos moldaram o presente e podem influenciar o futuro. Isso inclui não apenas uma compreensão factual dos eventos históricos, mas também uma compreensão crítica de como as relações de poder, ideologias e outras forças sociais moldaram a história. A consciência histórica é importante para a formação da identidade individual e coletiva, para o desenvolvimento de valores e para a tomada de decisões conscientes e responsáveis no presente e no futuro.

A História, ciência do tempo, da mudança, dos homens no tempo coloca a todo instante problemas para os historiadores e historiadoras. O ofício do historiador é feito numa combinação de trabalhos individuais e trabalhos por equipes. O historiador conhece o passado recorrendo a testemunhos, intermediários suspeitos, que, ou não sabiam o que estavam vivendo ou desejavam controlar a imagem que o futuro faria deles. Entre o sujeito e o objeto do conhecimento há uma inultrapassável distância temporal, uma barreira apenas perceptível em documentos, vestígios, testemunhos, sempre precários, lacunares, arruinados, e muitas vezes depositados de forma estratégica. A investigação histórica supõe possuir uma direção através da correta interrogação dos documentos e testemunhos. A história é feita recorrendo-se a múltiplos documentos e as técnicas para entender tais fontes. Os sujeitos históricos são os verdadeiros construtores e condutores da História.

Aqui consideramos necessário destacar que a História não é o resultado apenas da ação de figuras de grande destaque, consagradas, mas também a construção consciente/inconsciente e imperceptível de todos os agentes sociais, individuais e/ou coletivos. Importante salutar da necessidade dos professores e professoras de história incentivar estudantes e leitores a pensarem criticamente sobre informações que estão sendo apresentadas e a desenvolver um senso crítico em relação ao passado e ao Tempo Presente.

Em relação às fontes, para a História do século XX (e parte do XIX), os estudos de História Contemporânea não apenas contribuíram com novos objetos e problemas, mas também com novos documentos primários. As fontes audiovisuais (cinema, fotografia), sonoras e orais (depoimentos vivos) se juntaram às tradicionais e tão estudadas fontes escritas, acrescidas de um vasto material produzido pela imprensa diariamente. As fontes audiovisuais, sonoras e orais, tem reconhecimento cada vez mais forte para o estudo do passado; dada a necessidade de uma abordagem específica da sua linguagem e conteúdo, têm se constituído em um grande foco de debates. Sua utilização como fontes de ensino de História para as classes fundamentais também vem se consolidando, já não mais como prática de um ou outro professor, mas como sugestão nos próprios documentos das políticas educacionais e parâmetros curriculares.

A Educação ajuda a conhecer o mundo e ajudar a pensar o mundo, sendo ambas as situações tomadas como distintas, porém nunca separadas, assim como a informação e o conhecimento, que também são conceitos que se complementam. Ao pensarmos no professor como um sujeito histórico que encontra no espaço escolar um ambiente propício para a construção da autonomia, desenvolvimento do pensamento e que possui responsabilidade com a formação dos seus alunos, pressupõe-se uma educação emancipadora, com o exercício pleno da cidadania.

O Brasil ainda é um país com grande desigualdade social e econômica. Aqueles que estão em situação de pobreza muitas vezes enfrentam dificuldades para exercer sua cidadania, como acesso limitado à educação, saúde, moradia adequada, emprego e justiça. A noção de cidadania tem uma história que remonta à Grécia Antiga, onde o termo "cidadão" designava aqueles que participavam ativamente da vida política da cidade-estado.

Ao longo do tempo, o conceito de cidadania evoluiu e se expandiu para abranger não apenas os direitos políticos, mas também os direitos civis, sociais e culturais. No contexto brasileiro, a construção da cidadania foi marcada por diversos movimentos sociais e políticos, como a luta pela independência, a abolição da escravidão, o movimento operário, o feminismo, o movimento negro, entre outros.

De fato, a educação tem um papel complexo e paradoxal na sociedade. Por um lado, ela está inserida no mundo público e tem como objetivo formar indivíduos autônomos e livres, capazes de contribuir para o bem comum. Por outro lado, para se proteger das pressões da esfera pública, a educação se torna uma instituição privada dentro de suas próprias instituições. Assim, cabe aos educadores assumirem a responsabilidade de apresentar ao mundo, para os jovens, uma educação que contemple valores éticos e morais, para que estes possam se tornar cidadãos responsáveis e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, é importante que a educação proporcione aos jovens uma formação crítica e reflexiva, que os permita analisar e questionar a realidade em que vivem, e assim, buscar mudanças que promovam o bem comum.

É importante lembrar que professores são sujeitos históricos que carregam consigo suas experiências e suas perspectivas de mundo. Assim, a formação do professor não pode ser vista como um processo isolado, mas sim como parte de um processo mais amplo de formação da sociedade. Quando o professor compreende sua função como a de contribuir para a formação de cidadãos autônomos e críticos, ele se torna um agente transformador da realidade. Isso porque, ao ajudar seus alunos a desenvolverem uma consciência histórica e crítica, ele os prepara para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Professores como sujeitos históricos são fundamentais para uma educação emancipadora e para o exercício pleno da cidadania. Isso porque, ao reconhecer a historicidade do professor e do aluno, torna-se possível compreender que eles são seres inseridos em uma determinada sociedade e contexto histórico, e que essa inserção influencia diretamente na sua forma de pensar, agir e se relacionar com o mundo. Ao assumir essa perspectiva histórica, o professor se torna consciente da sua responsabilidade na formação dos alunos como cidadãos críticos e autônomos, capazes de agir e transformar a realidade em que vivem.

Dentro do Ensino de História, dar sentido às práticas educativas escolares atuais configura um novo momento de desenvolvimento científico, intelectual, político e social, colocando alunos e alunas como sujeitos e construtores de seu próprio conhecimento em oposição àqueles que não provocam interferências e transformação social. O docente também se reconhecendo como transformador pelos trabalhos educativos, leva os estudantes a conhecerem-se como parte de um processo educativo que questiona o homem situado historicamente e inserido em uma sociedade de crise e de transformação. O sucesso da aprendizagem histórica dependerá, entre outras coisas, da explanação dos objetivos e a atenção para a relevância do material.

De modo resumido, pode-se dizer que a memória apresenta o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica representa o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente. A memória histórica e a consciência histórica são fundamentais para a formação e expressão da identidade cultural de um povo. Através da lembrança e da interpretação dos eventos passados, as pessoas constroem narrativas que ajudam a definir quem são e de onde vieram. Essas narrativas podem incluir histórias de heroísmo, resistência, opressão e superação, entre outras.

Ademais, a memória histórica e a consciência histórica também podem desempenhar um papel importante na construção da solidariedade e da coesão social. Ao compartilhar uma história comum, as pessoas podem se sentir mais conectadas umas às outras e mais dispostas a trabalhar juntas em prol de objetivos comuns. Por outro lado, a falta de uma memória histórica compartilhada pode contribuir para a fragmentação e a polarização da sociedade.

Jörn Rüsen é um importante teórico da História e sua concepção de consciência histórica é fundamental para entender a relação entre o trabalho do educador e a potencialização da experiência histórica. Segundo Rüsen, a consciência histórica é a capacidade que as pessoas têm de reconhecer o passado como algo diferente do presente e de compreender a si mesmas e ao mundo em que vivem a partir da relação entre passado, presente e futuro. A consciência histórica envolve a compreensão da temporalidade, da mudança histórica e da relação entre

eventos passados e presentes. Para o filósofo, a consciência histórica é fundamental na tentativa de explicar a importância da reflexão crítica sobre a história e do papel do educador na potencialização da experiência histórica dos alunos.

Do ponto de vista da epistemologia da História, as reflexões de Jörn Rüsen acerca da Didática e funções do saber histórico, trazem o pressuposto da Didática como a ciência da aprendizagem histórica. Dentro das reflexões feitas pelo filósofo, a Didática é a ciência que se preocupa com a aprendizagem histórica, ou seja, com o processo pelo qual os estudantes adquirem o conhecimento histórico. Para Rüsen, o saber histórico não é apenas um conjunto de informações objetivas e neutras, mas sim um conjunto de interpretações sobre o passado que são produzidas a partir de perspectivas e valores específicos. Assim, a Didática da História deve levar em consideração não apenas os conteúdos e as fontes históricas, mas também as questões relacionadas ao processo de aprendizagem e ao desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais dos estudantes.

A Consciência histórica é a constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além dos limites de sua própria vida prática. Entendemos que a consciência histórica se refere à capacidade de compreender e interpretar o passado de forma crítica e reflexiva, a fim de dar sentido à nossa experiência do tempo presente. A consciência histórica envolve uma consciência da continuidade e da mudança ao longo do tempo, e a capacidade de refletir sobre as implicações éticas, políticas e culturais dessas mudanças.

A força da formação da consciência histórica atua política e esteticamente de várias maneiras. no caso da conscientização crítica, a formação histórica permite que as pessoas analisem criticamente as narrativas históricas dominantes e entendam como elas são construídas com base em perspectivas particulares. Isso pode ajudar a conscientizar as pessoas sobre questões sociais e políticas importantes e incentivar a tomada de ação política para promover mudanças positivas. Já no desenvolvimento de habilidades críticas, a formação histórica ajuda a desenvolver habilidades críticas, como análise de fontes, avaliação de evidências e construção de argumentos baseados em evidências. Essas habilidades podem ser aplicadas em outras áreas da vida, como na tomada de decisões políticas e na avaliação de informações na mídia.

A abordagem de Jörn Rüsen no ensino de história enfatiza que a subjetividade do aluno é um aspecto importante que deve ser considerado no processo de aprendizagem. De acordo com o autor a subjetividade do aluno pode se manifestar de maneiras diferentes ao trabalhar com o conteúdo histórico: A primeira maneira é indireta, através da identificação do aluno com aqueles que foram sujeitos pelo desenvolvimento temático histórico. Nesse caso, o aluno pode se conectar emocionalmente com personagens históricos ou grupos que foram afetados pelo

tema estudado. Isso pode ajudar o aluno a entender o impacto humano do tema histórico e a se engajar emocionalmente com ele. A segunda maneira é direta, por meio da reflexão dos próprios pontos de vista do aluno na reconstrução do desenvolvimento histórico. Nesse caso, o aluno pode trazer sua própria perspectiva e experiência para a discussão do tema histórico, ajudando a enriquecer a compreensão do grupo sobre o tema. Isso também pode ajudar o aluno a desenvolver sua própria compreensão crítica do tema, permitindo que ele avalie as informações históricas de forma mais objetiva. Em ambos os casos, a subjetividade do aluno é valorizada e incorporada ao processo de aprendizagem histórica.

A aprendizagem histórica também pode ser entendida como um processo mental que nos ajuda a atribuir sentido à experiência temporal. Através da aprendizagem histórica, podemos compreender como as sociedades e as culturas evoluíram ao longo do tempo, e como eventos e processos históricos moldaram as condições atuais da vida humana. Podemos também compreender as mudanças e continuidades nas condições econômicas, políticas, sociais e culturais, bem como as múltiplas perspectivas e experiências de diferentes grupos e indivíduos ao longo da história. Essa compreensão do passado pode nos ajudar a atribuir significado e propósito à nossa própria experiência temporal, ao nos permitir refletir sobre nossas próprias vidas em relação à história mais ampla da humanidade.

Sim, a aprendizagem de história tem efeitos sociais que podem ser sintetizados e consolidados na consciência histórica. A consciência histórica é a forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática, ou seja, é uma forma de conhecimento que nos permite compreender o presente e o passado, bem como as conexões entre eles. A consciência histórica é uma habilidade que permite aos indivíduos e às sociedades reconhecer e entender a sua própria história e a dos outros, bem como interpretar e avaliar o significado e o impacto desses eventos no presente e no futuro.

Além disso, a consciência histórica pode ajudar as pessoas a desenvolverem uma consciência crítica, que lhes permite questionar e avaliar as narrativas históricas dominantes, bem como a perceber as diferenças culturais e sociais. O historiador e teórico Jörn Rüsen entende a consciência histórica como a forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática, e que nos permite interpretar nossa experiência temporal e orientar nossa vida de forma intencional no tempo. A consciência histórica envolve a capacidade de reconhecer e interpretar as mudanças históricas em nossas sociedades, culturas e instituições, bem como em nossas vidas pessoais, e de compreender as conexões entre essas mudanças e as condições sociais, políticas, econômicas e culturais em que ocorreram.

Os efeitos sociais da aprendizagem de História são sintetizados e consolidados na

consciência histórica, que é a forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. a aprendizagem de história pode ter efeitos sociais significativos, que se consolidam na consciência histórica. Conforme já mencionado, Jörn Rüsen entende a consciência histórica como a forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida prática das pessoas. Nesse sentido, a aprendizagem de história pode contribuir para a formação de uma consciência histórica. que nos permite compreender as relações entre passado, presente e futuro, e avaliar as consequências das ações humanas ao longo do tempo. A consciência histórica também pode nos ajudar a compreender a complexidade da sociedade em que vivemos, e a perceber as diferenças culturais e sociais que a compõem.

A partir da experiência, os indivíduos são capazes de construir narrativas históricas que dão sentido ao passado e ao presente. Cada pessoa tem sua própria interpretação dos fatos históricos, influenciada por sua cultura, suas crenças e valores, sua posição social e outros fatores. A subjetividade é fundamental para a construção da identidade e da consciência histórica. A intersubjetividade envolve o diálogo e o debate sobre a história, bem como a construção de consensos e conflitos em torno de determinadas interpretações do passado. Para Rüsen, a dinâmica da aprendizagem histórica é influenciada por esses três parâmetros, que se inter-relacionam e se retroalimentam. É através da experiência que os indivíduos constroem narrativas históricas que refletem sua subjetividade, mas que também são influenciadas pela intersubjetividade, ou seja, pelas narrativas compartilhadas pela sociedade em que estão inseridos

A consciência histórica também envolve uma compreensão da relação entre passado, presente e futuro, e a capacidade de ver como eventos passados influenciam o presente e podem moldar o futuro. Isso envolve a capacidade de contextualizar eventos históricos em suas respectivas épocas e compreender a complexidade de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que os influenciaram. a consciência histórica está fundamentada na necessidade que os seres humanos têm de construir interpretações diante de suas próprias mudanças e de seu mundo, com o intuito de exercer o domínio sobre essas transformações. Isso nos permite compreender como os eventos históricos influenciam nossas vidas e como podemos agir para mudar o curso das coisas.

O professor deve promover a conscientização dos alunos e alunas para a formação de cidadãos autônomos, críticos e capazes de atuar com competência e responsabilidade na sociedade. O Ensino de história é uma ferramenta valiosa para ajudar os alunos a desenvolver uma compreensão crítica do mundo em que vivem, e deve ser realizado de maneira inclusiva e abrangente para refletir a diversidade das experiências humanas. A aprendizagem histórica é o

processo pelo qual os estudantes aprendem e constroem conhecimento sobre a história. Ela envolve a compreensão dos fatos históricos, das diferentes perspectivas e interpretações, das mudanças e continuidades, e da relevância do passado para o presente.

Neste sentido, a aprendizagem histórica torna-se uma habilidade que permite aos estudantes entender o mundo em que vivem e desenvolver uma consciência crítica sobre a sociedade. A aprendizagem histórica também se faz através da análise de fontes históricas, a discussão e debate em sala de aula, a realização de atividades práticas e o uso de tecnologias digitais; pode ocorrer em uma variedade de contextos, incluindo a escola, museus, locais históricos, mídia e outras formas de comunicação pública. Também pode nos ajudar a tomar decisões informadas e a sermos mais conscientes do impacto que as ações humanas têm no mundo. Além disso, a aprendizagem histórica pode nos ajudar a entender melhor a nossa própria identidade e a identidade de outras pessoas e culturas. Aqui entendemos a consciência histórica, elemento importante da aprendizagem histórica como a capacidade de entender a complexidade e a contingência do passado, bem como sua relação com o presente e o futuro. Isso inclui a compreensão de como a história é construída e como diferentes narrativas históricas podem ser criadas a partir dos mesmos eventos.

A consciência histórica também nos permite entender que a história é uma construção interpretativa, e que diferentes pessoas e culturas têm perspectivas e interpretações diferentes sobre os eventos históricos. Isso nos ajuda a valorizar a diversidade de experiências e perspectivas, e a desenvolver uma atitude crítica em relação à história, questionando as narrativas dominantes e buscando novas interpretações e narrativas que reflitam a multiplicidade de vozes e perspectivas. A efetiva aprendizagem histórica possibilita ainda o aumento da competência de orientação, cuja preocupação elementar funda-se no quanto a experiência histórica pode tornar-se significativa para e na vida prática.

A consciência histórica envolve uma interação complexa entre o passado, presente e futuro. Ela se baseia na ideia de que a compreensão do passado é essencial para entendermos o presente e anteciparmos o futuro. Isso envolve a capacidade de interpretar e dar significado à nossa experiência temporal, buscando entender como eventos históricos passados moldaram e influenciaram a nossa sociedade atual e quais são as possíveis implicações disso para o futuro. É uma combinação de análise crítica, reflexão e interpretação do passado em relação ao presente e futuro.

Quanto ao desenvolvimento das habilidades de orientação e reflexão histórica sobre a vida prática, podemos destacar a compreensão e as causas e consequências de eventos históricos e sua relação com as questões contemporâneas, permitindo a identificação de padrões e

tendências no curso da história e o reconhecimento da diversidade de perspectivas históricas e culturais, permitindo a compreensão de diferentes pontos de vista, com a utilização da compreensão histórica para tomar decisões informadas e conscientes sobre questões sociais e políticas. A competência de orientação histórica envolve a capacidade de utilizar o conhecimento histórico para entender melhor o mundo em que vivemos e orientar a ação prática de forma informada e consciente.

A aprendizagem histórica pressupõe a interiorização de novas qualidades cognitivas com o objeto que está sendo aprendido. Isso se deve ao fato de que o estudo da História não se restringe à memorização de fatos e datas, mas envolve a compreensão de processos sociais, políticos, econômicos e culturais que ocorreram em contextos específicos. Logo, para aprender História, os estudantes precisam desenvolver habilidades cognitivas que lhes permitam analisar, interpretar e compreender as fontes históricas, bem como estabelecer conexões entre diferentes momentos e processos históricos. Essas habilidades podem incluir a capacidade de identificar e avaliar diferentes interpretações históricas, de formular hipóteses e inferências a partir das fontes históricas. a aprendizagem histórica também pode envolver a interiorização de novas qualidades cognitivas relacionadas à reflexão crítica e à compreensão dos valores e perspectivas que permeiam as diferentes interpretações históricas.

Ainda sobre o tema, Didática da História não se limita apenas à transmissão de informações históricas aos alunos, mas envolve uma reflexão crítica sobre os processos de aprendizagem que ocorrem na sala de aula e sobre as diferentes formas de compreender e interpretar a história. O pensamento histórico é uma forma particular de compreensão e interpretação do mundo, que envolve a análise de processos sociais, políticos, econômicos e culturais que ocorreram em contextos específicos. Ele se baseia em fontes históricas, que são registros produzidos no passado e que permitem reconstruir e compreender esses processos.

A aprendizagem histórica precisa ser baseada em formas de pensamento histórico elaboradas pelo sujeito que aprende, e é com essas formas de pensamento, organicamente ligados ao ato de narrar, que o ensino de História precisa se relacionar. O pensamento histórico envolve a capacidade de compreender a complexidade do passado e suas relações com o presente, além de desenvolver habilidades críticas e analíticas. Isso significa que a aprendizagem histórica deve ser uma construção ativa do aluno, permitindo que ele crie suas próprias interpretações e significados a partir dos eventos históricos.

Já a forma científica moderna em que se expressa o pensamento histórico envolve a utilização de métodos e técnicas rigorosas de análise e interpretação das fontes históricas, bem como o desenvolvimento de teorias e conceitos que permitem compreender e explicar os

processos históricos. A escrita de Rüsen sobre a aprendizagem histórica revela também o papel fundamental da ciência na construção da vida humana. O autor propõe que a história não é apenas um relato do passado, mas sim uma forma de compreendermos e construirmos o presente e o futuro.

A aprendizagem histórica envolve não apenas a aquisição de conhecimento histórico específico, mas também o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, análise, interpretação e comunicação que podem ser aplicadas em outras áreas de estudo e na vida cotidiana. Ao aprender história, uma pessoa pode adquirir habilidades importantes, como avaliar fontes de informação, fazer conexões entre eventos históricos e o mundo atual, analisar diferentes perspectivas e opiniões, e construir argumentos baseados em evidências. Essas habilidades não apenas ajudam a entender o passado, mas também podem ser aplicadas em outras áreas.

Importante destacar que ao aprender história, uma pessoa também pode desenvolver uma compreensão mais profunda da natureza da mudança e do desenvolvimento ao longo do tempo, e como isso afeta as sociedades e indivíduos. Isso pode ajudar a desenvolver a capacidade de adaptação e mudança, que é uma habilidade valiosa em um mundo em constante evolução. o aprendizado histórico pode fornecer uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, análise e comunicação, tornando-se uma formação histórica como uma competência do aprender.

Para que aconteça a aprendizagem histórica da produção de sentido histórico, a partir do processamento da experiência temporal, alguns desafios devem ser assumidos porque o processo de passar por essa experiência inclui as dimensões da interpretação, ou seja, o que se aprende tem que fazer um sentido para o aprendiz. A aprendizagem histórica não pode ser vista apenas como um processo de memorização de fatos e datas, mas como um processo que envolve a compreensão e interpretação do passado e suas relações com o presente. Um dos desafios é justamente a dimensão da interpretação, ou seja, o que é aprendido deve fazer sentido para o aprendiz. Cada indivíduo tem sua própria experiência temporal, sua própria trajetória de vida, e isso influencia como ele percebe e interpreta o passado.

Consideramos importante que o ensino de História leve em consideração essas diferentes perspectivas e busque criar conexões significativas entre a história e a vida dos alunos. A história é multifacetada e muitas vezes contraditória, e isso pode dificultar a compreensão do aluno. É importante que o ensino de História ajude os alunos a lidar com essa complexidade, mostrando diferentes perspectivas e interpretações dos eventos históricos, e estimulando a reflexão crítica sobre essas perspectivas.

A aprendizagem histórica implica em um processo complexo de compreensão e interpretação dos eventos do passado, envolvendo a análise crítica de fontes históricas, a reflexão sobre as diversas perspectivas e interpretações dos fatos e a compreensão das continuidades e descontinuidades do tempo histórico. Além disso, ela também implica em um processo de construção de identidades e pertencimento, já que a história é fundamental na construção da memória individual e coletiva. A especificidade da aprendizagem histórica só pode ser entendida se forem também entendidos os respectivos processos e formas de lidar com a experiência do passado.

É necessário também compreender que a história não é um conjunto de fatos objetivos e neutros, mas sim uma construção social que envolve disputas de poder, interpretações diversas e interesses políticos e ideológicos. A aprendizagem histórica pode proporcionar muitos benefícios, incluindo a capacidade de compreender o passado e suas relações com o presente, além de desenvolver habilidades críticas e analíticas. No entanto, a qualificação máxima que se deve obter pela aprendizagem histórica não é apenas a aquisição de conhecimento factual, mas sim a aptidão da consciência histórica.

Importante destacar: a aprendizagem histórica não deve ser vista apenas como uma acumulação de fatos ou datas, mas como um processo que permite que as pessoas compreendam o passado e o presente em uma perspectiva mais ampla e crítica. Isso só é possível se a educação histórica se concentrar em ajudar os alunos a desenvolver uma compreensão mais profunda de sua própria experiência e a conectá-la com a história mais ampla.

Uma teoria da aprendizagem histórica precisa levar em conta os enunciados da consciência histórica, que são as ideias, valores e conceitos que permitem aos estudantes compreender criticamente o passado e suas relações com o presente. A heurística é uma abordagem teórica que busca compreender como as pessoas criam e aplicam suas próprias regras de pensamento e ação, e como elas resolvem problemas em diferentes contextos. No contexto do ensino de história, a heurística pode ajudar a identificar as formas pelas quais os estudantes constroem e aplicam seus próprios conhecimentos históricos.

Nesse sentido, uma teoria da aprendizagem histórica que leve em conta a heurística precisa investigar os enunciados da consciência histórica que identificam e tornam possíveis os desempenhos da aprendizagem histórica. Isso implica entender como os estudantes compreendem e aplicam conceitos históricos, como lidam com a diversidade histórica e cultural e como desenvolvem uma perspectiva crítica em relação ao passado. também pode ajudar a identificar as estratégias cognitivas que os estudantes utilizam para aprender história, bem como as dificuldades que eles enfrentam nesse processo.

É necessário que o ensino da história seja desenvolvido de forma crítica e reflexiva, estimulando o pensamento autônomo dos estudantes e a construção de seu próprio conhecimento. Considero a História uma disciplina com interpretações influenciadas por valores, perspectivas e pressupostos culturais e políticos do presente. Por isso, enfatiza a importância de se considerar o contexto em que as fontes históricas foram produzidas, bem como o contexto em que as interpretações históricas são feitas é um dos mais nobres objetivos que historiadores e historiadoras possuem ao longo da vida no ofício.

O Ensino de História deve ir além da simples transmissão de fatos e datas, e deve se concentrar em ensinar aos alunos a pensar criticamente sobre questões sociais, políticas e culturais. Isso implica em ajudá-los a desenvolver habilidades como a análise crítica de fontes, a compreensão dos contextos históricos e a reflexão sobre as implicações das ações individuais e coletivas. Ao promover a conscientização dos alunos e alunas, o professor contribui para a formação de cidadãos autônomos, capazes de tomar decisões informadas

Dar sentido às práticas educativas escolares atuais no ensino de história não necessariamente configura um novo momento de desenvolvimento científico, mas sim uma reflexão crítica sobre as formas como a disciplina tem sido ensinada e aprendida ao longo do tempo. O Ensino de História, assim como qualquer outra disciplina, está em constante evolução, e as práticas educativas precisam ser atualizadas e adaptadas às mudanças sociais, culturais e políticas do mundo contemporâneo. Isso requer uma abordagem crítica, reflexiva e atualizada das teorias, metodologias e estratégias pedagógicas utilizadas na disciplina.

Ao assistir a filmes – longos ou curtos - que abordem temas históricos ou que reflitam sobre questões relevantes para a ciência histórica, estudantes podem desenvolver habilidades de análise e interpretação crítica, bem como ter um maior interesse pela história e pelo processo de produção do conhecimento histórico. Além disso, os debates gerados pelos filmes podem contribuir para a construção de um diálogo aberto e respeitoso sobre temas sensíveis. O ensino de história tem como um de seus objetivos principais desenvolver a consciência histórica nos estudantes.

No Brasil, a produção de filmes educativos e a discussão entre a relação cinema-história remontam às décadas de 1920-30. As propostas integravam discursos relativos a mudanças significativas nos processos educacionais. Os usos do cinema têm sido revistos nos últimos anos já que, inicialmente a linguagem fílmica era uma forma de ilustrar eventos históricos e não como fonte capaz de produzir problematizações. Os anacronismos, presentes em tantos filmes épicos, segundo o historiador Marcos Napolitano são uma armadilha a serem dribladas. pelo professor em sala. Diz o professor:

Este é um aspecto fundamental que o professor deve levar em conta e remete a uma armadilha a que o professor precisa estar atento: o anacronismo. Ocorre quando os valores do presente distorcem as interpretações do passado e são incompatíveis com a época representada. No filme histórico, ele pode decorrer não apenas da liberdade poética dos criadores do filme e das adaptações necessárias para que ele agrade ou atinja a determinado público, mas também do fato da representação do passado no cinema estar perpassada por questões contemporâneas ao momento histórico que produziu o filme. Respeitar e valorizar as abordagens plurais de um mesmo fato ou processo histórico não significa se eximir diante do anacronismo, muito comum em alguns filmes.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta didática utilizando o cinema como principal ferramenta de aprendizagem. trabalhar o cinema como fonte histórica é lidar com registros muito distintos daqueles trabalhados na História, digamos, mais tradicional, onde outras formas de registros eram mais estudadas. O segmento da História do Tempo Presente estará em evidência, com ênfase nas produções audiovisuais, redes sociais e os cuidados que historiadores tem com relação a fontes históricas fílmicas, pela distância relativamente curta do período estudado e essas fontes serem recentes, frente ao desafio de trazer uma abordagem conectada com o entendimento compartilhado sobre aprendizagem histórica. Uma das intenções é trazer mais interpretações sobre Lula da Silva, o homem que décadas após as Grandes Greves do ABC Paulista seria responsável por políticas públicas classificadas pelo professor André Singer como Lulismo.

Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo e filósofo francês que contribuiu para a compreensão da memória coletiva e da relação entre memória e história. Em sua obra "A Memória Coletiva", lançada postumamente em 1950 (Halbwachs, desde muito tempo um opositor do regime nazista morreu no Campo de Concentração de Buchenwald, leste da atual Alemanha) ele argumentou que a memória individual é influenciada pela memória coletiva da sociedade em que vivemos. Em relação ao tempo, Halbwachs defendeu que nossa compreensão do tempo é moldada pela sociedade e pela cultura em que vivemos. Ou seja, o tempo é uma construção social e histórica, e é vivenciado de formas distintas por diferentes culturas e sociedades ao longo da história. Além disso, Halbwachs não via o tempo linear como uma lei universal da natureza ou como um condutor do progresso, mas sim como uma construção cultural específica da Europa do Iluminismo. Para ele, a compreensão do tempo é influenciada por nossas crenças e valores culturais, e não é uma verdade absoluta e universal.

É verdade que a memória exerce um poder incomensurável na construção da identidade de um grupo. A memória coletiva é um fenômeno social que se refere à memória compartilhada por membros de uma comunidade, grupo ou nação. Essa memória pode se referir a eventos,

tradições, valores, símbolos, heróis ou lugares que se tornaram importantes para a identidade do grupo.

A memória coletiva desempenha um papel fundamental na construção da identidade de um grupo, pois ajuda a consagrar os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a esse coletivo. Isso pode ser positivo, quando a memória coletiva é usada para fortalecer a coesão social e promover a solidariedade entre os membros do grupo. No entanto, também pode ser negativo, quando a memória coletiva é usada para excluir ou marginalizar outras pessoas ou grupos que não compartilham da mesma memória ou identidade.

Também vale ressaltar que a memória coletiva não é necessariamente objetiva ou factual, mas é influenciada pelas crenças, valores e perspectivas do grupo. Por isso, os historiadores devem estar atentos às narrativas e interpretações da memória coletiva, a fim de entender como ela é usada para construir a identidade de um grupo e como isso pode afetar a percepção de outras pessoas ou grupos que não compartilham da mesma memória ou identidade, já que ela ajuda a definir quem somos como coletivo e quais são nossos valores e crenças compartilhados. No entanto, esse processo de construção identitária pode ser complexo e muitas vezes envolve escolhas e exclusões.

Os eventos históricos são, por natureza, irrepetíveis e não podem ser reproduzidos de maneira idêntica em outro momento ou contexto. Cada evento é produto de um conjunto de circunstâncias históricas e sociais específicas que o tornam único e singular, e que o diferenciam dos demais eventos que ocorreram no decorrer da história. Assim, a individualidade dos eventos históricos está relacionada ao seu contexto temporal e histórico, e não apenas ao seu conteúdo ou detalhes específicos. É importante ter em mente que nossas ideias sobre o que devemos esperar encontrar na história são sempre condicionadas por nossas próprias perspectivas e preconceitos, e podem mudar à medida que novas informações e interpretações surgem. A história é um campo em constante evolução e é importante estar aberto a novas abordagens e questionamentos.

Uma das características de destaque da História do Tempo Presente é a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos. A história do tempo presente possui balizas móveis, que se deslocam conforme o desaparecer paulatino das testemunhas. A História do Tempo Presente também pode ser classificada como o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a reavaliar significados que ele dá ao passado e refazer periodizações. A noção de história do tempo presente está associada à ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo. Isso significa dizer. No artigo

*“História do tempo presente e ensino de História”*, as professoras Lucília Delgado e Marieta Ferreira afirmam que esse campo da história se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções.

Uma das razões para a emergência da História do Tempo Presente é a compreensão de que o passado não é algo distante e desconectado do presente, mas sim uma dimensão que permeia e influencia diretamente a vida contemporânea. A História do Tempo Presente se propõe a analisar os processos históricos e as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas que ocorreram no mundo contemporâneo e que continuam a moldar e a afetar a vida das pessoas até os dias atuais. Além disso, a História do Tempo Presente é uma área de estudo que se dedica a compreender e a problematizar as memórias coletivas, as narrativas históricas e as representações sociais que permeiam o imaginário das sociedades contemporâneas. Ela se ocupa de analisar como o passado é utilizado e reinterpretado em diferentes contextos e como essas interpretações afetam a vida das pessoas e das comunidades.

Outra singularidade do tempo presente é a valorização do evento, da contingência e da aceleração da história. O trabalho do historiador enfrenta também aí dificuldades, porque ele mesmo é também testemunha e ator de seu tempo e, muitas vezes, está envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos presentes. A diferença entre o velho conceito de História Contemporânea e História do Tempo Presente pode ser definida pela presença viva dos protagonistas e da memória, ainda interagindo com o tempo do historiador, como testemunhos vivos e dinâmicos do passado.

Um dos principais desafios da história do tempo presente é o fato de que, ao contrário de períodos mais distantes, muitos dos eventos e atores históricos ainda estão vivos, o que torna o processo de pesquisa e análise mais complexo e delicado. Além disso, a velocidade e volume das informações produzidas no mundo contemporâneo tornam difícil distinguir os eventos e tendências significativas daqueles que não são tão relevantes para a história. Muitos historiadores ainda resistem em integrar os períodos recentes como objetos da história por diferentes motivos. Alguns acreditam que o presente é muito recente para ser considerado objeto de estudo histórico, enquanto outros consideram que a história do tempo presente é menos rigorosa e mais suscetível a interpretações políticas e ideológicas do que períodos mais distantes.

A orientação que talvez deva prevalecer na definição temporal do tempo presente é a da presença ativa de sujeitos protagonistas ou testemunhos do passado que possam oferecer seus relatos e narrativas como fontes históricas a serem analisadas por historiadores. Ou seja, a existência de uma memória social viva é fundamental para definição dos recortes temporais e

dos campos que constituem essa área da Historiografia.

No século XX, muitos historiadores começaram a questionar a objetividade da história e a considerar o papel da subjetividade na interpretação do passado. Isso levantou questões éticas sobre a maneira como os historiadores lidavam com fontes históricas e sobre a representação de grupos marginalizados na história. Isso levou historiadores a se questionarem sobre seu papel na sociedade e sobre como sua disciplina poderia ser usada para promover a justiça

A diferença entre o velho conceito de História Contemporânea e História do Tempo Presente pode ser definida pela presença viva dos protagonistas e da memória, ainda interagindo com o tempo do historiador, como testemunhos vivos e dinâmicos do passado. A História do Tempo Presente O campo da História do Tempo Presente nos permite entender o mundo em que vivemos hoje e como chegamos até aqui. Além disso, também nos ajuda a compreender as tendências e desafios que enfrentamos atualmente, permitindo-nos abordá-los de forma mais eficaz.

A história do tempo presente é um campo que se concentra nos eventos e processos que ocorreram recentemente, muitas vezes dentro da memória viva de testemunhas oculares e participantes. No entanto, à medida que o tempo passa, essas testemunhas começam a desaparecer, tornando cada vez mais difícil para os historiadores obterem informações precisas e detalhadas sobre os eventos e processos históricos. O tempo presente também é caracterizado por um ritmo acelerado de mudança e inovação, o que torna ainda mais difícil para os historiadores acompanharem e analisarem os eventos à medida que eles acontecem. Como resultado, a história do tempo presente tem balizas móveis que se deslocam à medida que o tempo passa e as testemunhas desaparecem.

À medida que novos eventos ocorrem e novas informações se tornam disponíveis, os historiadores são forçados a revisar suas análises e interpretações do passado, a fim de entender melhor o presente e antecipar o futuro. Essa necessidade de revisão constante é especialmente verdadeira em períodos de mudança rápida e drástica, como os que estamos vivendo atualmente. Os desenvolvimentos tecnológicos, as mudanças sociais, políticas e econômicas e os desafios ambientais estão transformando rapidamente o mundo em que vivemos, o que significa que os historiadores devem estar sempre atualizando suas perspectivas e análises para refletir essas mudanças. Observamos a História do tempo presente como uma construção de moradas provisórias porque o mundo em que vivemos é sempre temporário e em constante evolução.

Isso nos lembra que nossas interpretações do passado são sempre influenciadas pelas condições presentes e pelas perspectivas em constante mudança que moldam nossa

compreensão do mundo. estamos vivendo em um novo regime de historicidade, que ele chama de “presentismo”. Segundo Hartog, o presentismo é caracterizado por uma ênfase no presente e na imediatez, em detrimento do passado e do futuro.

Trabalhar com a memória, seja no campo da psicologia individual seja em sua dimensão coletiva, o que inclui sua relação com a história, não é tarefa simples. trabalhar com a memória, seja no campo da psicologia individual ou em sua dimensão coletiva, pode ser uma tarefa complexa e desafiadora. Isso se deve em grande parte ao fato de que a memória não é uma simples reprodução do passado, mas uma reconstrução constantemente moldada por fatores internos e externos.

A forma como uma pessoa se lembra de um evento pode variar de acordo com sua perspectiva e contexto atual, e pode ser afetada por fatores como viés de confirmação, ilusão de memória e distorção da memória. A forma como um grupo se lembra de um evento histórico, por exemplo, pode ser influenciada por sua identidade coletiva, narrativas culturais dominantes e processos de poder. Além disso, a memória coletiva pode ser afetada por fatores como omissão de certos eventos ou grupos, seleção de informações e manipulação de narrativas históricas.

Na História do Tempo Presente o historiador é constantemente pressionado a rever os significados que ele dá ao passado, rever perspectivas e periodizações, um passado que se reescreve dentro do tempo presente, sempre que possível atento na aplicação de acréscimos e correções. A valorização do evento também é outra singularidade do tempo presente é a valorização do evento. Profissionais de História que pesquisam este campo enfrentam um desafio considerável, já que são também testemunhas e sujeitos de seu tempo e, muitas vezes, está envolvido em um movimento de aceleração que o faz muitas vezes dar alto valor em eventos do tempo presente, especialmente porque os séculos XX e XXI são bastante ricos em grandes e profundas mudanças. Um objetivo perseguido pelos profissionais da História é produzir conhecimento sobre o passado humano que possa informar a compreensão do presente e fornece uma base para o planejamento do futuro. Isso envolve a escrita de narrativas históricas, a análise de tendências históricas e o uso da história para informar debates e decisões políticas, econômicas e sociais.

Uma das principais características da História do Tempo Presente é a presença de testemunhos vivos. Isso se deve ao fato de que a história contemporânea está diretamente ligada à experiência vivida pelas pessoas que ainda estão presentes em nossos dias. Ao estudar a história recente, estudantes têm a oportunidade de analisar questões e problemas que ainda estão presentes em nossa sociedade, como a luta por direitos civis, as questões de gênero, as tensões

políticas.

Ao estudar a História do Tempo Presente, os alunos têm a oportunidade de analisar questões contemporâneas, como a luta por direitos civis, as questões de gênero, as tensões políticas, entre outras, algo importante para que os alunos desenvolvam uma compreensão mais crítica sobre o mundo em que vivem, e para que possam participar de forma mais ativa na sociedade. Além disso, a História do Tempo Presente pode ajudar os alunos a desenvolver habilidades de reflexão crítica sobre o mundo atual

Os dois séculos citados, vale lembrar são caracterizados por mudanças significativas em todo o mundo, incluindo avanços tecnológicos, desenvolvimentos políticos, econômicos e culturais, bem como conflitos globais. O que diferencia a história do tempo presente de outras temáticas historiográficas é a proximidade dos historiadores e historiadoras em relação aos acontecimentos, até porque são praticamente contemporâneos dos objetos estudados. A História do Tempo Presente também é relevante para a análise das transformações sociais e políticas que ocorreram na segunda metade do século XX, como a Guerra Fria, a globalização e a revolução digital. A História do Tempo Presente pode ser estudada por meio da análise de fontes contemporâneas, algo que permite aos profissionais da História compreender os acontecimentos recentes de maneira mais precisa e contextualizada.

Enquanto a História Contemporânea se concentra em estudar o período histórico desde a Revolução Francesa até os dias atuais, a História do Tempo Presente enfatiza a importância de se estudar os eventos mais recentes, geralmente a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais, e destaca a presença viva dos protagonistas e a memória como elementos centrais de sua análise das redes sociais são uma importante fonte de informação e podem ser utilizadas para enriquecer as aulas e promover a interação entre estudantes e profissionais de História.

Um dos maiores desafios enfrentados pela história do tempo presente é a natureza complexa e multifacetada do período que se estuda. Diferentemente dos períodos históricos anteriores, o tempo presente é marcado por uma grande quantidade de informações e eventos, muitos dos quais ainda estão em andamento ou ainda não foram totalmente compreendidos. Além disso, o tempo presente é frequentemente marcado por controvérsias e debates atuais, o que pode tornar difícil para os historiadores obterem uma perspectiva objetiva sobre os eventos em questão.

Outro desafio importante enfrentado pela história do tempo presente é a falta de acesso a fontes e documentos. Muitas vezes, os documentos que são relevantes para a história do tempo presente estão sujeitos a restrições de acesso ou estão sob controle de governos ou instituições

privadas. Não são poucos os eventos e processos do tempo presente são registrados em mídias digitais, o que pode tornar difícil para os historiadores acessarem e preservarem esses registros.

A História do tempo presente também enfrenta desafios de legitimação como campo de estudo. Como este campo é relativamente novo, ainda há muita desconfiança e resistência por parte de outros historiadores e acadêmicos. Alguns críticos argumentam que a história do tempo presente é muito influenciada por perspectivas políticas e ideológicas, o que pode comprometer sua objetividade e rigor acadêmico. A história do tempo presente envolve eventos e processos que muitas vezes são controversos ou ainda estão em disputa. Isso significa que as interpretações dos eventos podem ser altamente influenciadas por posições ideológicas ou políticas.

Um fazer histórico que incluem dimensões quase que sobrepostas de passado e presente é comumente conhecido como história do presente. Nesse tipo de abordagem, a história não é vista como algo que aconteceu no passado e acabou, mas sim como algo que tem continuidade e conexão com o presente. A história da presente busca entender como o passado influencia e molda o presente, e como o presente também influencia a interpretação e compreensão do passado. Ela considera que os acontecimentos do passado ainda têm impacto e significado nos dias atuais, e que o presente é um produto da história

Ao conseguir construir uma memória histórica o sujeito se percebe inserido num mundo onde a História o precede e o ultrapassa; pode dar significado a essa sua presença. É uma memória histórica se integra a sua memória pessoal. Materiais audiovisuais ao serem assimilados pelos jovens como narrativas históricas, e qualificados nas aulas de História como fontes, têm força relevante para a aprendizagem histórica. Os artifícios da linguagem fílmica, como os efeitos visuais, os enquadramentos, a cinematografia, a sonorização e a atuação dos protagonistas, estimulam os sentidos, despertam sentimentos de empatia e/ou antipatia. Na aula de História, som e imagem em conjunto proporcionam a possibilidade de uma análise mais profunda e refinada da obra fílmica, assim como as mensagens que ela quer passar para o público. Ao contrário de outras abordagens históricas que se concentram em períodos distantes e em fontes históricas que podem ser limitadas ou incompletas, a história do tempo presente se baseia em fontes mais diversas e em grande parte disponíveis, como mídia social, documentários, jornais e entrevistas.

Ainda sobre a História do Tempo Presente, a proximidade temporal e material entre o pesquisador e seu objeto de estudo pode ser uma vantagem significativa. Ao estar imerso no contexto do objeto de estudo, o historiador tem acesso direto a muitas das categorias e referências que moldam a realidade estudada. Isso pode permitir que o historiador compreenda

melhor o significado e o contexto dos eventos e possa interpretá-los com mais precisão. Além disso, a proximidade pode ajudar o historiador a desenvolver uma empatia com os atores históricos, permitindo que ele entenda melhor suas perspectivas e motivações. Isso pode ajudar a evitar uma análise superficial ou estereotipada dos eventos e, em vez disso, levar a uma compreensão mais profunda e matizada do passado.

Ainda vale lembrar que a proximidade também pode apresentar desafios. O pesquisador deve estar ciente de suas próprias influências e preconceitos e deve tomar cuidado para não projetá-los na análise histórica. Além disso, a falta de distância temporal pode dificultar a compreensão das implicações e consequências mais amplas dos eventos históricos. Assim, embora a falta de distância não seja necessariamente um inconveniente, os historiadores devem estar cientes de seus limites e desafios e trabalhar para desenvolver uma análise rigorosa e objetiva do passado, considerando sempre as perspectivas e influências presentes em sua própria época.

A História do tempo presente é influenciada pelo contexto em que foi desenvolvida, como o surgimento de novas tecnologias de comunicação e o papel crescente dos meios de comunicação na sociedade contemporânea. Ela reconhece que a história não é apenas um relato do passado, mas também uma forma de entender as questões atuais e as preocupações do presente. Ao examinar os eventos recentes, os historiadores podem ajudar a construir uma compreensão mais precisa e reflexiva do passado recente, bem como contribuir para a construção de uma narrativa coletiva da história. Os historiadores do tempo presente demonstram grande interesse na análise de eventos recentes e as tendências que estão ocorrendo no mundo contemporâneo, e em examinar como esses eventos e tendências moldam a sociedade em que vivemos. Qual cronologia, evento-chave e reconhecido, dentro dos estudos pode ser adotado como ponto inicial da história do tempo presente? Seria um período que remete à última grande ruptura histórica? Ou o marco é época em que estamos a viver, que temos lembranças, uma época em que os sujeitos históricos são vivos e até podem supervisionar o historiador dentro do possível? A resposta pode ser outra, é claro, mas pontos de questionamento colaboram para a continuidade da escrita da história nesse campo.

A ampliação do conceito de mundo virtual, que no Tempo Presente pauta a vida humana, quer através da internet ou de quaisquer outros recursos tecnológicos, tem possibilitado mais metodologias de aprendizagem, que se relacionam com o dinamismo da comunicação na Era Contemporânea. Essa dinâmica da comunicação humana contemporânea pode ser explorada em metodologias de ensino que utilizam recursos tecnológicos para tornar o processo de aprendizagem mais interativo e colaborativo.

Além do mais, as redes sociais também podem ser utilizadas como ferramentas de aprendizagem, permitindo que os estudantes compartilhem conhecimentos, ideias e perspectivas, e interajam de forma mais direta com professores e colegas de classe. Vale ressaltar: a tecnologia deve ser vista como uma ferramenta complementar ao processo de aprendizagem, e não como substituta do contato humano e da interação presencial. A interação face a face, o diálogo e a troca de experiências ainda são fundamentais para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes. Uma proposta de fonte histórica alinhada com a História do Tempo Presente e com as redes sociais é exatamente o tema do terceiro capítulo.

### **CAPÍTULO 3 - A CONEXÃO ENTRE LULISMO, ENSINO DE HISTÓRIA E REDES SOCIAIS: PROPOSTA DE FONTES HISTÓRICAS PARA O USO NA AULA DE HISTÓRIA**

A História é uma disciplina que se ocupa em estudar a ação humana no tempo, em suas múltiplas dimensões, considerando a diversidade cultural e a complexidade dos fenômenos históricos. Ao investigar as relações estabelecidas entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços, o estudo da História permite a compreensão das transformações sociais,

políticas, econômicas, culturais e ambientais que moldaram as sociedades ao longo do tempo.

Além disso, a História oferece instrumentos para analisar e interpretar o presente, pois nos ajuda a entender as origens e as continuidades de determinados fenômenos e processos sociais. Para os historiadores, é importante entender não apenas o que aconteceu, mas também por que aconteceu e como isso se relaciona com outras questões históricas. a história é sempre uma construção, uma vez que os historiadores selecionam e interpretam os acontecimentos do passado com base em suas próprias perspectivas e preconceitos.

Ao escrever a história, os historiadores usam fontes primárias e secundárias para reconstruir os eventos do passado. Eles analisam essas fontes e as interpretam, a fim de criar uma narrativa coerente e significativa do passado. Essa narrativa não é apenas uma descrição factual dos eventos, mas também uma interpretação do significado desses eventos e do impacto que tiveram na sociedade. A escrita da história tem muitas implicações práticas. Ela nos permite entender o nosso lugar na história e como chegamos até aqui.

A História tem sido uma parte central dos embates políticos desde sua origem, pois ela é fundamental na formação e na legitimação das comunidades políticas. A história é uma forma de narrativa que fornece uma compreensão do passado e das origens de uma sociedade, seus conflitos, conquistas e fracassos, e essas narrativas históricas moldam a identidade coletiva de uma comunidade. Os diferentes grupos políticos muitas vezes disputam o controle das narrativas históricas, tentando moldar a percepção pública dos eventos passados e do presente, e usando essa percepção para justificar sua posição política e obter apoio popular.

Nessa direção, a interpretação da História pode ser usada como uma ferramenta política para fortalecer o poder de certos grupos ou legitimar sua agenda política. Além disso, a história também pode ser usada para deslegitimar certas posições políticas ou grupos sociais, através da construção de narrativas que demonizam ou ridicularizam seus adversários. A história é uma ferramenta importante na política, pois é usada para legitimar ou deslegitimar posições políticas e grupos sociais, moldando a identidade coletiva e influenciando as percepções públicas sobre o passado e o presente.

A Teoria da história se preocupa em perguntar pelas chances racionais do conhecimento histórico, ou seja, como o conhecimento histórico é produzido, quais são os métodos utilizados para sua construção e como essas informações são interpretadas e utilizadas. A teoria da história também procura entender como o conhecimento histórico é transmitido e como ele evolui ao longo do tempo. Já a didática da história se preocupa em perguntar pelas chances de aprendizado da consciência histórica, ou seja, como o conhecimento histórico é ensinado e aprendido pelos indivíduos, como ele é assimilado e como pode ser aplicado na prática. A

didática da história se concentra em desenvolver métodos e estratégias de ensino que possam tornar o conhecimento histórico mais acessível e relevante para os estudantes.

Ambas as abordagens são importantes para o estudo da história, pois a teoria da história oferece uma compreensão mais ampla do processo de produção e utilização do conhecimento histórico, enquanto a didática da história se concentra na aplicação prática desse conhecimento, visando desenvolver a consciência histórica nos indivíduos. A teoria da história não se limita apenas à análise do processo científico do conhecimento histórico, mas também se preocupa com as questões didáticas que são necessárias para o esclarecimento desse processo. Isso significa que a teoria da história não apenas investiga as questões epistemológicas e metodológicas envolvidas na produção do conhecimento histórico, mas também se preocupa com as formas de comunicação e transmissão desse conhecimento para diferentes públicos, incluindo estudantes, pesquisadores e o público em geral. Sujeito histórico deve estar engajado e comprometido com a ação na história, mas ao mesmo tempo deve refletir de forma crítica sobre as implicações éticas, políticas e sociais dessa ação.

A educação histórica pode ser uma ferramenta importante para a formação de cidadãos conscientes e politizados, capazes de compreender o papel da história na formação da sociedade em que vivemos e de como cada indivíduo pode contribuir para a construção de um mundo mais justo e igualitário. Através do estudo da história, os jovens podem aprender a analisar criticamente as relações de poder, a entender as diferentes perspectivas e valores que moldam a sociedade e a desenvolver habilidades de argumentação e diálogo. Isso pode capacitá-los a participar ativamente da vida política e social, contribuindo para a construção de um mundo melhor. Além disso, a educação histórica pode ajudar a cultivar o respeito pela diversidade cultural e a valorização das diferentes culturas e tradições, o que pode contribuir para a formação de uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

No ensino de História, a valorização do evento também pode ser uma estratégia pedagógica eficaz, uma vez que permite que os alunos compreendam a complexidade e a dinamicidade dos acontecimentos históricos. Isso pode ser feito por meio da análise de documentos e fontes primárias que se relacionam com um evento específico, permitindo aos alunos examinar as causas e consequências desse evento em particular.

A informação transmitida pelos jornais mescla-se com a elaboração de um discurso com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos. Esses aspectos que ajudam a definir o jornal como uma produção “multiautoral” faz dos jornais modernos um tipo de fonte na qual a regra é a alternância de muitas vozes e diferentes agentes discursivos. Lidar com uma fonte

multiautoral, é diferente de lidar com uma fonte monoautoral, como a correspondência, a obra literária ou o relatório administrativo. Nos jornais, temos um certo número de autores que se dirigem a muitos e muitos leitores. A intenção de se criar um jornal ou qualquer periódico, implica propor sua continuidade no tempo através de edições exemplares que pretendem se suceder uma à outra.

O aumento da competência interpretativa no processo histórico de aprendizagem se refere à habilidade crescente de uma pessoa em compreender, analisar e interpretar informações históricas. Isso inclui a capacidade de avaliar fontes históricas, identificar e analisar pontos de vista diferentes, avaliar evidências, formular argumentos e construir narrativas históricas coerentes. A medida que uma pessoa aumenta sua competência interpretativa, ela é capaz de entender melhor o contexto histórico das informações, compreender as diferentes perspectivas e motivações por trás de eventos históricos e avaliar criticamente as informações disponíveis.

Fontes históricas audiovisuais apresentam narrativas históricas de uma forma mais acessível e visualmente atraente do que as aulas tradicionais de história, o que pode ajudar a engajar os alunos e tornar o aprendizado mais envolvente. Além disso, materiais audiovisuais podem ajudar estudantes a entenderem como diferentes eventos históricos se relacionam entre si e como afetam as pessoas e a sociedade em geral. Eles também podem ajudar a contextualizar eventos históricos, mostrando como as condições sociais, políticas e econômicas de uma época influenciaram esses eventos. No entanto, é importante que os materiais audiovisuais sejam usados como uma ferramenta complementar para o ensino de história, e não como uma substituição para a leitura de textos históricos e outras fontes primárias.

Efeitos visuais, como a edição, a cor, a iluminação e os efeitos especiais, podem criar atmosferas emocionais e visuais que afetam diretamente os sentimentos dos espectadores. Além disso, a cinematografia, que se refere à maneira como a câmera é usada para capturar as imagens, pode enfatizar a perspectiva dos personagens, aprofundar a narrativa e criar uma sensação de imersão na história. Os enquadramentos, ângulos e movimentos da câmera podem criar uma sensação de proximidade ou distância em relação aos personagens, afetando assim a empatia e a compreensão que o espectador tem da história. A linguagem audiovisual pode ser interpretada de diversas maneiras, e o uso do som em conjunto com as imagens pode criar uma experiência mais completa e significativa para os estudantes.

As comunidades virtuais de aprendizagem têm se mostrado como um ambiente agregador na construção do conhecimento, proporcionando espaços de interação, colaboração e troca de saberes entre os participantes. Essas comunidades se caracterizam pela utilização de plataformas digitais, que permitem a conexão entre os participantes e a realização de atividades

de aprendizagem de forma assíncrona ou síncrona. Essas atividades podem incluir discussões em fóruns, compartilhamento de recursos educacionais, realização de atividades em grupo, entre outras. Além disso, as comunidades virtuais de aprendizagem podem ser um espaço de inclusão e democratização do conhecimento, pois permitem o acesso a recursos e informações que antes estavam restritos a determinados grupos sociais ou instituições. Por meio dessas plataformas, indivíduos de diferentes regiões, culturas e contextos socioeconômicos podem se conectar e aprender juntos, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais.

As comunidades virtuais também se mostram ferramentas valiosas para promover o diálogo aberto entre educação e aprendizagem. Por meio dessas comunidades, os educadores podem se conectar com seus alunos e com outros profissionais da área de forma mais rápida e eficiente, compartilhando ideias, experiências e recursos educacionais. Além disso, as comunidades virtuais também permitem que os alunos se comuniquem e colaborem entre si, o que pode ser especialmente útil para projetos de aprendizagem colaborativa. Os alunos podem compartilhar informações, ideias e feedback uns com os outros, o que pode ajudá-los a construir conhecimento de forma mais significativa e a se engajar mais no processo de aprendizagem.

As comunidades virtuais também podem ser uma forma de estender a sala de aula para além dos limites físicos da escola, permitindo que os alunos tenham acesso a recursos e oportunidades de aprendizagem que não estariam disponíveis de outra forma. Por exemplo, é possível se conectar com outros alunos e professores de diferentes partes do mundo para realizar projetos colaborativos, o que pode enriquecer muito a experiência de aprendizagem dos alunos. No entanto, é importante lembrar que as comunidades virtuais não são uma solução mágica para todos os desafios educacionais. É necessário que os educadores utilizem essas ferramentas de forma consciente e crítica, avaliando sua eficácia em relação aos objetivos de aprendizagem e aos perfis dos alunos envolvidos. Além disso, é preciso garantir que o uso das comunidades virtuais seja inclusivo e respeite a diversidade cultural e social dos alunos, evitando reproduzir desigualdades e discriminações.

Perceber a relação de autonomia do educando perante as novas mídias inseridas na prática de ensino-aprendizagem é fundamental para garantir que o processo educativo seja efetivo e significativo. Com a proliferação das novas mídias, os alunos têm acesso a uma grande variedade de informações e recursos educacionais, o que pode aumentar sua autonomia e capacidade de aprender

Ao mesmo tempo, no entanto, é importante que os educadores orientem os alunos a utilizar esses recursos de maneira crítica e reflexiva, a fim de evitar a reprodução acrítica de informações e opiniões. Para isso, é preciso que o educador promova o desenvolvimento da

competência midiática nos alunos, ou seja, a capacidade de analisar criticamente as informações e mensagens transmitidas pelas diferentes mídias. Isso implica em ensinar aos alunos a avaliar a confiabilidade das fontes de informação, identificar a presença de preconceitos e manipulações nas mensagens midiáticas e desenvolver habilidades de comunicação e expressão.

As Redes Sociais têm uma história relativamente curta, começando no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 com plataformas como o *Friendster*, *Myspace*, *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e *LinkedIn*. No entanto, as redes sociais se expandiram rapidamente e se tornaram uma parte fundamental da vida cotidiana para muitas pessoas em todo o mundo. Com o tempo, as redes sociais se expandiram para incluir uma ampla variedade de plataformas, incluindo *Instagram*, *Snapchat*, *TikTok*, *Pinterest* e muito mais. As redes sociais mudaram a forma como as pessoas se comunicam, se conectam e se relacionam umas com as outras, tanto em nível pessoal quanto profissional. As redes sociais também foram usadas como uma ferramenta para mobilização política e ativismo social. Em 2011, a Primavera Árabe foi impulsionada em parte pelo uso do *Facebook* e do *Twitter* para coordenar os protestos em todo o Oriente Médio e Norte da África. As redes sociais também têm sido usadas para criar consciência sobre questões sociais e políticas importantes.

Cada vez mais cedo, as redes sociais se firmam como parte do cotidiano dos estudantes. Mais do que entreter, as redes sociais podem se tornar. São ferramentas de interação valiosas para auxiliar no trabalho do professor as redes sociais, considerando o uso prudente e correto. Todos os dias, professores e professoras lutam pela disputa da atenção dos alunos frente as redes sociais de enorme alcance nos tempos da Pandemia da Covid-19 usadas por eles, como o *TikTok*. Em algumas instituições, a proibição do uso do celular causa reiterados desgastes para alunos e professores. Ao mesmo tempo, liberar o uso do celular na aula de História sem nenhum tipo de orientação também não ajudará.

As redes sociais podem também ser utilizadas para compartilhar informações relevantes sobre o conteúdo da disciplina, tais como notícias, artigos, vídeos e podcasts, que possam ser utilizados para ampliar o conhecimento dos alunos. As redes sociais são espaços onde as pessoas se conectam, interagem, compartilham informações e experiências. Compreender como funciona a sociabilidade nessas redes pode ajudar os professores a entender melhor as expectativas e necessidades de seus alunos, além de permitir que eles criem estratégias para engajar os alunos no processo de aprendizagem. Ao utilizar as redes sociais na aula de História, os professores podem criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e participativo, que reflita as formas como os alunos se relacionam e se comunicam em seu cotidiano.

No século XXI, as redes sociais passaram a serem frequentadas durante horas por milhões de pessoas no Brasil e mundo. Conhecer como funciona a sociabilidade nessas redes e trazer esse mundo online conectado à prática de ensino na aula de História aparenta ser uma estratégia que aproxima alunos e professores das tecnologias disponíveis nessa segunda década do XXI com o ofício do historiador.

As redes sociais são, sem dúvida, parte da História do Tempo Presente, pois são uma manifestação cultural, política e social da nossa era. As redes sociais surgiram no final do século XX e se popularizaram rapidamente no início do século XXI, transformando a maneira como nos comunicamos e nos relacionamos uns com os outros. As redes sociais têm sido utilizadas como ferramentas para mobilização social, para a disseminação de notícias e informações, para a expressão de opiniões e ideias, para a criação de comunidades virtuais e para a construção de identidades individuais e coletivas. Elas têm sido importantes para o surgimento de movimentos sociais, para a organização de protestos e para a defesa de causas políticas, sociais e ambientais.

Além disso, as redes sociais têm sido usadas como fonte de informação para pesquisadores e historiadores, que podem analisar dados sobre tendências políticas, sociais e culturais, bem como examinar as formas de interação e comunicação entre os usuários. A tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para enriquecer as aulas de História e torná-las mais atrativas e dinâmicas, além de permitir a exploração de novos recursos e formas de apresentação de conteúdo.

A tecnologia não deve ser vista como uma ameaça à disciplina de História, mas sim como uma ferramenta que pode auxiliar na construção de um ensino mais dinâmico, interativo e contextualizado, capaz de despertar o interesse e a curiosidade dos alunos. O desafio para o professor é encontrar um equilíbrio entre a tecnologia e a abordagem tradicional do ensino de História, de forma a garantir uma formação integral e crítica aos seus alunos.

As redes sociais passam a fazer parte do cotidiano dos alunos e essa é uma realidade que se encontra na ordem do dia. Para os alunos, as redes sociais podem ser utilizadas como ferramentas de estudo e pesquisa, além de possibilitar o acesso a informações e conteúdos de diferentes áreas do conhecimento. No entanto, é preciso tomar cuidado com o uso excessivo das redes sociais, que pode prejudicar a concentração e o rendimento escolar. Além disso, as redes sociais também podem trazer riscos, como a exposição excessiva da vida pessoal, o *cyberbullying* e o acesso a conteúdos inadequados. Por isso, é importante que os alunos sejam orientados sobre o uso seguro e responsável das redes sociais, e que os educadores e instituições de ensino estejam atentos a essa realidade e busquem formas de integrar as redes sociais no processo educativo de forma consciente e benéfica para os alunos.

Com forte potencial para aplicações educacionais, as redes sociais ainda não ganharam status como instrumento pedagógico. Falta compreensão de que a metodologia deve vir antes da tecnologia. Com forte potencial para aplicações educacionais, as redes sociais ainda não ganharam status como instrumento pedagógico. Falta compreensão de que a metodologia deve vir antes da tecnologia. Isso pode ser explicado por diversos fatores, dentre eles a falta de compreensão por parte dos educadores e instituições de ensino sobre como utilizar essas ferramentas de forma pedagogicamente efetiva.

O uso pedagógico da internet e das redes sociais não deve ser encarado como uma tarefa simples ou trivial, requerendo do professor um conhecimento aprofundado sobre essas ferramentas e uma capacidade de planejamento e gestão adequadas. Contudo, quando utilizado de forma criteriosa e consciente, pode ser uma grande aliada na promoção de uma formação crítica dos estudantes em relação à História e ao mundo contemporâneo.

As redes sociais e a internet em geral são fontes inesgotáveis de informações e conhecimentos, mas também podem ser um terreno fértil para a disseminação de informações errôneas, manipuladas ou distorcidas. Por isso, é importante que o professor oriente seus alunos sobre como pesquisar, selecionar e avaliar as fontes de informação, de forma a garantir que eles possam produzir conteúdos embasados em evidências e que estejam de acordo com os princípios da ciência histórica.

Mesmo com as muitas vantagens apresentadas nos parágrafos anteriores, o uso das redes sociais na sala de aula – e isso inclui a História - permanece um tema controverso. Enquanto alguns educadores veem as redes sociais como uma distração prejudicial ao processo de aprendizagem, outros argumentam que elas podem ser uma ferramenta útil para estimular a participação dos alunos e enriquecer o conteúdo das aulas.

O problema está no fato das redes sociais serem consideradas como elemento de distração nas escolas. É importante lembrar que as redes sociais podem ter tanto aspectos positivos quanto negativos. Por um lado, elas podem ser usadas para compartilhar informações e ideias, estimular o debate e a reflexão crítica, e promover a colaboração e a interação entre os alunos. Por outro lado, elas também podem ser fonte de distração, desvio de atenção, e exposição a conteúdos inadequados ou desrespeitosos. Cabe aos educadores avaliar cuidadosamente os prós e contras do uso das redes sociais na sala de aula e tomar decisões baseadas nas necessidades e objetivos de cada turma e disciplina

Vale também destacar que internet e redes sociais diversas possibilitam que informações sejam compartilhadas com uma velocidade nunca vista, mas também aumentam o risco de que

informações falsas ou deturpadas sejam divulgadas e recebidas como verdadeiras. Para os historiadores, isso significa que é ainda mais importante verificar e autenticar as fontes que são usadas para construir narrativas históricas. Historiadores usam diversas ferramentas e técnicas para autenticar fontes. Eles examinam a proveniência das fontes, ou seja, de onde elas vieram e como chegaram até o pesquisador. Eles também avaliam a confiabilidade das fontes, considerando fatores como o contexto em que foram criadas, a intenção do autor, as possíveis distorções ao longo do tempo e as possíveis agendas políticas ou ideológicas que possam influenciar as informações fornecidas.

Nesse sentido, o professor deve estar atento aos perigos de utilizar fontes pouco confiáveis e informações sem embasamento teórico-metodológico, que podem levar a uma construção equivocada da história. Ao utilizar a internet e as redes sociais como ferramentas pedagógicas, o professor deve buscar selecionar fontes confiáveis e de qualidade, como sites de instituições de pesquisa, bibliotecas digitais, portais de museus e arquivos públicos, além de incentivar os alunos a pesquisarem com critério e discernimento.

Por serem classificadas dentro de muitas instituições de ensino como elementos de distração, as redes sociais costumam ser bloqueadas em algumas instituições com internet – outro meio de comunicação nem sempre presente nas escolas públicas. A democratização ao acesso à Internet trouxe animadoras possibilidades e cimentou caminho para situações como a preferência dos estudantes por conteúdos de história online publicados em redes como *YouTube* e *TikTok* sem nenhuma referência teórica. Entendo o professor de História como um pesquisador das ações humanas ao longo do tempo e produtor do conhecimento histórico conectado com o Tempo presente dele. O século XXI é o da tecnologia e o professor que pesquisa e produz História na aula de História deve acompanhar os desafios e demandas do seu tempo.

A história do *TikTok* começou como uma plataforma para vídeos de karaokê e dança, mas evoluiu para uma plataforma mais ampla com uma ampla variedade de conteúdo, incluindo comédia, beleza, culinária, política, entre outros. A plataforma é especialmente popular entre os jovens e adolescentes, com muitos influenciadores e celebridades emergindo do *TikTok*. O sucesso do *TikTok* pode ser atribuído à sua simplicidade e facilidade de uso, bem como à sua capacidade de fornecer um fluxo constante de conteúdo de entretenimento rápido e envolvente.

A plataforma também utiliza algoritmos de inteligência artificial para personalizar o conteúdo para cada usuário, mostrando vídeos que são mais relevantes para seus interesses e preferências. O conteúdo no *TikTok* é muito diversificado, incluindo comédia, dança, desafios, tutoriais de beleza, culinária, política e muitos outros tópicos. Muitos usuários do *TikTok* também usam a plataforma para promover suas marcas pessoais ou negócios.

Uma das vantagens de usar redes sociais para compartilhar informações sobre História é que elas permitem que você alcance um público maior do que apenas sua sala de aula. Você pode compartilhar artigos, vídeos e infográficos interessantes que ajudam a ilustrar os conceitos e eventos históricos que você está estudando. Embora não seja uma ferramenta tradicionalmente associada ao ensino de História, a plataforma *TikTok* pode ser utilizada como um recurso didático interessante e inovador para engajar os alunos em sala de aula e estimular o interesse pela disciplina.

A importância do *TikTok* no mundo contemporâneo pode ser entendida de diferentes maneiras. Primeiramente, ele representa uma nova forma de consumo de conteúdo digital, que se diferencia das formas mais tradicionais, como a televisão e o cinema. Com o *TikTok*, os usuários podem criar e assistir conteúdos de forma rápida e interativa, o que pode ajudar a estimular a criatividade e a expressão individual.

No entanto, é importante lembrar que as redes sociais também podem ser uma fonte de desinformação ou notícias falsas – as famosas *Fake News*, expressão que ganhou popularidade durante o governo Donald Trump nos Estados Unidos da América (jan/2017, jan/2021). É fundamental que professores e professoras ajudem alunos e alunas a desenvolverem habilidades críticas de pensamento para avaliar a autenticidade e a relevância das informações encontradas nas redes sociais. É importante que os alunos entendam que a história é uma disciplina baseada em evidências e que a pesquisa e a análise cuidadosas são fundamentais para obter um entendimento preciso do passado.

As notícias falsas podem ser prejudiciais, pois disseminam informações incorretas que podem influenciar a opinião pública de forma negativa, além de comprometer a credibilidade das fontes de informação e a confiança na mídia. As notícias falsas podem ser intencionalmente criadas para manipular a opinião pública ou, em alguns casos, podem ser o resultado de informações incorretas ou mal interpretadas. É importante lembrar que a propagação de notícias falsas não é um problema novo, mas as redes sociais tornaram mais fácil a sua disseminação em grande escala.

Uma característica marcante das “*fake news*” nos últimos 8 anos é a velocidade e capacidade de disseminação pelas redes sociais, alcançando uma grande audiência antes que possam ser verificadas e desmentidas, que desinformam e propositalmente causam confusão nas pessoas, afetando sua compreensão da realidade e a tomada de decisões informadas. Elas também podem causar danos à reputação de indivíduos, organizações ou grupos, bem como aumentar a tensão social e política.

Navegar num gigantesco oceano de informações traz o desafio de estabelecer novas

formas de se relacionar com o outro, com o ambiente e com o conhecimento. Num movimento constante, seres humanos e tecnologias digitais da informação se retroalimentam o que acaba por impulsionar principalmente mais formas de reflexão e novas relações com saber. Uma proposta que conecte aprendizado da história dentro do tempo presente povoado por estudantes e leitores que também são usuários das redes sociais é um objeto de estudo a ser destacado nos tempos que virão. As redes sociais são uma ferramenta importante no ensino de história, permitindo que os educadores criem um espaço de aprendizado interativo e engajado para estudantes. O “Ensinar e aprender história nas redes sociais”, da pesquisadora Daniela Martins é uma dissertação com ricas contribuições para profissionais da História interessados no tema. No trabalho apresentado em 2018, também em um Mestrado Profissional em História, escreve a historiadora sobre as redes sociais:

Um lugar que se move e está em constante transformação. É um fluxo de informações. Um lugar não material, mas diretamente vinculado à tecnologia. É um espaço imaterial que possui na parte visível da Internet, ou seja, as telas de computadores e smartphones, a sua materialidade. A tela do celular é assim a imagem de um lugar que é visível e invisível simultaneamente. É assim uma forma de interação onde relações sociais influenciadas por ele surgem e nele ocorrem o caracterizando tanto como meio, quanto como objeto visto que ligado à tecnologia não se limita a ela<sup>31</sup>.

Na configuração social dos últimos 15 anos, crianças e jovens já nasceram dentro de uma realidade de sociedade conectada, digital; aprendem desde os primeiros anos de vida a utilizar as tecnologias disponíveis e nas redes sociais, interesses dos mais variados são compartilhados. Parte do cotidiano de alunos e alunas em idade escolar é vivido dentro dessas redes sociais. Com os recursos didáticos prontos, com um click o professor de história familiarizado com as redes sociais sabe das possibilidades da expansão do ensino na aula de História, já que a internet e produtores de conteúdos específicos das redes sociais possibilitam o conhecimento histórico de um tema escolhido muito mais amplo. Uma das grandes contribuições da participação na Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB) foi a possibilidade de compreender a importância das fontes históricas para as aulas. O uso de ferramentas que os historiadores utilizam na sua prática profissional de investigação, como análise de documentos, de discursos, imagens, leituras enriquece o ensino de História, fortalece o método científico na aula, amplia as análises históricas e conecta alunos, alunas e professores

---

<sup>31</sup>MORAES, Daniela Martins de Menezes. **Ensinar e aprender História nas redes sociais: possibilidades e desafios para o espaço escolar**. PROFHISTÓRIA-UFPE, 2018. p. 66

com o Tempo Presente mergulhado em tecnologia.

Os usos das redes sociais no Ensino de História, com os recursos adequados auxiliam na leitura do Tempo Presente dos alunos. Computadores, celulares, redes sociais dentro da proposta de ensino aqui apresentada não são extensões da escola ou sala de aula, mas sim ferramentas que fazem com que o conhecimento histórico trabalhado nas aulas continue para além do ambiente escolar. O domínio do uso pedagógico da internet e redes sociais são fundamentais para que a pesquisa orientada pelo professor não descambe para a leitura e produção de conteúdos sem conexão com a ciência histórica. O uso da internet possibilita a convergência de distintas e importantes mídias como jornais, TV, filmes e músicas e vídeos. Uma das escolhas feitas para a produção de fontes históricas sobre o Lulismo e o ABC da Greve é a rede *TikTok*.

Lançado em 2014, o *TikTok* ficou realmente popular em 2019, ganhando milhões de usuários e se tornando uma das principais redes sociais por isso e, claro, pela influência na rede. Disponível para os principais sistemas operacionais de *smartphones*, *TikTok* promove vídeos curtos e permite que os usuários façam edições diversas, efeitos, legendas, trilhas sonoras, entre outras funções. O aplicativo se tornou popular entre os jovens em 2019, mas foi durante a quarentena provocada pelo coronavírus, em 2020, que ele conquistou números impressionantes. Foi a rede social mais baixada durante todo ano de 2020. Os usuários também têm a opção de seguir uns aos outros, curtir, comentar e até compartilhar em outras redes sociais as publicações. Como a rede social ficou – e ainda é – muito famosa pelas produções audiovisuais curtinhas, o potencial de engajamento desse conteúdo dentro das redes sociais é grande o suficiente para gerar um alto alcance.

O historiador pode certamente falar do presente, desde que ele tenha conhecimento e experiência suficientes para analisar as questões em jogo. Embora os historiadores sejam treinados para trabalhar com fontes históricas e contextos passados, muitos também têm habilidades analíticas e críticas que podem ser aplicadas a eventos contemporâneos. No entanto, é importante que o historiador reconheça seus próprios limites de conhecimento e expertise, e seja transparente sobre as fontes e evidências em que baseia suas análises. A objetividade e o distanciamento são ideais valorizados na prática histórica, mas é importante reconhecer que eles nunca são totalmente alcançáveis. Todo historiador é influenciado por sua própria posição social, política e cultural, bem como pelas circunstâncias em que está inserido.

Todo pesquisador é influenciado por seu contexto social, cultural, político e pessoal, e que essas influências podem afetar sua escolha de método, sua interpretação de dados e até mesmo sua escolha de tópicos de pesquisa. Na pesquisa em ciências humanas, é ainda mais

evidente que a objetividade pura é impossível, pois o objeto de estudo é muitas vezes subjetivo e influenciado por valores e crenças culturais e históricas. Assim, os pesquisadores devem estar cientes de suas próprias perspectivas e preconceitos, bem como das implicações éticas e políticas de suas pesquisas. Isso não significa que a objetividade deva ser completamente descartada como objetivo. Em vez disso, os pesquisadores devem buscar a objetividade relativa, que é alcançada por meio da transparência, honestidade e rigor em sua pesquisa e análise.

Uma das propostas de conteúdo para o trabalho final é a produção de vídeos curtos sobre Lulismo – as práticas políticas, econômicas e sociais atribuídas sobretudo aos governos Lula da Silva (2003-2010) observadas pelo professor André Singer. Todos os conteúdos estão disponíveis também nas redes sociais, mais especificamente o *TikTok*, conhecida pelos virais feitos de produções originais bem curtinhas. Acreditamos nesse trabalho que as fontes históricas para aulas de História devem estar a disposição de todos, dentro e fora da escola.

A primeira fonte será um trecho da entrevista que o professor André Singer (Ciência Política-USP) concedeu ao programa de entrevistas “*Diálogos com Sergio Conti*”, transmitido pela *Globonews* e disponível na íntegra em redes sociais como o *YouTube*. Em 59 segundos, André Singer responde uma pergunta do apresentador sobre o enfraquecimento da mobilização popular e o desmantelamento visto na época do Partido dos Trabalhadores ao longo do processo de Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido 3 meses antes da entrevista. André Singer responde explicando um elemento importante dentro do Lulismo: o caráter despolitizador:

O Lulismo é abertamente despolitizador. Como ele é uma política de conciliação, não é uma política de confronto, era preciso deixar muito claro para os empresários que não havia uma proposta ou processo de mobilização ameaçadora. Não houve mesmo. Quando você não constrói uma mobilização, ela não ocorre.

Em uma outra entrevista para um canal disponível no *YouTube* chamado *TV da Democracia*<sup>32</sup>, Singer caracteriza o Lulismo como uma invenção política. O professor da USP aponta o ano de 2003 como ponto inicial das práticas políticas lulistas. Diz o professor:

Entendi que tinha ocorrido uma invenção política. O presidente Lula, a partir de 2003 criou uma coisa nova que é, no fundamental, a ideia de mudar o Brasil – sobretudo pensando

---

<sup>32</sup>**TV da Democracia.** Vídeo publicado em 11 abr. 2018. Trechos dele foram transformados em novas fontes históricas, com as devidas referências ao material original, na plataforma Tiktok. Muita famosa entre o público jovem e em idade escolar, a rede social é famosa por viralizar vídeos de até 60 segundos. Um dos materiais que serão produzidos a partir das reflexões sobre Lulismo e Ensino de História é um curto vídeo onde o próprio André Singer explica com clareza o que é o Lulismo

na questão da inclusão social -, melhorar a vida das camadas mais populares, especificamente dos mais pobres, sem qualquer tipo de radicalização política, isso explicado numa síntese muito reduzida. Você tem uma série de medidas que visavam favorecer os mais pobres, como o Bolsa Família, uma política que vai ativar em certas regiões do Brasil economias locais. Em associação, você tem a valorização do salário-mínimo.

Em outro vídeo, disponível também na plataforma *TikTok*, produzimos uma fonte histórica também baseada na entrevista que o professor Andre Singer concedeu para o *TV da Democracia*, canal do *YouTube*, explicando sobre aquilo que ele chama de “essência do Lulismo”. A ideia do nosso trabalho foi transformar o conteúdo do *YouTube* para a plataforma do *TikTok*, que, apesar de ser famoso também por vídeos curtos, possui outro formato de imagem e interação. É verdade que vídeos curtos podem não trazer explicações mais abrangentes sobre temas complexos. Ainda assim, consideramos o uso do *TikTok* como rede social pela relevância da plataforma nos últimos anos e pela necessidade dos profissionais de História de adentrar nesse universo cheio de possibilidades de aprendizado. Entre as vantagens dos vídeos curtos (consideramos aqueles com duração de até 60 segundos) que observamos na produção de novas fontes históricas, destacamos:

**Acessibilidade:** Muitas pessoas preferem consumir conteúdo em vídeo porque é mais fácil de entender e assimilar do que ler um texto longo. Além disso, vídeos podem incluir imagens, animações e outros recursos visuais para ajudar na compreensão.

**Engajamento:** Vídeos curtos são mais envolventes e interativos do que outras formas de conteúdo, aumentando a probabilidade de que os espectadores prestem atenção ao seu conteúdo e interajam com ele.

**Economia de tempo:** Para aqueles que não têm muito tempo, vídeos curtos são uma opção atraente, permitindo que eles obtenham informações valiosas de forma rápida e eficiente. Separamos algumas capturas de tela para demonstrar parte do conteúdo trabalhado:



*Ilustração 1: "A explicação completa do prof. Andre Singer (Livre Docência, USP) é encontrado no TV da Democracia (Youtube, 2018). Nesse trecho, o professor traz uma resposta direta e bem fundamentada no campo da História sobre a prática do Lulismo na política brasileira", diz as legendas inseridas no vídeo curto postado no Tiktok em julho/2022*



*Ilustração 2: Trecho do vídeo "Lulismo, segundo Andre Singer", produzido para o Tiktok em julho/2022. Nele, uma boa síntese das práticas observadas pelo professor livre-docente da USP chamadas por ele de Lulismo*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a disciplina de Teoria da História, ministrada pelo professor Ernesto Sena, no Mestrado Profissional em Ensino de História, no primeiro trimestre de 2019, foi possível discutir questões importantes inseridas na historiografia sobre a temática. Compreendemos que para nós historiadores pensar historicamente não se restringe a encontrar respostas. Acredito que pensar historicamente não se restringe a encontrar tão somente a respostas. O pensamento fecundo adia a dissolução dos seus problemas, soluções. Num momento em que importantes movimentos mudanças ocorrem na área de História, o ofício de historiador, seja fora ou dentro da sala de aula, pouco a pouco tem adquirido destaque.

A expressão “*historia magistra*” tem origem latina e significa “a história é mestra”. Essa expressão se tornou famosa na filosofia da história, sendo usada para enfatizar a ideia de que o estudo da história pode servir como uma fonte de aprendizado e de sabedoria para as gerações posteriores. No entanto, a ideia de que a história pode servir como mestra tem raízes na tradição grega, especialmente na obra de Tucídides, historiador grego do século V a.C. Tucídides escreveu a *História da Guerra do Peloponeso*, um relato detalhado da guerra entre Atenas e Esparta. Ele concebeu como uma exposição dos fatos que teria valor permanente como uma fonte de ensinamentos para as gerações futuras. A ideia de que a história pode ensinar e orientar as ações humanas revela ter uma longa tradição na cultura ocidental, tendo sido elaborada por pensadores de diferentes épocas e contextos históricos.

Os historiadores são responsáveis por explorar e entender o passado, mas esse trabalho não pode ser desvinculado das questões do presente. Mais ainda, a História é uma forma de conhecimento que nos ajuda a compreender as origens e evolução de problemas sociais, políticos e culturais, bem como as possíveis soluções para esses problemas. Além disso, a historiografia também é uma forma de engajamento político e social. Através da análise crítica do passado, os historiadores podem contribuir para a construção de narrativas alternativas e para o questionamento de visões hegemônicas. Eles podem usar o conhecimento histórico para informar e moldar debates públicos, bem como para fortalecer a democracia e os direitos humanos.

A informática e a internet têm facilitado substancialmente os trabalhos de investigação; diversos profissionais são chamados para explicar o passado e o tempo presente, seja na mídia televisiva e nas chamadas “Redes Sociais”. Ainda assim, muitas escolas perdem a oportunidade de potencializar ainda mais as possibilidades de se ensinar história. A história se desenrola no nosso mundo onde efetivamente uma guerra mundial tem mais importância que um concerto

de buzinas, a menos, é claro, que esse concerto desenvolva por si. O objeto do estudo do estudo nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis num tempo e num meio dados, mas sempre alguns de seus aspectos que são escolhidos.

A pesquisa historiográfica também é influenciada pelos debates e tendências intelectuais presentes em um determinado momento histórico. A História enquanto disciplina complexa exige uma abordagem crítica e reflexiva para a compreensão do passado e do presente. São os profissionais da História aqueles responsáveis por interpretar e analisar fontes históricas. No entanto, essa tarefa não é simples e envolve uma série de desafios, tais como a seleção e interpretação de fontes, a compreensão das circunstâncias históricas e culturais, e a consideração das perspectivas dos sujeitos históricos envolvidos.

A escrita da história é influenciada pela perspectiva de quem escreve a História, sua bagagem cultural, política e social e pelas fontes históricas disponíveis. Por isso, é fundamental a atenção para as fontes históricas usadas para a produção do conhecimento histórico, considerando seu contexto, autenticidade e relevância para o evento ou período em questão. Já a aprendizagem histórica demonstra ser essencial na formação da consciência histórica, que é a capacidade de compreender a importância do passado para o presente e o futuro. Criar ambientes de aprendizagem que estimulem a curiosidade, a investigação e o pensamento crítico, utilizando uma variedade de fontes históricas e métodos pedagógicos pode ser um caminho importante no desenvolvimento da aprendizagem e consciência histórica de jovens e adultos no Ensino de História.

É importante destacar que a ideia de “verdade” na história não é absoluta ou definitiva, mas sim relativa e passível de revisão. As fontes históricas são sujeitas a interpretações e podem ser influenciadas por fatores como a perspectiva do autor, a intencionalidade, e as circunstâncias históricas e culturais em que foram produzidas. Além disso, a história é uma disciplina que está em constante evolução, e as interpretações e narrativas históricas são influenciadas por fatores como as tendências intelectuais e os debates contemporâneos.

Os historiadores do tempo presente também trabalham com fontes diversas, incluindo registros governamentais, diários pessoais, mídia, arte, música e literatura, entre outros. A História do Tempo Presente também apresenta um grande desafio: em muitos casos os eventos recentes ainda estão em curso ou são novos demais para serem analisados com perspectiva histórica mais apurada. Além disso, as fontes contemporâneas são muitas vezes influenciadas pelas perspectivas dos autores, o que pode dificultar a análise objetiva. Apesar desses desafios, a História do Tempo Presente é uma área importante da pesquisa histórica, pois ajuda a entender as mudanças sociais e políticas que moldaram o mundo contemporâneo e permite que as pessoas

reflitam criticamente sobre o presente.

É verdade que o historiador não tem o monopólio sobre a memória coletiva, uma vez que essa é uma construção social e cultural que envolve múltiplos agentes e narrativas. No entanto, é importante destacar que o historiador tem um papel fundamental na compreensão e interpretação da memória, especialmente no que diz respeito à sua pluralidade e fragmentação. Por meio de instrumentos metodológicos e teóricos, o historiador é capaz de analisar e interpretar as diversas narrativas e memórias coletivas existentes, buscando entender as razões pelas quais elas surgem e como se relacionam com a História do Tempo Presente. Dessa forma, o historiador é capaz de lidar com a pluralidade e fragmentação da memória coletiva, compreendendo que ela é construída a partir de múltiplos pontos de vista e experiências, e que não existe uma única verdade ou versão definitiva da história.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, no fim de 2002, as classes populares entraram para valer na disputa pelo poder político sem rupturas com a ordem democrática. chegou à Presidência da República um homem oriundo das camadas populares, filho de migrantes nordestinos que veio criança para São Paulo, espremido na carroceria de um pau de arara junto com a mãe analfabeta e os irmãos, fugindo da seca e da miséria do semiárido de Pernambuco. Era o primeiro presidente assumidamente da esquerda política brasileira, originário da realidade operária e sindical dos anos 1960-70, e ganharia a eleição à frente do mesmo Partido dos trabalhadores que ele mesmo ajudou a criar, na conjuntura ainda autocrática e militar dos anos 1970.

A eleição presidencial que levou de Luiz Inácio Lula da Silva à vitória, no final de 2002, reconfigurou a relação entre os movimentos sindicais e o Estado no Brasil. Apoiado num um ciclo de crescimento econômico, nas políticas públicas de redistribuição de renda e no controle dos movimentos sociais do país, em especial do sindicalismo, o governo de Lula da Silva alcançou robustos índices de satisfação popular.

É fato que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 marcou uma mudança significativa na história política do Brasil, uma vez que foi a primeira vez que um presidente oriundo das camadas populares assumiu o cargo. No entanto, é importante destacar que a ascensão de Lula ao poder não foi marcada por rupturas com a ordem democrática. Pelo contrário, a eleição de Lula foi resultado de um processo eleitoral livre e democrático, em que as classes populares tiveram a oportunidade de se expressar politicamente e de escolher um líder que representasse seus interesses e demandas. Além disso, o governo de Lula foi pautado pela busca da estabilidade política e econômica, o que incluiu o respeito às instituições democráticas e ao estado de direito.

Apesar das tensões políticas e das críticas por parte de setores da elite brasileira, Lula manteve um compromisso com a governabilidade e a estabilidade institucional, o que contribuiu para a consolidação da democracia no país. A eleição do presidente Lula - eleito pela terceira vez no Segundo Turno das Eleições 2022, as mais polarizadas da Nova República - marcou a entrada das classes populares na disputa pelo poder político de forma legítima e democrática, sem rupturas com a ordem institucional do país. Isso representa um avanço significativo na história política do Brasil e demonstra a força e a importância da participação popular na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O governo do presidente Lula foi reformista e conservador. Substituiu o apoio da classe média pelo apoio dos muito pobres – o subproletariado. Fez reformas sociais de grande profundidade: bolsa família, crédito consignado, aumento real do salário-mínimo. Venceu a Crise de 2008 pelo aumento do mercado interno com ajuda de bancos estatais que passaram a emprestar dinheiro mais barato.

O termo “lulismo” surgiu no final dos anos 2000 e foi usado para descrever a popularidade de Lula e sua influência na política brasileira. O movimento também foi caracterizado pelo seu apelo à classe trabalhadora, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a busca por maior igualdade social. O lulismo é a execução política durante o primeiro mandato do presidente Lula que consiste em uma forte intervenção do estado, como vistas a redistribuição da renda para os setores de baixa renda da população, sem ameaça a ordem estabelecida. O crescimento da economia, política de aumento real do salário-mínimo e as políticas sociais, que aumentaram a demanda são três fatores fundamentais para entender o sucesso do governo Lula.

Ainda assim, o lulismo enquanto prática política também foi criticado por seu envolvimento em casos de corrupção e pela abordagem populista e clientelista, segundo críticos do governo. Argumentam que o movimento se baseou mais em uma personalidade carismática do que em uma ideologia política clara, o que pode ter limitado sua sustentabilidade a longo prazo.

A busca pela autenticidade das fontes em tempos de multiplicação dos boatos, deturpações e mentiras nas redes sociais se tornou campo importante de trabalho dos historiadores. Percebe-se ser necessário entender a disciplina de história dentro do ensino básico como mecanismo capaz de despertar a consciência histórica do aluno e/ou situá-lo enquanto sujeito transformador da realidade onde vive. O lulismo representou um acalmar dos conflitos sociais sem entrar em conflito com setores conservadores das elites rurais e urbanas. Foi também uma mudança social em que o Estado brasileiro teve um papel importante na

alavancagem dos mais pobres. É um modelo que fez concessões ao capital no que diz respeito à taxa de juros, à autonomia do Banco Central, ao câmbio flutuante, entre outros elementos da macroeconomia.

Por outro lado, acopla a essas concessões ao capital uma série de medidas distributivas de grande relevância, entre elas as transferências de renda através do Bolsa Família, que inicialmente é um programa social, mas que já caminha para ser um direito social importante no Brasil, já que atende a uma parcela muito pobre da população historicamente desatendida. O governo do presidente Lula foi reformista e conservador. Substituiu o apoio da classe média pelo apoio dos muito pobres – o subproletariado. Fez reformas sociais de grande profundidade: bolsa família, crédito consignado, aumento real do salário-mínimo. Atravessou a Crise econômica de 2008 pelo aumento do mercado interno com ajuda de bancos estatais que passaram a emprestar dinheiro mais barato.

Desde sua criação, o Partido dos Trabalhadores teve um papel importante na luta pela redemocratização do país e pela defesa dos direitos dos trabalhadores e das minorias. A primeira experiência do PT no executivo nacional ocorreu em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República. Durante seus dois mandatos, Lula implementou diversas políticas sociais que contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade no país. O Partido também contribuiu para ampliar o debate sobre temas como a distribuição de renda, a justiça social e a democracia participativa.

Por um lado, é verdade que o governo Lula implementou políticas que buscavam acalmar os conflitos sociais, como a expansão de programas sociais e a melhoria das condições de vida de setores mais vulneráveis da população. Isso pode ter sido interpretado como uma tentativa de apaziguar os ânimos e evitar confrontos mais diretos com as elites. Por outro lado, é importante ressaltar que o governo Lula enfrentou resistência e oposição de setores conservadores das elites, especialmente durante o chamado “mensalão”.

Lá pelo fim do segundo mandato, o presidente Lula argumentou que durante seus governos, houve uma política de redução das taxas de juros e de incentivo ao crédito, o que acabou beneficiando os bancos e outras instituições financeiras. Segundo ele, os bancos lucraram muito durante esse período e, por isso, nunca ganharam tanto quanto nos anos em que ele foi presidente. No entanto, a afirmação de Lula é polêmica e contestada pela opinião pública da época. Pode-se argumentar que os bancos tiveram lucros elevados durante o governo do PT não apenas devido às políticas governamentais, mas também por conta do cenário econômico favorável e do aumento do consumo das famílias.

A produção de conhecimento histórico é um processo complexo e dinâmico, que

envolve uma constante reavaliação e questionamento das fontes e interpretações. A história é uma disciplina que está intrinsecamente ligada ao tempo e às circunstâncias históricas e culturais em que é produzida. O historiador deve reconhecer que suas próprias perspectivas e interpretações históricas são influenciadas por sua posição temporal e cultural, e que a busca pela verdade e a justiça não pode ser desvinculada do contexto histórico em que é realizada.

Os historiadores utilizam uma variedade de fontes, incluindo documentos escritos, artefatos materiais, arquivos fotográficos e orais, para reconstruir eventos e experiências históricas. Além disso, o ofício do historiador também envolve a reflexão crítica sobre como as fontes históricas são produzidas, mantidas e selecionadas. Isso inclui a consideração das limitações e preconceitos inerentes às fontes históricas e a análise dos contextos políticos, sociais e culturais em que foram criadas. A pesquisa histórica é influenciada pelas condições materiais de produção, como acesso a fontes, recursos financeiros e tecnologia disponível. Nos dias atuais a palavra “cidadania” traduz as aspirações dos brasileiros e brasileiras por uma vida feliz e com dignidade.

Profissionais da História também devem estar engajados com as questões éticas e políticas do seu tempo. Sua produção de conhecimento histórico deve ser orientada por uma preocupação com a justiça social e a transformação da sociedade. Através da análise e interpretação dos documentos, os historiadores podem reconstruir eventos, pessoas, instituições, ideias e práticas do passado. A seleção e utilização dos documentos depende da temática e do objeto de estudo dos profissionais responsáveis pela escrita da história em caráter científico.

Enxergamos como indispensável a participação dos historiadores no debate público e na atuação dentro das redes sociais, assumindo junto com o trabalho dentro da educação histórica um compromisso ético e cívico. Isso é importante porque a história é uma disciplina que lida com questões fundamentais da sociedade, como a identidade, a memória, a justiça e a igualdade, entre outras. Por essa razão, os historiadores têm muito a contribuir para o debate público, fornecendo uma análise crítica e rigorosa do passado e ajudando a esclarecer questões complexas que afetam o presente e o futuro. No entanto, é importante ressaltar que a participação dos historiadores no debate público deve ser pautada por um compromisso com a ética e a responsabilidade social. Eles devem também estar dispostos a corrigir e retificar eventuais erros ou imprecisões em suas análises e interpretações, e a serem transparentes sobre as limitações e os desafios envolvidos no trabalho histórico.

A Educação não tem apenas a função de transmitir informações e conhecimentos, mas também de desenvolver a capacidade de pensar de forma crítica e reflexiva sobre o mundo.

Arendt Ela acredita que a educação deve ser um processo contínuo de diálogo entre professores e alunos, em que se discutem e se questionam ideias, conceitos e valores. Compreender a própria história permite ao indivíduo uma melhor compreensão de sua identidade e sua relação com o mundo em que vive. Para o profissional docente, isso significa ter consciência de sua própria história e como ela se relaciona com a história da sociedade e da cultura em que está inserido.

No contexto plural da realidade educacional, os profissionais de História nas escolas de Ensino Básico precisam estar preparados para lidar com jovens que possuem acesso a muitas informações, e isso exige uma compreensão mais aprofundada e crítica da história e da cultura em que vivemos. Dessa forma, a compreensão da própria história ajuda a reafirmar a identidade individual, mas também ajuda a ampliar a compreensão da pluralidade da realidade educacional e a desenvolver uma postura mais crítica e reflexiva em relação ao mundo.

Sempre importante lembrar que os documentos não são neutros e objetivos, mas sim são produzidos em contextos específicos e refletem as perspectivas e interesses dos seus autores. Os documentos são as fontes primárias que permitem ao historiador acessar informações sobre o passado e reconstruir eventos, processos e estruturas sociais que moldaram o mundo em que vivemos hoje. o historiador precisa estar atento à forma como a documentação histórica se relaciona com o seu próprio tempo presente, questionando as narrativas do passado que foram construídas e buscando novas interpretações e perspectivas.

É verdade que não podemos materialmente colocar todas as questões e descrever todo o devir, ou seja, não é possível abarcar todas as dimensões e nuances do passado. Porém, isso não significa que a história seja uma disciplina incompleta ou insuficiente. Pelo contrário, a história permite que possamos compreender o passado de forma crítica e contextualizada, a partir de uma análise cuidadosa de fontes e documentos, e do diálogo permanente entre as diferentes interpretações e perspectivas. Assim, a história se interessa pela especificidade dos acontecimentos, ou seja, pelas características únicas que os tornam diferentes de outros eventos históricos.

A cidadania é um conceito cuja construção histórica é coletiva e exige um exercício de consciência do que fomos para transformar no que somos. O interesse pela pesquisa sobre o governo Lula da Silva (2002-2010) partiu em especial da necessidade de trazer abordagens pedagógicas mais recentes e dinâmicas sobre o período histórico estudado. No caso da história do tempo presente, a essa riqueza de fontes adicionamos a possibilidade que profissionais da História têm de produzir, fontes documentais para investigações, sejam as próprias ou dos colegas historiadores. As redes sociais são parte da História do Tempo Presente.

A Educação é parte do processo de formação de cultura dos cidadãos e sua prática pressupõe criar uma relação com grupos - em um relacionamento ético - pensando no bem comum da escola e da comunidade escolar, que também é responsável por parte da educação das gerações vindouras. a educação não se limita apenas à transmissão de conteúdos e habilidades, mas também envolve a formação ética e moral dos indivíduos, bem como o desenvolvimento de valores e atitudes que contribuam para uma convivência harmônica e responsável em sociedade.

A educação histórica tem um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, pois permite que os indivíduos compreendam o presente a partir do passado e, conseqüentemente, tenham uma compreensão mais crítica e profunda da sociedade em que vivem. Através do ensino da história, é possível entender a formação das instituições políticas, sociais e culturais, assim como as mudanças e permanências ao longo do tempo. Além disso, a educação histórica também ajuda na formação da identidade dos indivíduos, pois permite que eles compreendam suas origens e as influências que moldaram sua cultura e valores. Isso contribui para a formação de uma consciência histórica, que é essencial para a construção de uma sociedade democrática e participativa.

Nessa perspectiva, a educação histórica tem um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, uma vez que permite aos alunos compreender o passado e refletir sobre os valores e as práticas sociais que foram construídos ao longo do tempo. Além disso, a educação histórica possibilita o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas, que são essenciais para a formação de um pensamento reflexivo e consciente acerca das questões que envolvem a vida em sociedade.

O Ensino de história também pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação à realidade social e política atual. Através do estudo da história, os estudantes podem compreender as raízes históricas de problemas sociais e políticos contemporâneos, bem como as lutas e resistências de grupos e movimentos sociais ao longo do tempo. Isso pode estimular a reflexão crítica sobre as desigualdades e injustiças presentes na sociedade atual e incentivar o engajamento em ações de transformação social.

Ao construir uma memória histórica, o sujeito se torna consciente de que faz parte de um mundo que foi moldado pelas ações e eventos que ocorreram no passado. Ele percebe que a história o precede, ou seja, que existem eventos, processos e ações que ocorreram antes de sua existência e que contribuíram para moldar o mundo em que ele vive.

Ao mesmo tempo, o sujeito percebe que a história também o ultrapassa, ou seja, que sua existência e ações também serão lembradas e farão parte da história. Ele compreende que as

escolhas que faz hoje podem ter um impacto duradouro no mundo e nas gerações futuras, e que sua vida e ações fazem parte de uma corrente mais ampla da história da humanidade.

A consciência histórica permite que entendamos as relações entre passado, presente e futuro de maneira mais complexa e elaborada. Ela nos permite compreender como o passado influencia o presente e como nossas ações no presente podem moldar o futuro. Ela envolve a interpretação do passado, a fim de entender como ele influenciou o presente, e como o presente pode influenciar o futuro. É um processo contínuo, que permite que as pessoas reflitam sobre suas próprias experiências e sobre a história mais ampla, a fim de compreenderem melhor o mundo em que vivem.

Além disso, a consciência histórica também nos ajuda a entender como as diferentes interpretações do passado podem afetar a forma como as pessoas veem o presente e tomam decisões. O presente é sempre influenciado pelo passado, mas também é capaz de reinterpretá-lo e de dar-lhe novos significados. A consciência histórica permite que se reconheça a importância do passado para o presente e que se estabeleçam as bases para a construção de um futuro mais consciente e crítico, que pode lançar novas luzes sobre eventos históricos anteriores. o pensamento ruseniano aponta para a importância de se pensar a formação da consciência histórica na perspectiva de uma didática humanista da história. Jorn Rösen defende que a aprendizagem histórica deve ser orientada pela ideia de que a história tem uma função formadora da identidade dos sujeitos, contribuindo para a formação de uma consciência histórica que permita compreender o mundo e a si mesmos.

A Educação histórica pode ser uma ferramenta importante para a formação de cidadãos conscientes e politizados, capazes de compreender o papel da história na formação da sociedade em que vivemos e de como cada indivíduo pode contribuir para a construção de um mundo mais justo e igualitário. Através do estudo da história, os jovens podem aprender a analisar criticamente as relações de poder, a entender as diferentes perspectivas e valores que moldam a sociedade e a desenvolver habilidades de argumentação e diálogo. Isso pode capacitá-los a participar ativamente da vida política e social, contribuindo para a construção de um mundo melhor. Além disso, a educação histórica pode ajudar a cultivar o respeito pela diversidade cultural e a valorização das diferentes culturas e tradições, o que pode contribuir para a formação de uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

Quanto ao ofício do historiador, a formulação de perguntas é fundamental para a prática da história. O trabalho do historiador envolve buscar compreender o passado, e isso só é possível quando se começa a fazer perguntas sobre os eventos e condições que o moldaram. Os grandes acontecimentos, que têm impacto em nível nacional, continental ou mundial, são

especialmente importantes, pois muitas vezes têm consequências significativas e duradouras para as sociedades em que ocorrem. Os historiadores precisam se perguntar sobre as causas desses acontecimentos, as condições que os tornaram possíveis, as consequências que resultaram deles e as maneiras como as pessoas os perceberam e responderam a eles. Ao fazer essas perguntas, os historiadores podem obter insights valiosos sobre a natureza da mudança histórica e as forças que a impulsionam.

A questão das proximidades temporal e material do autor em relação ao objeto estudado é uma questão importante e recorrente na crítica à possibilidade de atuação do historiador no tempo presente. Além disso, a história é frequentemente vista como um campo que se dedica ao estudo do passado distante, em vez do presente ou do recente. Isso pode levar a perguntas sobre a objetividade e imparcialidade do historiador ao lidar com eventos recentes ou contemporâneos. No entanto, é importante lembrar que a história não é apenas o estudo do passado, mas também o estudo de como o passado influencia o presente e o futuro. Como tal, os historiadores têm um papel importante a desempenhar no estudo e análise de eventos recentes e contemporâneos.

Como historiador, também penso ser importante continuar a produzir fontes históricas, mesmo que de curta duração, como as trabalhadas no *TikTok*, para as aulas de história, dentro e fora da sala. Ao propor trazer fragmentos dos importantes temas trabalhados e publicá-las nas redes sociais adentro, conseguimos colaborar com a escrita da história e, quem sabe, diminuir o impacto das notícias falsas dentro do cotidiano mundial pós-2016. Na rede social TikTok, na página do autor Jeniss Walker, conteúdos de História do Tempo Presente são publicados com o nome de “*Notícias do Tempo Presente*”. A página, criada nos tempos difíceis de desemprego durante a pandemia da Covid-19 foi uma oportunidade de continuar o ofício do historiador longe da sala de aula. No momento que esse texto é escrito, a situação melhorou e as aulas na rede pública voltaram a normalidade (um pouco diferente de 2019, é verdade), logo, a proposta da produção de fontes históricas para temas como o Lulismo também alcançarão as salas de aula.

Se existe algo que o Mestrado Profissional em Ensino de História me trouxe de aprendizado – e isso também é fruto das aulas presenciais fundamentais no distante 2019 e da orientação do professor Marcelo Fronza – foi de entender que as Fontes Históricas para estudarmos o passado e o Tempo Presente estão em muitos cantos de leitura nas redes e no ambiente escolar. Continuar a produção dessas fontes e dar a devida orientação a elas dentro da aula de história é um passo importante do historiador rumo ao exercício da consciência histórica. As fontes históricas podem ser utilizadas de diversas maneiras pelos historiadores, dependendo

do tipo de pesquisa que está sendo realizada e do objetivo da investigação. É importante avaliar a autenticidade, a veracidade e a confiabilidade das fontes, a fim de evitar interpretações equivocadas e construções históricas distorcidas.

## REFERÊNCIAS

- ABC DA GREVE.** Brasil, 1979, 84 min. Dir. Leon Hirschman. Disponível em: disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>
- ABUD, Kátia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. **História**, São Paulo, 22. 2003, p.183-193.
- AMARAL, Oswaldo E. **A estrela não é mais vermelha.** São Paulo: Editora Garçon, 2003.
- Andre Singer no Diálogos com Mario Sergio Conti // As Contradições do Lulismo.** *TV Boitempo (Youtube)*, 24 min. Nov. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ujf-BqF-L74&t=3s>
- BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de Ciências.** Nº 103. 2014. p. 25-52
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo, Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 13, nº 25-26, set. 1992, pp. 193-221.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002. (trad.).
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 65-108.
- CARDENUTO, Reinaldo. **O Cinema Político de Leon Hirszman: engajamento e resistência durante o regime militar brasileiro (tese).** Universidade de São Paulo, 2014.
- CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, 22. p.179-194. Jun, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a13.pdf>
- DEMOCRACIA em Vertigem.** Direção: Petra Costa. Netflix, 2019. 121 min.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente e Ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 19-34 – 2013
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as

outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?

**Discurso de Lula no 1º de Maio de 1979**. Causa Operária TV, mai.2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DLErUv9LqtA>

ELÍBIO JR., Antônio Manoel. A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v. 12, n. 01, p. 13-27, jan/jun. 2021

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

\_\_\_\_\_. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FRONZA, Marcelo. **A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos** (tese). UFPR, 2012.

GOES, Carlos. Ascensão e queda do PT em 13 gráficos. **Instituto Mercado Popular**. Disponível em: <https://mercadopopular.org/economia/a-ascensao-e-queda-do-pt-em-13-graficos/>

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Biblioteca Vértice. São Paulo, 1990.

**Jeniss Walker: Notícias do Tempo Presente**. Tiktok (canal). Disponível em: <https://www.tiktok.com/@jenisswalker>

KAMRADT, João. CARLO, Josnei di. Pensando as eleições e o sentido do Lulismo. **Revista eletrônica de pós-graduandos em sociologia política da UFSC**. Em tese, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul/dez, 2013. p. 117-119. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2013v10n2p116/28083>.

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008. *Lulismo*, por André Singer. **TV da democracia**. Abr. 2018, 7min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=naoQJpYBPOw>

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2006. *Lulismo*, por André Singer. **TV da democracia**. Abr. 2018, 7min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=naoQJpYBPOw>

MARQUES, Ana Maria. **Cartas para Lula Livre**. Curitiba/PR: Editora ComPactos, 2020

MALERBA, Jurandir. A história e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. **Locus. Revista de História**. Juiz de Fora. V.12, nº1, 2006. P. 41-78

MIGUEL, Luis Felipe. Limites da transformação social no Brasil. In. **Centro de estudos da Metrópole**

MORAES, Daniela Martins de Menezes. **Ensinar e aprender História nas redes sociais online: possibilidades e desafios para o espaço escolar (dissertação)/ Daniela Martins de Menezes Moraes. – 2018**

MORAES, Daniela. ANDRADE, Juliana. O Ensino de História e os usos pedagógicos da rede social digital Instagram. **VI Conselho Nacional de Educação (Conedu). 2019**

MUNAKATA, Kazumi. O Livro Didático: alguns temas de pesquisa. In. **Revista brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012

ORIANI, Angélica Pall. Primeiros rascunhos: aproximações entre Michel de Certeau e a História do Tempo Presente. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 316 - 338, set./dez. 2017.

PASTORE, Bruna. **Olhando para onde a sombra se adensa: Instituto Millenium e o revisionismo histórico da Ditadura civil-militar (dissertação)**. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências humanas e sociais. Cuiabá-MT, 2016.

REIS, Jose Carlos. A especificidade lógica da História. **Varia História**, nº27. Jul. 2002. p.48-73.

RENNÓ, Lúcio. CABELLO, Andrea. As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não-alinhamento? In. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25, nº 74, out/2000, p. 39-60.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**, nº2, mar. 2009

\_\_\_\_\_. **História Viva: Teoria da História, formas e funções do conhecimento histórico**. (trad). Brasília, Universidade de Brasília, 2007

\_\_\_\_\_. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

SANCHES, Mariana. Os miseráveis que receberam um auxílio se tornaram lulistas de carteirinha. In. **BBC News Brasil**. Jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44621186>. Acesso em 17. Dez. 2019

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do Ensino de História: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação – RHE**. Porto Alegre, v.16, nº37,

2012. p,73-91

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**: Reforma gradual e Pacto conservador. Companhia das Letras. 2012.

\_\_\_\_\_. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. In. **Novos estudos**, vol. 85. Nov. 2009. P. 83-102

SAMPAIO. Daniel Pereira. Economia brasileira no início do século XXI: desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017). **Semestre Económico**, 22(50). Enero-marzo 2019. pp. 107-128. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v22n50/0120-6346-seec-22-50-107.pdf>

SCHLATTER, B. B. N. A História que queremos: uma proposta de ensino de História para as redes sociais. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 219–236, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/104256>

SCHWARCZ. Lília M. STARLING, Heloisa M. **Brasil, uma Biografia**. Companhia das Letras. Abr. 2015.

SOUZA. Eder Cristiano de. Intencionalidade, objetividade e multiperspectividade: contribuições para a investigação da aprendizagem histórica dos jovens a partir dos filmes históricos. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 193-219, jul./dez. 2013

\_\_\_\_\_. Repensar a aprendizagem histórica a partir dos filmes: análise da compreensão histórica dos jovens a partir da concepção de aumento das experiências no desenvolvimento da consciência histórica. **XIV Congresso internacional das jornadas de educação histórica: educação histórica, debates contemporâneos**. Goiás, v.15, n.2, 2015. p. 426-446

\_\_\_\_\_. O uso do cinema no ensino de história: propostas recorrentes, dimensões teóricas e perspectivas da educação histórica. **Escritas**. Vol. 4, 2012. p. 70-93

*TV Democracia. Lulismo, por André Singer. Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=naoQJpYBPOw>.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história** (trad.). 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1971.